



01804801

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

I Scherer-Warren

Prof^a Dra. Ilse Scherer-Warren

Maria da Glória Gohn

Prof^a Dra. Maria da Glória Gohn

Paulo José Krischke

Prof^o Dr. Paulo José Krischke

MAYSA DIAS GARCIA

O MAB - MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIROS
DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PRÁTICA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA APRESENTADA AO DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA POLÍTICA DA UNIVERSIDA-
DE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Orietadora: Professora Dr^a. ILSE SCHERER-WARREN

Florianópolis

1990

(...) a gente não quer só comer,
a gente quer prazer para aliviar a dor.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer dinheiro e felicidade.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer inteiro e não pela metade.

(Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sergio Britto)

AGRADECIMENTOS

Quando chega, enfim, o momento de escrever agradecimentos às pessoas que, de uma forma ou de outra, nos ajudaram na realização de um trabalho de pesquisa e na elaboração de uma dissertação de mestrado, a sensação é muito boa. E isso por dois motivos principais: por um lado porque chegamos ao fim de um período de muitos esforços, o que significa que concluímos um trabalho, atingindo objetivos traçados no início do curso de pós-graduação; por outro lado, por saber que durante todo este tempo pudemos contar com diversas pessoas, ampliando e fortalecendo nossos laços de amizade.

Desta forma, é preciso agradecer, e muito, às pessoas que mais contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Não sendo possível agradecer nominalmente a todas, quero destacar Elda Oliveira, Carmem Ribeiro, Rosa Moura e Arlete Rosa, por terem lido, debatido e levantado questões referentes aos diversos capítulos desta dissertação. Quero agradecer também à Lígia Mendonça e a Antônio Prado.

Entre os assessores e líderes do movimento popular quero agradecer especialmente a Lafaiete Neves e Manoel Proença (do MAB), a Miguelangelo Ramero (do CEFURIA),

a Adenival Gomes (do XAPINHAL), a Maria das Graças Zacarias (do MPPC) e a Cesar Sanson (do MLCD), que me ajudaram a desatar alguns nós desta história com suas entrevistas e opiniões.

Quero agradecer também a Clemente Ganz Lúcio, companheiro na vida e de profissão, de militância e da assessoria ao movimento popular tanto no CEFURIA, quanto no MAB, que leu e debateu comigo este trabalho em sua totalidade, oferecendo importantes sugestões, bem como colocou à minha disposição seus conhecimentos referentes à informática, o que possibilitou a digitação e a listagem final do material produzido.

À minha orientadora Ilse Scherer-Warren, que se dispôs a acompanhar a elaboração de um trabalho "à distância", muitas vezes debatendo comigo algumas questões pelo telefone, ou mesmo reservando tardes inteiras para discutir as idas e vindas desta pesquisa, assim como as formas pouco ortodoxas de realizá-la. Quero agradecer, principalmente, pelo clima de liberdade criado, que possibilitou que esta dissertação fosse elaborada e realizada de acordo com objetivos definidos a partir dos interesses do movimento popular.

Finalmente, quero agradecer a meus pais, Mário Ramão Garcia e Vera da Silva Dias, por terem viabilizado a concretização da minha história.

SUMÁRIO

	Página
Lista de Tabelas	VI
Lista de Gráficos e Mapas	VII
Lista de Siglas	VIII

INTRODUÇÃO

I - OS PROBLEMAS DA CIDADE MODELO	19
I.1 - Um pouco da história da cidade	
I.2 - Crescimento populacional X planejamento urbano	
I.3 - A segregação espacial na cidade	
II - MORADORES E ASSESSORES VÃO À LUTA	65
II.1 - Favelas: problemas para a "cidade modelo"	
II.2 - Reaprendendo a pressionar	
II.3 - O surgimento do Conselho de Representante	

- II.4 - A "cidade modelo" é questionada
- II.5 - O I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba
- II.6 - Divergências e Divisões

III - RESGATANDO A HISTÓRIA DO MAB 99

- III.1 - No princípio eram as CEBs
- III.2 - E então surgiram as associações de moradores
- III.3 - Depois veio o CEFURIA
- III.4 - E finalmente veio o MAB
- III.5 - O II Encontro de Bairros de Curitiba
- III.6 - A I Assembléia do MAB
- III.7 - A II Assembléia do MAB

IV - MOVIMENTOS E ARTICULAÇÕES 154

- IV.1 - A Comissão de Creche do MAB
- IV.2 - A Comissão de Transportes do MAB
- IV.3 - O Movimento de Luta Contra o Desemprego
- IV.4 - O XAPINHAL
- IV.5 - O Movimento pela Participação Popular na Constituinte

V - O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO DO MAB	218
V.1 - Tentando evitar o fim	
V.2 - Os principais problemas	
V.2.1 - As questões internas	
V.2.2 - As questões externas	
VI - MAB : UMA NOVA PRÁTICA POLÍTICA	255
CONCLUSÃO	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289
ANEXOS	304

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 01	
Taxa de Crescimento Populacional 1970-1980	36
TABELA 02	
População e Taxa de Crescimento por Município da Região Metropolitana de Curitiba, 1970-1980	40
TABELA 03	
Evolução do Número de Favelas, Barracos e População Favelada em Curitiba, 1974, 1978 e 1979	78
TABELA 04	
Principais Reivindicações das Associações de Morado res do MAB.....	144

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

GRÁFICO 01

Faixa de Renda Média Familiar por Município da
Região Metropolitana de Curitiba, 1980 44

MAPA 01

Bairros da Cidade de Curitiba 26

MAPA 02

Crescimento Populacional, por Bairros -
Curitiba 1970-1980 34

MAPA 03

Malha Urbana - Curitiba e Municípios da Região
Metropolitana em 1980 42

MAPA 04

Renda Média por Bairros de Curitiba, 1970-1980 .. 46

LISTA DE SIGLAS

ARs - Administrações Regionais

CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção

CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

CIC - Cidade Industrial de Curitiba

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica

DDS - Departamento de Desenvolvimento Social

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana

MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego

MOPS - Movimento Popular de Saúde

MPPC - Movimento Pela Participação Popular na Consti-
tuinte

PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba

RESUMO

Este trabalho resgata a história do MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, criado em 1982. O MAB articulava diversas associações de moradores visando fortalecer o poder de pressão destas junto ao Estado e às Prefeituras Municipais na luta por melhores condições de vida para as classes populares residentes em bairros da periferia da cidade e de outros municípios da Região Metropolitana, bem como ampliar e garantir os espaços de participação popular na gestão da coisa pública.

A presente pesquisa resgatou o processo de formação e de crescimento das regiões periféricas de Curitiba e os principais problemas enfrentados pela população residente nestas áreas, resgatando também o início do processo de organização desta população na luta por seus direitos sociais, através das associações de moradores.

O MAB por ter sido criado a partir das CEB's e do CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, desenvolveu junto às associações de moradores um trabalho que o diferenciava das outras entidades populares existentes, a saber, a União Geral de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana e a Federação das Associações de Mo-

radores do Paraná. Sendo assim, para que fosse possível analisar o processo de criação do MAB, suas lutas, suas articulações com outros movimentos populares e, finalmente, analisar o processo de desarticulação desta entidade, ocorrido no final de 1986, resgatou-se também o início do processo de organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base em Curitiba e a formação do CEFURIA.

Finalmente, debateu-se a forma como o MAB desenvolveu uma nova prática política, baseada em uma ética social vivenciada pelas CEB's e pelo CEFURIA em seu trabalho desenvolvido junto às classes populares.

ABSTRACT

The present work establishes, for the first time, the history of MAB ("Movimento de Associações de Bairros" - Neighbourhood Associations of Curitiba and Metropolitan Region, State of Paraná, Brazil), which was created in 1982. MAB organised several suburban neighbourhood associations to strengthen their bargaining power in the struggle for better conditions of life, mainly for the working classes of peripheral districts of the Metropolitan Region of Curitiba, Brazil. Also, MAB worked to widen and guarantee popular participation in public affairs.

This survey registers the formation and growth of Curitiba's peripheral districts, the principal problems faced by the population resident in these areas, and also the beginnings of their struggle for social rights through neighbourhood associations.

Because MAB originated in the Ecclesiastical Base Communities ("CEB's") and also in the Irmã Araújo Centre for Urban and Rural Education ("Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA"), its work with neighbourhood associations differentiated it from other popular entities such as the General Neighbourhood Association ("União Geral

de Bairros") and the Federation of Neighbourhood Associations of Paraná ("Federação das Associações de Moradores do Paraná"). Consequently, in order to analyse the setting-up of MAB, its struggles and articulation with other popular movements and finally its extinction which occurred at the end of 1986, it was found necessary to additionally investigate the organisation of the first CEB's in Curitiba and the formation of CEFURIA.

Finally, this dissertation examines the manner in which MAB developed a new political practice based on the social ethics arising from the CEB's and CEFURIA in its activities with popular classes.

INTRODUÇÃO

"O elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende ou, sobretudo, sente(...) O erro do intelectual consiste em crer que ele pode saber sem compreender, sobretudo sem sentir e se apaixonar(...) É um erro crer que o intelectual pode sê-lo, se ele guarda distância e se mantém afastado do povo-nação(...) não se faz política em escala histórica sem esta paixão, isto é, sem esse laço sentimental entre intelectuais e o povo-nação"

ANTONIO GRAMSCI

in "Os Intelectuais e a Organização da Cultura".

Desde 1982 acompanhei o processo de organização do MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana. Inicialmente como militante, em seguida como assessora e, finalmente, em 1986, como contratada, ou seja, sendo remunerada por esta entidade para acompanhar as atividades da Coordenação Geral e Coordenação Executiva, bem como assessorar, de forma geral, o processo organizativo e de articulação do MAB. Durante todo este tempo várias lideranças do MAB reivindicaram a possibilidade de resgatar a história desse movimento, como forma de registrar suas lutas

e analisar como estas influenciaram a dinâmica do movimento popular em Curitiba e Região Metropolitana. Pretendia-se, desta forma, aprender com a experiência vivida.

Em 1986, quando o MAB entrou em processo de desarticulação, resolvi realizar uma análise mais aprofundada sobre este movimento, o que se viabilizou através do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

O objetivo inicial era resgatar a história do MAB, buscando explicações para sua desarticulação. Entretanto, não era somente esta questão que me interessava de forma especial, mas muitas outras pareciam importantes. No entanto, eu conhecia os limites impostos por um trabalho de dissertação.

Diante deste impasse resolvi escrever a história do MAB e, só então, diante dela, realizar uma pesquisa exploratória que auxiliasse na seleção de questões relevantes que deveriam ser analisadas posteriormente. Assim, enquanto recuperava documentos, realizava entrevistas e descrevia as ações desencadeadas pelo MAB, fui aos poucos clareando o que era preciso analisar de forma mais aprofundada. Esta escolha não foi baseada apenas em um interesse pessoal, mas também levou em consideração a possibilidade de que as questões a serem analisadas pudessem ser apropriadas, senão pelo MAB, pois este trabalho foi realizado num período em que esta entidade já se encontrava desarticulada mas, pela lideranças e assessores que anteriormente estiveram ligados ao MAB e que,

atualmente, prosseguiam desenvolvendo atividades junto as associações de moradores e movimentos populares em geral. Neste sentido, o objetivo principal era que o resultado desta pesquisa fosse apropriado pelo movimento popular, vindo a subsidiar suas práticas futuras.

Assim, optei por resgatar a história do MAB através de suas principais ações políticas e formas de organização ocorridas, basicamente, no período de 1982 a 1986. Além disso, foi preciso também descrever as tentativas realizadas para evitar a desarticulação do MAB, assim como analisar algumas das causas desse processo.

A recuperação da história do MAB demonstrou que a proximidade existente entre o trabalho desenvolvido pelas CEB's em Curitiba e aquela desenvolvida pelo MAB era uma questão que merecia ser analisada com maior profundidade, visto que este aspecto era exatamente o que diferenciava o MAB das duas outras entidades populares existentes em Curitiba, a saber, a União Geral de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana e a Federação das Associações de Moradores do Paraná.

Sendo assim, selecionei a semelhança entre as CEB's e o MAB, as vantagens e desvantagens decorrentes de tal semelhança, e a suas conseqüências para o movimento popular como os principais pontos sobre os quais centraria minha atenção.

O objetivo principal não era comparar o trabalho realizado por estas entidades, mas sim enfatizar as caracterís-

ticas apresentadas pelo MAB e no que estas determinavam sua forma de trabalhar junto às associações de moradores.

Para realizar tal análise foi necessário conhecer um pouco do processo de desenvolvimento urbano de Curitiba e da formação da periferia da cidade, os planejamentos urbanos implantados e as consequências destes para os moradores das periferias. Desmistificar Curitiba como uma "cidade modelo" era fundamental, pois permitia compreender como e porque surgiram, ou ressurgiram, movimentos populares na capital e em outros municípios da Região Metropolitana no final da década de 80. Estes movimentos, inicialmente, organizaram-se ao redor da luta pela posse da terra urbana. Posteriormente articularam-se também em conjuntos habitacionais e em loteamentos clandestinos localizados, principalmente, em bairros da região sul da cidade, numa das regiões mais carentes em termos de serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos, e também onde ocorreram os maiores índices de crescimento populacional nas últimas décadas.

Assim sendo, o Capítulo I trata da ocupação do solo de Curitiba, da distribuição espacial da população na cidade, da apropriação dos benefícios urbanos de forma diferenciada por parte da população e os problemas decorrentes desse processo, vivenciados principalmente, pelas classes populares residentes nos bairros periféricos. Procurou-se também enfatizar que a existência de contradições urbanas pode ser apontada como um dos fatores responsáveis pelo surgimento de movimentos populares. Entretanto, deve-se considerar também outros fatores, como por exemplo, o trabalho realizado por

assessores e lideranças que já haviam participado de experiências anteriores de organização do movimento popular ou sindical em Curitiba, em cidades do interior do Paraná ou mesmo em outros estados do Brasil.

Recuperar o processo de periferização ocorrido em Curitiba e em outros municípios da região metropolitana possibilitou a obtenção de informações que permitiram compreender porque o MAB surgiu em áreas de ocupação recente, com muitos problemas urbanos e habitadas por famílias com renda de até cinco salários mínimos. Porém, não foi apenas o MAB que articulou-se a partir de lutas desencadeadas nos bairros da periferia sul de Curitiba. Já em 1978 algumas associações de moradores haviam sido organizadas a partir de lutas pela posse da terra urbana, ocorridas em geral, em áreas de favela. Estas associações, posteriormente, criaram o Conselho de Representantes.

O Capítulo II relata como o Conselho de Representantes trabalhou no processo de organização e articulação de várias associações de moradores. É relatado ainda como este Conselho se dividiu a partir, basicamente, de divergências entre os assessores, dando origem a duas novas entidades, a União Geral e a Federação de Moradores. Este capítulo foi redigido a partir da análise de documentos existentes (atas de reuniões, relatórios de encontros, entre outros). Estes documentos, por sua vez, forneceram elementos que possibilitaram a realização de entrevistas com pessoas que estiveram, de alguma forma, ligadas ao Conselho de Representantes e, posteriormente, a União Geral e a Federação de Moradores.

Não foi nosso objetivo realizar uma análise aprofundada sobre a União Geral e a Federação, sobre suas formas de organização ou sua ação política mas, apenas traçar um quadro que possibilitasse visualizar o contexto em que surgiu o MAB, que tem sua história resgatada e contada no Capítulo III.

O início do processo de organização do MAB, a partir do surgimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Base na periferia sul de Curitiba é relatado no Capítulo III, que trata também da criação do CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, entidade que apoiou e assessorou o MAB durante o tempo em que esteve organizado. Algumas das principais atividades do MAB, como por exemplo, a realização da I e II Assembléias Gerais, sua participação no II Encontro de Bairros de Curitiba, entre outras, são resgatadas neste Capítulo como forma de dimensionar o espaço político ocupado por esta entidade.

O Capítulo III foi escrito, basicamente, a partir de documentos existentes nos arquivos do MAB e do CEFURIA; utilizando informações fornecidas pelos Jornais do MAB e por diversos jornais locais; por anotações e relatórios de reuniões, encontros e assembléias. Foram realizadas algumas entrevistas com líderes e assessores do MAB. No entanto, este último recurso esteve limitado por diversas razões. Entre elas podemos destacar o fato de que grande parte das pessoas contactadas para serem entrevistadas estarem envolvidas com atividades do movimento popular e por considerarem esta ati-

vidade como prioritária, não se propunham a destinar parte de seu tempo para dar entrevistas. Sendo assim, optei por trabalhar, basicamente, com os documentos existentes e recorrer a entrevistas apenas para elucidar aspectos mais controvertidos, questões que precisavam ser analisadas com mais profundidade ou sobre as quais não haviam informações suficientes disponíveis.

Nas entrevistas realizadas foi possível constatar a dificuldade encontrada por parte das lideranças do MAB em relatar acontecimentos, muitas vezes confundindo datas, locais, entre outras coisas. Esta situação veio reafirmar a necessidade e a urgência de resgatar a história do MAB. Sendo assim, algumas das informações obtidas nas entrevistas foram confirmadas com aquelas existentes na documentação da pesquisa.

O mesmo procedimento foi adotado no Capítulo IV, que trata de algumas ações desenvolvidas pelo MAB de forma articulada com outras entidades populares como por exemplo com o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, o XAPINHAL e o MPPC - Movimento Pela Participação Popular na Constituinte.

Apesar de sua articulação com outras entidades e movimentos populares e de sua importância no cenário político de Curitiba e da Região Metropolitana, o MAB enfrentou alguns problemas em sua trajetória e, muitos deles, foram responsáveis pela sua desarticulação. Este, entre outros fatores, são apontados no Capítulo V.

Diante da amplitude do tema, ou seja, recuperar a história do MAB, procurou-se limitar os cinco primeiros capítulos a construção de um quadro de referência que servisse de base para a análise sobre a qual centraríamos nossa atenção, ou seja, a proximidade entre o trabalho desenvolvido pela CEB's e aquele realizado pelo MAB. O Capítulo VI trata desta questão. Qual a semelhança entre o trabalho realizado pelas CEB's e aquele desenvolvido pelo MAB junto às associações de moradores? Em que sentido o trabalho realizado pelos assessores do CEFURIA interferiu neste processo? Quais as vantagens e desvantagens desta proximidade entre as CEB's e o MAB? Quais as suas consequências para a dinâmica do movimento popular como um todo, e para o MAB em particular?

Neste ponto é preciso ressaltar de que forma chegou-se a conclusão de que estas eram as questões que deveriam ser analisadas.

Inicialmente, durante a elaboração do projeto de pesquisa, um problema colocou-se como insuperável naquele momento: todas as questões levantadas em relação ao MAB pareciam importantes e precisavam ser analisadas com mais profundidade. No entanto, isto era inviável. Aceito este fato, permanecia, no entanto, o desejo de estudar o MAB da forma mais ampla possível. Como consequência desta situação, o projeto foi várias vezes modificado, sem que fosse possível chegar a uma conclusão.

A tentativa de definir juntamente com líderes e assessores do MAB, o que deveria ser analisado durante o pro-

cesso de pesquisa, foi em vão, assim como foi inútil a tentativa de envolvê-los em tal processo. Tais propostas visam articular o trabalho que seria realizado durante a elaboração dessa dissertação com o de educação popular, que já vinha sendo desenvolvido pelo CEFURIA junto aos movimentos populares. Entretanto, tal idéia não efetivou-se porque líderes e assessores do MAB acreditavam na importância de resgatar a história do MAB, mas isto tornava-se secundário quando comparado às questões concretas e urgentes enfrentadas cotidianamente pelo movimento. Sendo assim, não reservavam parte de seu tempo para o debate de aspectos referente a pesquisa. Tal situação, como já foi dito anteriormente, foi vivenciada também em relação a realização de entrevistas com líderes e assessores.

Optei então, por não definir, a princípio, o que seria analisado. Esperava que ao resgatar a história do MAB e escrevê-la esta questão fosse melhor definida. A utilização desse método pouco ortodoxo possibilitou uma certa abertura para que vários aspectos fossem pesquisados como novos, mesmo para mim que mantinha uma grande proximidade com o tema. Da mesma forma, trabalhar dessa maneira possibilitou uma escolha até certo ponto tranquila, ou seja, quando optei por analisar a proximidade entre as CEB's e o MAB tive certeza de que esta era uma questão importante.

Assim, minha postura como pesquisadora não diferenciou-se muito daquela adotada enquanto assessora no trabalho de educação popular junto ao MAB, ou seja, era preciso analisar no processo de pesquisa uma questão que fosse funda-

mental para o próprio MAB, produzindo conhecimento sobre um aspecto que fosse de interesse do movimento e que, posteriormente, fosse apropriado pelas lideranças e assessores, possibilitando uma reflexão mais cuidadosa sobre a ação política passada e que também subsidiasse novas ações. Esta postura determinou, em grande parte, a forma como esta dissertação foi realizada.

Trabalhar dessa maneira possibilitou uma escolha até certo ponto tranquila, ou seja, quando selecionei a proximidade existente entre o trabalho realizado pelas CEB's e aquele desenvolvido pelo MAB como principal eixo de pesquisa, tive certeza de que esta era a questão mais importante a ser analisada.

O principal elemento motivador para a realização desta dissertação era a possibilidade de trabalhar, ao mesmo tempo, como assessora e como pesquisadora. Tal postura facilitaria uma maior aproximação entre a ação e a reflexão, entre a prática e a teoria, o que poderia ser benéfico tanto para o movimento popular, quanto para a produção de um conhecimento sobre este mesmo movimento. No entanto, esta possibilidade, apesar de fascinante, apresentou algumas limitações.

Durante o tempo em que cursei o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na UFSC, mantive contatos semanais com o movimento popular de Curitiba, ainda na condição de assessora. Este fato gerou profundos conflitos. Por um lado, quando estava em Curitiba trabalhando junto ao mo-

vimento popular, tentava fazer articulações da prática destes movimentos com o que estava sendo estudado, mas nem sempre isto era possível e eu me sentia muito "teórica". Por outro lado, quando eu estava na UFSC tentava ter sempre presente questões concretas vivenciadas pelo movimento buscando, desta forma, estabelecer uma ponte entre esta vivência e a teoria. Isto também não acontecia como eu havia imaginado, e eu me sentia muito "empírica". Este movimento entre "teoria" e "empiricismo" foi, em muitos momentos, profundamente angustiante, mas também gerou desafios.

Um destes desafios era a possibilidade de escrever a história do MAB a partir do ponto de vista do próprio movimento popular, utilizando os documentos existentes e entrevistas realizadas com líderes e assessores, além de recorrer frequentemente ao meu próprio conhecimento sobre o assunto, sem no entanto cair na simples descrição dos fatos. O objetivo era produzir conhecimento a partir do resgate da história do movimento popular.

Assim a produção teórica existente sobre movimentos sociais urbanos permitiu a análise de algumas questões mas, ao mesmo tempo, levou à constatação de seus limites explicativos, assim como a inexistência de definições mais precisas sobre algumas categorias de análise.

Apesar disso, a partir de alguns aspectos apontados por diversos autores como sendo características básicas dos movimentos sociais urbanos, como por exemplo, a heterogeneidade de sua base social; o fato de a ação política desenro-

lar-se fora de canais institucionais de representação (principalmente sindicatos e partidos políticos); de serem organizados ao redor de reivindicações que defendem interesses específicos; de se colocarem contra as diferentes formas de exploração e dominação; de buscarem o estabelecimento de formas democráticas de organização, entre outros aspectos foi possível levantar alguns pontos que ajudaram a definir o que entendemos por movimentos populares urbanos e por classes populares.

Uma das características atribuídas aos movimentos sociais urbanos é a heterogeneidade de sua base social, principalmente em relação as diferentes posições ocupadas pelos participantes destes movimentos no processo produtivo. Entretanto, é preciso relativizar essa heterogeneidade quando se fala de movimentos populares. Primeiramente no que se refere a diversificação que ocorre em relação a inserção na estrutura produtiva, isto porque como aponta Eunice Durhan,

a imensa gama de ocupações de baixo prestígio e parca remuneração constitui para a população sem escolaridade e sem qualificação profissional um mesmo conjunto de opções de trabalho que integram seu horizonte de possibilidades de emprego (1).

Isto significa que, mesmo heterogênea, a base social dos movimentos populares apresenta uma diversidade limitada pelo universo de ocupações desenvolvidas pelos moradores das periferias. Isto faz com que tenham em comum o fato de serem explorados economicamente, independente de sua ocupação no processo produtivo.

Por residirem em bairros da periferia, geralmente sem acesso a infraestrutura básica e a bens e serviços de consumo cole-

tivo, essas pessoas vivenciam a espoliação urbana de forma muito semelhante. Sendo assim, um dos fatores que possibilitou o reaparecimento no cenário político brasileiro de amplas parcelas da população marginalizadas até então, foi a segregação e a espoliação urbana sofridas pelas camadas de mais baixa renda, residentes nas periferias das grandes cidades, vivenciadas com maior intensidade a partir da década de 60.

Segundo Maria da Glória Gohn, as demandas por moradias e por bens de consumo e serviços coletivos são

frutos de necessidades sociais históricas e objetivas, elas irão se localizar mais em certos setores sociais, e não em outros. Dada a forma de desenvolvimento econômico capitalista, tendencialmente excludente e concentrador, particularmente nas economias periféricas, as necessidades e demandas não atendidas acabam se localizando nos estratos inferiores da mão de obra existente. Neste sentido, as demandas passam a ser expressões coletivas de exigências objetivas para a reprodução da força de trabalho. Isto confere aos movimentos urbanos uma maior expressividade entre as classes populares (2).

Eunice Durhan apresenta um outro aspecto que favorece uma certa homogeneização entre os moradores das periferias, ou seja, o fato destes apresentarem

uma grande uniformidade no que diz respeito aos valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto desta população (3).

Este aspecto é importante pois permitiu uma certa identificação entre estes moradores, o que favoreceu, em muitos momentos, sua organização.

O fato destes trabalhadores terem entre si muitos aspectos em comum tornou possível, mesmo diante da heteroge-

neidade existente, a construção de interesses comuns. Vivenciarem de forma semelhante e coletiva as carências urbanas, possibilitou a percepção de que eram iguais na desigualdade. Esta percepção gerou, em muitos casos, laços de solidariedade que foram de fundamental importância na emergência de novas formas de organização e de participação popular.

Impedidos pelo regime militar de participarem através de canais institucionais de representação, os moradores das periferias voltaram-se para a construção de organizações que privilegiavam o bairro como local de atuação política. Foi enquanto moradores que essas pessoas organizaram-se e ocuparam um determinado espaço na cena política brasileira no final da década de 70.

Assim, os movimentos populares urbanos organizam-se em torno de reivindicações por melhores condições de vida na cidade tendo como referência, geralmente, o local de moradia.

É preciso ressaltar que a situação de extrema pobreza e a existência de necessidades sociais não satisfeitas não levou, por si só, a população a organizar-se e lutar por seus direitos. Muitos fatores estiveram presentes neste processo, entre eles, o trabalho desenvolvido por assessores, que ajudaram na organização destes movimentos, fazendo a mediação entre a vivência das carências e o processo reivindicatório; servindo de ponte entre o discurso das bases e o discurso do Estado; articulando lutas específicas com aquelas referentes a sociedade como um todo; propondo, juntamen-

te com a população organizada, a participação popular na gestão da coisa pública.

Além disso, estas lutas nem sempre transformaram-se em movimentos populares, ou seja, muitas delas resumiram-se a reivindicações isoladas que desarticularam-se assim que foram atendidas. Entretanto, é preciso considerar que, mesmo nestes casos, estas lutas desempenharam, e ainda desempenham, um importante papel no sentido de representarem um momento específico no processo de conscientização das classes populares a respeito de seus direitos sociais. Em muitos casos, estas lutas localizadas servem de ponto de partida para a percepção de que a questão urbana é muito mais ampla.

Entendemos, portanto, que movimentos populares urbanos são aqueles constituídos pelas classes populares, na luta por seus interesses e direitos, e contra todas as formas de exploração e espolição. São, segundo Maria da Glória Gohn,

manifestações coletivas emanadas das camadas sociais que se encontram em uma situação de exploração e expropriação no plano da estrutura econômica, de subordinação no plano da política e, conseqüentemente, de espolição no plano da vivência cotidiana em seu local de moradia (4).

A população residente nas periferias das grandes cidades tem se manifestado e se expressado através de movimentos populares, que tem como seu principal opositor/interlocutor o Estado, devido ao papel que este tem desempenhado historicamente como principal fornecedor e gerenciador de bens de consumo coletivo e serviços urbanos. Esta mesma população, identifica-se enquanto participante de movimentos

populares e pertencentes à classe popular. Neste sentido, é interessante notar que, como apontam Ana Maria Doimo, Jaime Dosxey e Roberto Beling Neto,

enquanto os teóricos andam por terrenos tão movediços debatendo-se entre si ao sabor do ranço de conceitos já consagrados, corre solto entre os protagonistas de movimentos sociais o auto-reconhecimento de que pertencem ao movimento popular (5).

Portanto, concordamos com os autores citados acima quando afirmam que,

Enquanto o conceito de classes populares tem em Weffort um conteúdo conjuntural específico, expressando descritivamente, relações políticas bastantes definidas ('uma relação entre grupos e frações de classe que integram a aliança populista, e não são capazes de expressar seus interesses como classe social') os recentes sujeitos e protagonistas de movimentos sociais apropriaram-se tão somente do significativo classes populares atribuindo-lhe um significado diametralmente oposto àquele consagrado por Weffort.

Nesse novo contexto, as classes populares, do ponto de vista dos movimentos sociais significam os dominados, os oprimidos e os explorados. Enquanto tal devem se organizar e criar legítimos representantes de modo a não serem manipulados por líderes ou partidos da classe dominante (...) é o antipopulismo. É a práxis transformando, num outro contexto histórico, o significado de um conceito. Embora, os teóricos resistam à absorção deste novo significado, ele cumpre importante papel como um dos fatores geradores da identidade da base social dos movimentos sociais (6).

Sendo assim, apesar do conceito de classes populares ser ainda bastante impreciso, e por isso mesmo muito polêmico, será utilizado pelo significado que adquiriu para os moradores das periferias das grandes cidades no processo de constituição dos movimentos populares.

Por acreditarmos que as classes populares são sujeitos da história, e não meros objetos de análise, é que reconhecemos a elas a capacidade de se autodefinirem.

É importante considerar ainda que, como aponta Maria da Glória Gohn,

o conceito de classes populares surge como uma necessidade histórica de se elaborar uma categoria que desse conta do movimento concreto da realidade (7).

Assim, da mesma forma como os movimentos populares são dinâmicos e se constituem historicamente, acreditamos que a explicação teórica acerca destes movimentos também deva ser dinâmica, sendo construída e reconstruída constantemente. Neste sentido, utilizamos o conceito de classes populares, mesmo reconhecendo suas limitações explicativas, acreditando que é no processo de análise da realidade que os conceitos teóricos devem ser construídos e que, a partir deste processo o conceito de classes populares poderá ser melhor definido.

NOTAS

- 1 - DURHAN, Eunice - "A sociedade vista da periferia", in KOWARICK, Lúcio (org.) - AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, Ed. Paz e Terra, UNRISD/CEDEC, São Paulo, 1988, p.70.
- 2 - GOHN, Maria da Glória - A FORÇA DA PERIFERIA, Ed. Vozes, Petrópolis, 1985, p.54.
- 3 - DURHAN, Eunice - Ob. cit., p.170.
- 4 - GOHN, Maria da Glória - Ob. cit., p. 55-56.
- 5 - DOIMO, Ana Maria; DOSXEY, Jaime R.; NETO, Roberto A. Belling - " Os novos movimentos sociais - teoria e prática", CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE 1986, Ed. Cortez/ANPOCS, São Paulo, p. 21.
- 6 - Ibidem, p.22.
- 7 - GOHN, Maria da Glória - Ob. cit., p.70.

I - OS PROBLEMAS DA CIDADE MODELO

Curitiba é conhecida nacional e mesmo internacionalmente, como uma das melhores cidades do mundo para se viver. Esta fama, acumulada a partir da década de 70, deve-se, em grande parte, a propaganda realizada ao redor dos planejamentos urbanos elaborados e, em parte, implantados na cidade.

A capital do Paraná ficou sendo conhecida como uma cidade que apresentava um elevado nível de qualidade de vida, quando comparada a outras capitais do país. Se analisarmos as condições de vida nas regiões centrais da cidade, esta fama é merecida. Mas, quando voltamos nossa análise para a periferia de Curitiba, o mesmo não acontece.

Como em todas as grandes cidades brasileiras, a periferia de Curitiba apresenta sérios problemas urbanos. Como em todas as grandes cidades do país, a maioria destes problemas não são considerados prioritários nos planejamentos. E como ocorre em todas as cidades, é na periferia que o processo de espoliação urbana (1) é vivenciado como uma dura realidade pelas classes populares. Neste sentido, Curitiba

não é uma excessão.

Em 1985 cerca de 57,7% da população residente em Curitiba tinha rendimentos mensais concentrados na faixa de até cinco salários mínimos (2). Em 1984, existiam na capital sessenta e cinco favelas (3), que abrigavam aproximadamente 60 mil pessoas, o que correspondia a 4,7% do total da população da cidade (4). Para todas estas pessoas, Curitiba não pode ser considerada uma "cidade modelo".

Serão os moradores da periferia, os favelados, os marginalizados e os que, segregados espacialmente, não tem acesso aos benefícios urbanos oferecidos por esta "cidade modelo", que no final da década de 70 irão se mobilizar e se organizar em movimentos populares na luta por seu direito à cidade.

Entretanto, para analisar o surgimento e as ações desenvolvidas por estes movimentos populares, é preciso compreender como se deu a colonização e o processo de crescimento urbano de Curitiba. Além disso, é necessário analisar como ocorreu a ocupação do solo na capital e nos demais municípios da Região Metropolitana, principalmente nas duas últimas décadas, e os problemas decorrentes deste processo.

Este quadro fornece referências que facilitam a análise do contexto em que surgiram as primeiras Associações de Moradores em áreas de favelas de Curitiba, no final da década de 70, dando início a um amplo processo de mobilização e organização popular. Ao mesmo tempo, estas informações tor-

nam possível visualizar em que contexto surgiu o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - analisado na presente pesquisa.

I.1 - UM POUCO DA HISTÓRIA DA CIDADE

No início do século XVI já existia alguma movimentação no planalto curitibano. Eram os bandeirantes que, vindos do litoral, paravam nesta região para descansar. Depois, dirigiam-se para o interior em busca de ouro.

Por volta de 1720 surgiu um povoado chamado Nossa Senhora da Luz dos Pinhais que, inicialmente, abrigou mineiros. Mas, estes logo dirigiram-se para Minas Gerais, na esperança de encontrar mais riquezas. Desta forma, a população da Vila passou a ser composta basicamente por agricultores, criadores de gado, escravos e por pessoas que haviam recebido terras da Colônia Espanhola para cultivarem e construir suas casas.

Com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais, os criadores de gado e agricultores do sul passaram a levar seus produtos para serem comercializados nesta região, o que lhes proporcionava maiores lucros. Para tanto, foram abertos caminhos que facilitavam o transporte de mercadorias.

As fazendas localizadas em regiões próximas de Curitiba serviam de local para repouso e engorda do gado que,

posteriormente, era vendido em São Paulo e em Minas Gerais. Muitos fazendeiros passaram a alugar suas terras com esta finalidade e foram morar em Curitiba, onde alguns abriram comércio.

Assim, a Vila que foi criada em 1693 e atingiu a categoria de cidade em 1842, começou a crescer e consolidar-se, até tornar-se capital da Província do Paraná, em 1854.

Um dos caminhos abertos pelos agricultores e comerciantes foi a Estrada da Graciosa, que ligava Curitiba ao litoral, e por onde era transportada a erva mate. Por volta de 1885 este transporte passou a ser realizado pela Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, recém inaugurada. A erva mate desempenhou um importante papel na economia do Paraná, e a transferência dos engenhos do litoral para Curitiba incentivou o processo de urbanização da cidade. Mas, apesar de sua importância, a produção e o comércio de erva mate sofreram uma grande queda no século XX.

Com a proibição do tráfico de escravos, o Governo da Província do Paraná estabeleceu uma política de incentivo a imigração de europeus, com o objetivo de criar colônias agrícolas que deveriam abastecer a cidade com produtos de subsistência, formando assim uma espécie de cinturão verde ao redor de Curitiba.

Entretanto, a cidade não tinha infraestrutura suficiente para receber e instalar os imigrantes. Estes esperavam durante muito tempo a demarcação e a liberação do lote

que lhes cabia, ficando impedidos neste período de iniciar a construção de suas casas e a plantação. Muitos imigrantes morreram em decorrência das péssimas condições de vida. Outros colonos porém, não aceitaram esta situação, o que os levou a se rebelarem (5).

Grande parte dos bairros de Curitiba formou-se a partir da presença de imigrantes europeus dos quais destacamos os italianos, ucranianos, poloneses e alemães. Alguns dedicaram-se ao comércio, mas uma parcela significativa dedicou-se à indústria, ocupando inicialmente apenas mão-de-obra familiar. Para facilitar o transporte das mercadorias produzidas em Curitiba, surgiram caminhos que ligavam as colônias ao centro da cidade, ao litoral e ao interior do Estado. Foi às margens destes caminhos que a cidade começou a estruturar-se e a expandir-se.

No início do século XX a malha urbana de Curitiba já estendia-se ao que hoje é considerada a região central. Nesta mesma época, foi planejada e executada a primeira política de urbanização, higienização e embelezamento da cidade, que consistia em alargar ruas, criar praças e expulsar os pobres das áreas centrais, muitas vezes usando violência.

Este processo, aliado ao crescimento da cidade, gerou uma grande especulação imobiliária, levando grande parte da população residente nas áreas centrais a buscar lotes mais baratos em regiões mais distantes. Era o início do processo de periferização, que se prolonga até os dias de hoje.

I.2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL X PLANEJAMENTO URBANO

Data de 1943 o primeiro Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, conhecido por Plano Agache. Este plano foi elaborado por Alfred Agache, urbanista francês contratado anteriormente para realizar o Plano Diretor do Rio de Janeiro, no final da década de 20.

Para este urbanista a cidade podia ser comparada a um organismo vivo, onde destacavam-se como prioritárias três funções: respiração (espaços livres, praças etc), circulação (sistema viário) e digestão (sistema de esgotos). Os planos urbanísticos elaborados para o Rio de Janeiro e para Curitiba foram baseados nesta idéia e apresentavam muitos pontos em comum, ou seja, as duas cidades foram divididas em espaços especializados, que deveriam desempenhar funções diferenciadas.

Sendo assim, o Plano propunha para Curitiba a seguinte divisão: setor militar no bairro do Bacacheri; setor esportivo no bairro do Tarumã; setor de abastecimento no Mercado Municipal; setor de educação no Centro Politécnico; setor industrial no bairro Rebouças e setor de lazer no Parque São Lourenço, no Parque da Cidade e Rio Barigui. Mas, na realidade, apenas alguns destes setores foram efetivamente implantados. Além disso, com o crescimento da cidade, aqueles setores organizados ao redor de uma função específica

perderam suas características iniciais (Ver relação de bairros de Curitiba e Mapa 1).

RELACAO DOS BAIRROS DE CURITIBA E SUA LOCALIZACAO NO MAPA 01

Bairro	Numero no Mapa	Bairro	Numero no Mapa
Abranches	50	Hugo Lange	17
Agua Verde	9	Jardim das Americas	22
Ahu	14	Jardim Social	18
Alto Boqueirao	64	Juveve	15
Alto da Gloria	4	Lamenha Pequena	62
Alto da Rua XV	5	Lindoia	40
Atuba	55	Merces	12
Augusta	68	Mossungue	45
Bacacheri	35	Novo Mundo	41
Bairro Alto	36	Orleans	59
Barreirinha	52	Parolim	25
Batel	10	Pilarzinho	32
Bigorriinho	11	Pinheirinho	66
Boa Vista	34	Portao	27
Bom Retiro	13	Prado Velho	24
Boqueirao	56	Reboucas	8
Botiatuvinha	61	Riviera	69
Cabral	16	Santa Candida	53
Cachoeira	15	Santa Felicidade	63
Cajuru	21	Santa Quiteria	43
Campina do Siqueira	30	Santo Inacio	46
Campo Comprido	44	Sao Braz	60
Campo de Santana	71	Sao Francisco	2
Capanema	7	Sao Joao	48
Capao da Imbuia	20	Sao Lourenco	33
Capao Raso	58	Sao Miguel	67
Cascatinha	47	Seminario	29
Caximba	70	Sitio Cercado	65
Centro	1	Taboao	49
Centro Civico	3	Taruma	19
CIC	75	Tatuquara	74
Cristo Rei	6	Tingui	54
Fanny	39	Uberaba	37
Fazendinha	42	Umbara	73
Ganchinho	72	Vila Izabel	28
Guabirotuba	23	Vista Alegre	31
Guaira	26	Xaxim	57
Hauer	38		

Na análise realizada por Vera Rezende a respeito do Plano Diretor do Rio Janeiro, são apontados aspectos que ajudam a esclarecer algumas questões relativas ao Plano elaborado para Curitiba, isto porque estes dois planos foram realizados por A. Agache a partir dos mesmos princípios e concepções. Um aspecto que deve ser ressaltado diz respeito a Lei de Zoneamento de 1954 que, segundo o Plano, deveria evitar o caos garantindo a utilização específica das regiões da cidade. No entanto, Vera Rezende nos chama a atenção para o fato de que esta lei constituía-se basicamente como

um instrumento de defesa das partes privilegiadas do espaço urbano contra usos indesejáveis, mantendo o alto valor das terras nestes locais (6).

De acordo com o Plano elaborado para Curitiba, o sistema viário deveria interligar diferentes setores existentes na cidade. Grandes vias fariam a ligação entre os bairros e o centro. Parte deste sistema foi implantado e persiste até os dias de hoje (7).

Em relação ao Plano Agache é interessante apontar a influência do funcionalismo em sua proposta básica: a cidade vista como um organismo em perfeita harmonia, com regiões desempenhando funções específicas e articuladas entre si. Tudo isso garantido pela Lei de Zoneamento, que pretendia evitar o caos, ou seja, distúrbios nesta ordem estabelecida, que eram representados principalmente por ocupações "indevidas" do espaço urbano.

O surgimento de bairros em regiões mais próximas ao centro da cidade se deu entre 1930 e 1960. A partir de então áreas cada vez mais distantes passaram a ser ocupadas. A expulsão das camadas mais pobres da população de regiões centrais, em decorrência da valorização do solo urbano, fez com que crescesse a oferta de loteamentos em regiões periféricas de Curitiba.

Muitos destes loteamentos foram implantados em áreas impróprias para habitação e, por esta razão, não foram legalizados. Entretanto, outros loteamentos apesar de estarem localizados em áreas que ofereciam boas condições de habitabilidade, também não foram regularizados pela Prefeitura, isto porque, não respeitavam critérios estabelecidos por lei.

Segundo Pedro Jacobi, a existência de loteamentos clandestinos deve-se por um lado a

desobediência da legislação civil que dispõem sobre a propriedade da terra, as formas de contrato, resultando até em casos de grilagem, ou seja, de imobiliárias que lotearam glebas que não eram efetivamente suas propriedades, vendendo o que não lhes pertencia (Folha de São Paulo, 10.06.81), por outro lado, a desobediência por parte do loteador da legislação urbanística, que dispõem sobre as condições de arreamento, reserva de áreas livres, tamanho mínimo do lote etc. Quando estas exigências não são cumpridas, o loteamento é considerado à margem da lei, não sendo reconhecido pela administração pública e os moradores vêem-se, então, impossibilitados de obter suas escrituras (...). O comprador somente se apercebe da fraude ao tentar o registro do contrato e, em especial, a escritura do lote, que resulta inviável (8).

Por serem clandestinos e por não oferecerem serviços de infraestrutura básica, estes loteamentos apresentavam

preços mais acessíveis às camadas de baixa renda da população e para os migrantes que, fugindo do fim do ciclo do café no norte do Paraná, vinham procurar emprego em Curitiba.

Data de 1951 o primeiro loteamento do século em Curitiba, localizado na Vila São Pedro, no Xaxim, região sul da cidade. Este loteamento abrangia sete vilas e foi regularizado apenas em 1965. Mas, apesar de reconhecido oficialmente, a Prefeitura não se responsabilizava pela situação irregular dos lotes, pelo traçado das ruas ou por divergências quanto as dimensões dos lotes (9). Não foi por acaso que uma das primeiras associações de moradores a ser fundada nesta região tenha sido a Associação de Moradores da Vila São Pedro.

Em 1966, uma equipe de São Paulo, chefiada por Jorge Wilhelm, elaborou o Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba. Essa equipe era subsidiada com informações a respeito das principais características da cidade por pessoas ligadas a APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, que, posteriormente, passou a ser chamada IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, órgão criado para cuidar do planejamento da cidade, desenvolvendo e detalhando as diretrizes apontadas pelo Plano Preliminar (10).

Pode-se dizer que o Plano Diretor de 1966 tinha, basicamente, dois objetivos:

transformar Curitiba numa cidade equipada (dotada de todos os equipamentos urbanos em todos os setores e aspectos) e intensificar o processo de industrialização e oferta de empregos (11).

A implantação da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, em 1973, em uma área de 43 milhões de metros quadrados, desapropriada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, visava o incentivo à implantação de indústrias e empresas na cidade (12). Esta desapropriação gerou um grande endividamento por parte da Prefeitura que, além de pagar pelo terreno, implantou toda infraestrutura, como por exemplo rede de água, luz, telefone e transporte coletivo. Os grandes beneficiados com este investimento foram as grandes empresas nacionais e multinacionais instaladas na CIC, pois além de todas as vantagens decorrentes da existência de infraestrutura no local, contavam ainda com isenção de impostos.

No entanto, a CIC não correspondeu às expectativas no que se refere a criação de empregos, visto que sediava principalmente indústrias de alto nível tecnológico, o que exigia mão-de-obra qualificada, que não era o caso dos migrantes que chegavam à capital em busca de empregos.

O Plano Diretor de 1966 desaconselhava a ocupação da região sul da cidade, principalmente o bairro do Boqueirão e arredores, por ser uma região cortada pela BR 116, e uma área sujeita a inundações do Rio Iguaçu, o que acarretaria serviços públicos onerosos, por causa da má drenagem do solo.

Uma das diretrizes do Plano indicava que a cidade deveria crescer de forma linear, nos sentidos norte/sul e nordeste/sudoeste. Foram implantadas vias estruturais que cor-

tavam a cidade, ligando o centro principal a centros secundários, e que deveriam induzir seu crescimento. Para tanto, ao longo destas vias foi implantado um sistema composto por

uma via central de tráfego lento, onde se concentravam o comércio e o transporte coletivo, e duas vias laterais de tráfego rápido (vias rápidas) com mão única, em sentidos opostos, ao longo das quais planejou-se dar o adensamento populacional (13).

De acordo com o Plano,

quando se pretendia fazer com que a cidade crescesse para uma determinada região, o transporte era o indutor. À medida que se coloca o transporte público em determinada região, ele carrega consigo o crescimento (14).

No entanto, o Plano não considerou que a oferta de bens de consumo coletivo, inclusive o transporte coletivo, e a conseqüente especulação imobiliária nas regiões cortadas pelas vias estruturais valorizaria a terra urbana em suas imediações, tornando-a inaccessível as camadas mais pobres da população. Atualmente, como uma das conseqüências desta situação, cerca de 50% dos terrenos urbanos de Curitiba são áreas ociosas (15).

Outra conseqüência desta situação atingiu, principalmente, as famílias de baixa renda, para as quais não restou outra alternativa senão a de ocupar exatamente as regiões consideradas pelo Plano como impróprias para a habitação, localizadas basicamente na região sul da cidade, onde os terrenos eram mais baratos por localizarem-se em áreas totalmente desprovidas de bens de consumo coletivo e equipamentos urbanos, tais como creches, postos de saúde, escolas, e também desprovidas de serviços de infraestrutura básica,

como por exemplo saneamento, luz, água, coleta de lixo etc.

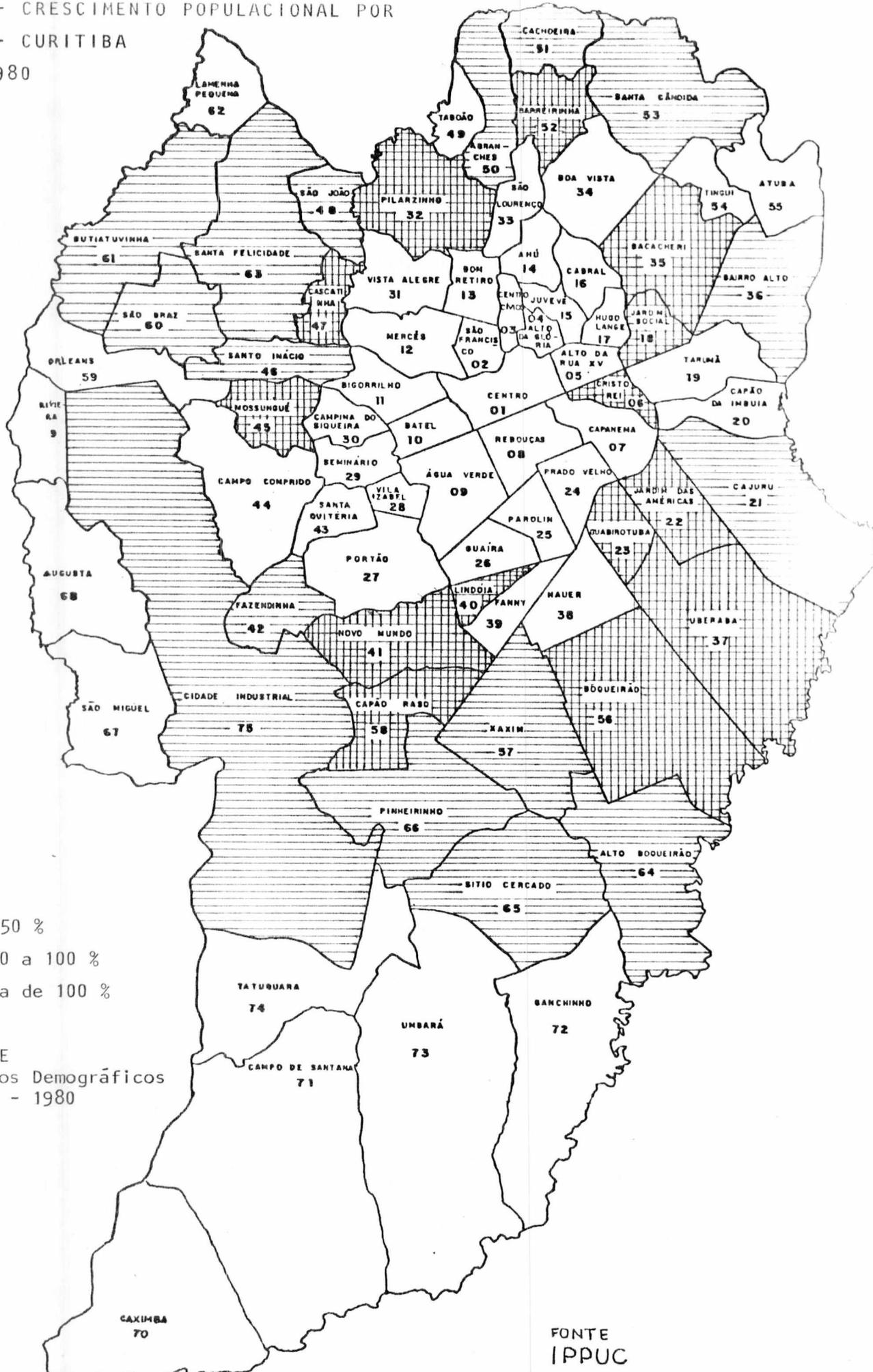
Além disso, é preciso considerar que apesar das diretrizes apontadas pelo Plano de Urbanismo de 1966, a COHAB construiu vários conjuntos habitacionais e núcleos de desfavorecimento na região sul, colaborando assim para sua rápida ocupação (16).

Um olhar mais atento revelará altos índices de crescimento populacional na região sul de Curitiba entre as décadas de 70 e 80. Destacam-se os bairros do Capão Raso 80,62%; Boqueirão 94,51%; Xaxim 180,12%; Pinheirinho 244,29%; Alto Boqueirão 930,14% e Sítio Cercado 1.977,13% (17) (Ver mapa 2). Em outros bairros, muito distantes do centro, também verificou-se um crescimento populacional significativo nestas duas últimas décadas, mas foi na região sul que esta ocupação deu-se de forma mais concentrada.

O Plano de 1966 também ignorou a existência de bairros que representavam o papel de pólos secundários numa determinada região e não incentivou seu desenvolvimento (18). Desta forma, o centro da cidade consolidou-se ainda mais como pólo principal, o que foi reforçado pelo fato de que os ônibus que trafegavam pelas vias estruturais faziam a ligação entre o centro e os bairros, não havendo na época um sistema de transporte coletivo que interligasse os diversos bairros (este sistema só foi implantado em 1981).

O crescimento da população e o fenômeno da periferização intensificaram-se, nas décadas de 70 e 80, também em decorrência do grande fluxo de migrantes que chegavam à capital. O processo de modernização da agricultura, o incentivo a produção de soja, a progressiva concentração de terras e o esgotamento da fronteira agrícola foram, basicamente, os fatores responsáveis pelo aumento do fluxo migratório.

Segundo estimativas do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - durante a década de 70, o Paraná apresentou um índice reduzido de crescimento total da população e o meio rural paranaense expulsou aproximadamente 3 milhões de pessoas. Cerca de 236 dos 315 municípios do Paraná apresentaram redução em sua população rural, sendo que 72% destes localizados nas regiões norte e oeste, áreas ocupadas anteriormente pela cultura do café (19). Grande parte desta população migrou para Curitiba, o que fez com que neste período a cidade apresentasse o maior índice de crescimento verificado entre as capitais brasileiras (Tabela 1).



Fonte: FIBGE
Censos Demográficos
1970 - 1980

TABELA 01

TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, 1970 - 1980

Capitais	Taxa de Crescimento	
	Urbano (%)	Total (%)
Belém	3,22	4,30
Fortaleza	5,54	4,30
Recife	2,59	2,74
Salvador	4,62	4,41
Belo Horizonte	5,06	4,70
Rio de Janeiro	2,58	2,40
São Paulo	4,47	4,46
CURITIBA	7,28	5,78
Porto Alegre	4,31	3,84
Paraná	5,97	0,97
Brasil	4,44	2,48

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1970 -1980

Do total da população residente em Curitiba em 1970, 46,8% não era natural do município. Em 1980 essa população passou a representar 55,5% do total dos moradores da cidade (20).

Se durante os anos 70, uma parcela significativa dos migrantes provenientes da zona rural paranaense dirigiu-se para Curitiba, este quadro alterou-se durante a década de 80. O alto custo da terra urbana na capital, dos aluguéis e a falta de uma política habitacional destinada a população de mais baixa renda, fez com que os migrantes recém chegados à capital, assim como antigos moradores da periferia de Curitiba, se deslocassem em direção aos municípios vizinhos em busca de lotes a preços mais compatíveis com sua renda familiar.

Passou a ocorrer, portanto, um fluxo migratório dentro da própria cidade, formando desta forma, sub-periferias (21), ou seja, um fluxo de áreas mais valorizadas - em regiões centrais ou mesmo na periferia - para terrenos que apresentavam um menor preço em regiões mais distantes do centro de Curitiba, e mesmo em outros municípios da Região Metropolitana.

Segundo o PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de Curitiba, elaborado em 1985, a ocupação do solo na capital se deu de forma rápida, incorporando núcleos que estavam isolados e extrapolando, inclusive, os limites do município. Esta ocupação não ocorreu de forma homogênea, mas com descontinuidades, o que deu origem a vazios urbanos situados nos intervalos de áreas densamente povoadas. Esta tem sido apontada como uma das principais características da ocupação da periferia de Curitiba (22). Entretanto, este processo não correu apenas em Curitiba, mas grande parte das

cidades capitalistas do Terceiro Mundo constituíram-se desta forma, ou seja, vazios urbanos e especulação imobiliária são parceiros constantes.

É importante perceber, como aponta Kowarick, que

a forma como a cidade se expande não tem só efeitos perversos para a maioria da população, como também tem exigido a aplicação de crescentes recursos cuja eficácia para enfrentar a crise da cidade é bastante discutível. Isto porque na forma de estruturação da cidade apoiada nos vazios urbanos e na conseqüente descontinuidade de ocupação do solo, agravada ainda mais pela rarefação nas áreas novas da periferia, exige uma fabulosa e crescente soma de recursos que aumenta os custos da urbanização. Desta forma, cria-se um verdadeiro círculo vicioso no qual se avolumam as contradições urbanas e os déficits do Poder Público para enfrentá-los (23).

Um outro fator que teve influência no processo de ocupação da Região Metropolitana de Curitiba, foi a legislação do uso do solo em Curitiba, elaborada pelo Plano Diretor de 1966, que restringia a implantação de novos loteamentos na cidade. Esta lei, por referir-se apenas à Curitiba e não considerar a Região Metropolitana em sua totalidade, gerou uma grande oferta de lotes, geralmente localizados em regiões limítrofes à capital, em municípios onde a ausência de uma legislação referente ao uso do solo permitia o surgimento de loteamentos que não diferenciavam-se daqueles existentes em Curitiba. Ou seja, eram situados em áreas impróprias para a habitação, sem acesso a serviços de infraestrutura básica, a bens de consumo coletivo e a equipamentos urbanos.

Além disso, a inexistência de um sistema de transporte coletivo que realizasse a integração entre essas regiões e Curitiba, representava um problema a mais para os morado-

res da Região Metropolitana, visto que uma parcela significativa destes dirigia-se, e ainda dirige-se, diariamente à cidade pólo - Curitiba - para trabalhar. Este movimento diário faz com que estas regiões sejam consideradas "cidades dormitórios".

Ainda hoje, apesar da demanda comprovada, este sistema integrado de transporte não é uma realidade. As pessoas deslocam-se dos municípios da Região Metropolitana utilizando linhas intermunicipais, que fazem ponto final no centro de Curitiba. A partir daí precisam utilizar o sistema de transporte coletivo da capital (24), o que faz com que o deslocamento realizado entre a moradia e o local de trabalho seja muito demorado e oneroso para o trabalhador.

Os municípios localizados na Região Metropolitana, e que fazem limite com Curitiba, apresentaram altos índices de crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80, muitas vezes superiores àqueles verificados na própria capital, como é o caso de Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais (Tabela 2). Este fato deve-se a busca, por parte da população, de terrenos em áreas que facilitassem seu deslocamento para o local de trabalho, ou seja, até Curitiba e que, ao mesmo tempo, apresentassem preços acessíveis.

TABELA 2

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO, POR MUNICÍPIO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA, 1970 - 1980

Municípios	Total		
	1970 (A)	1980 (B)	B/A (%)
Almirante Tamandaré	15.299	34.168	123,33
Araucária	17.117	34.799	103,30
Balsa Nova	4.704	5.288	12,41
Bocaiuva do Sul	10.697	12.119	13,29
Campina Grande do Sul	7.891	9.789	24,05
Campo Largo	34.495	54.839	58,98
Colombo	19.258	62.881	226,52
Contenda	7.224	7.556	4,60
CURITIBA	609.026	1.024.975	68,30
Mandirituba	11.036	15.452	40,01
Piraquara	21.253	70.640	232,38
Quatro Barras	4.066	5.710	40,43
Rio Branco do Sul	25.133	31.767	26,40
São José dos Pinhais	34.124	70.634	106,99
TOTAL	821.323	1.440.617	75,40

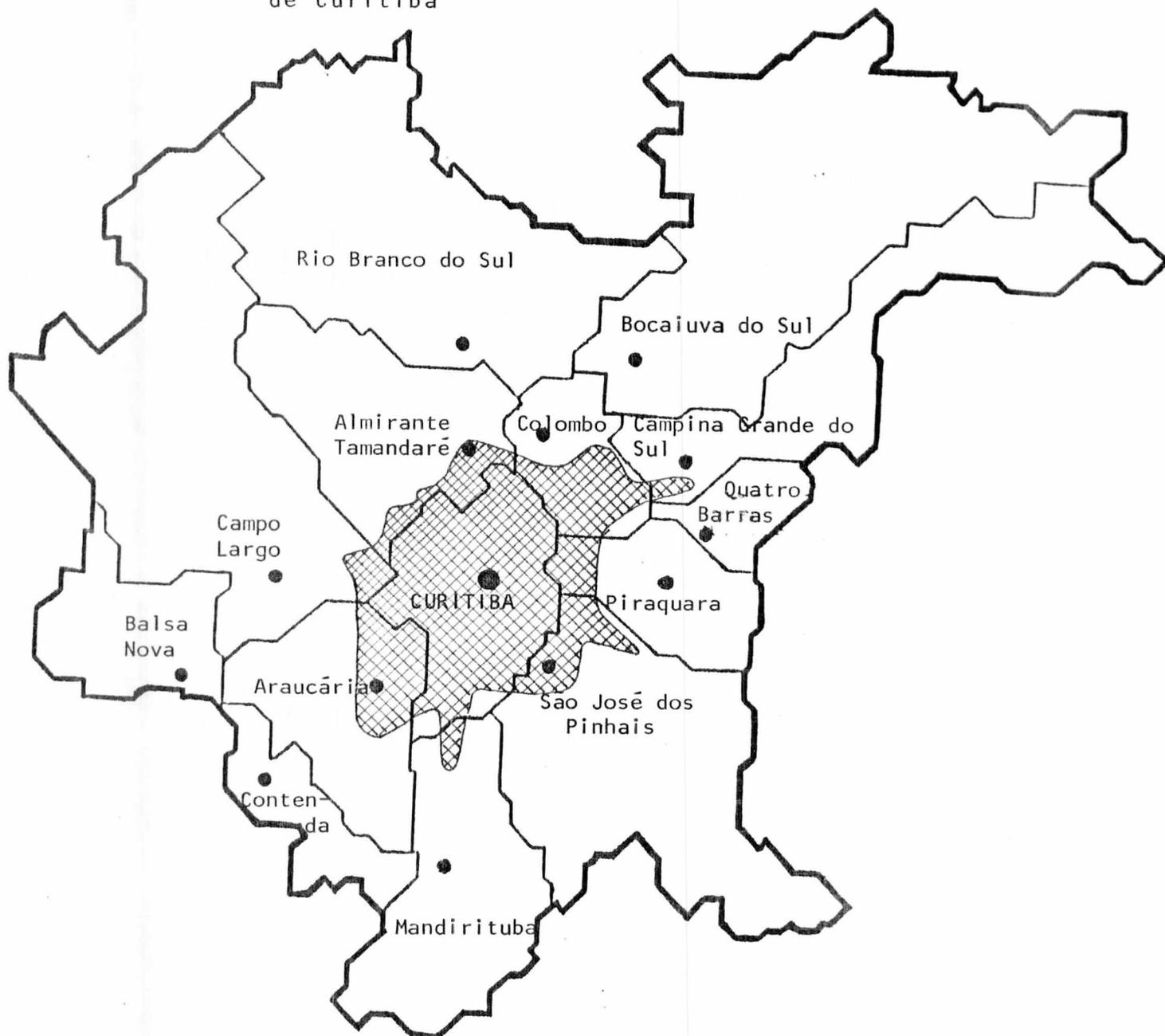
Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970 - 1980

A forma como se deu o processo de ocupação urbana nestas regiões, fez com que se formassem grandes vazios urbanos entre as sedes dos municípios e as áreas periféricas destes. Estas áreas, distantes do núcleo do município mas próximas ao limite da capital tem, a maioria das vezes, uma população superior à própria sede. Em Colombo, por exemplo, 97,67% da população urbana do município reside fora da sede. Em Piraquara a população residente no limite do município com Curitiba é de 83,21% e de 75,40% em Almirante Tamandaré (25).

Entretanto, o crescimento populacional verificado não significou desenvolvimento econômico e o fortalecimento destes municípios como pólos urbanos autônomos de Curitiba. Ao contrário, grande parte deles possuem arrecadações extremamente baixas, visto que uma parcela significativa de seus habitantes trabalha e consome em Curitiba. Este fato, impede que a administração destes municípios tenha verbas suficientes para atender as demandas da população por bens de consumo coletivo e equipamentos urbanos. Desencadeia-se, desta forma, um processo que reforça ainda mais o papel de Curitiba como cidade pólo, ou seja, apesar de morar em municípios da Região Metropolitana, a população depende de serviços e equipamentos urbanos existentes na capital. Além disso, a malha urbana de Curitiba atualmente já se estende até alguns municípios da Região Metropolitana. Assim, estas regiões podem ser consideradas como periferias da capital (Ver mapa 3).

MAPA 03 - MALHA URBANA

CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA EM 1989
segundo a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana
de Curitiba



Fonte: Relatório do Transporte Coletivo Metropolitano
Programa Integrado de Transportes - PIT (PDTU - EBTU - BIRD - IV)

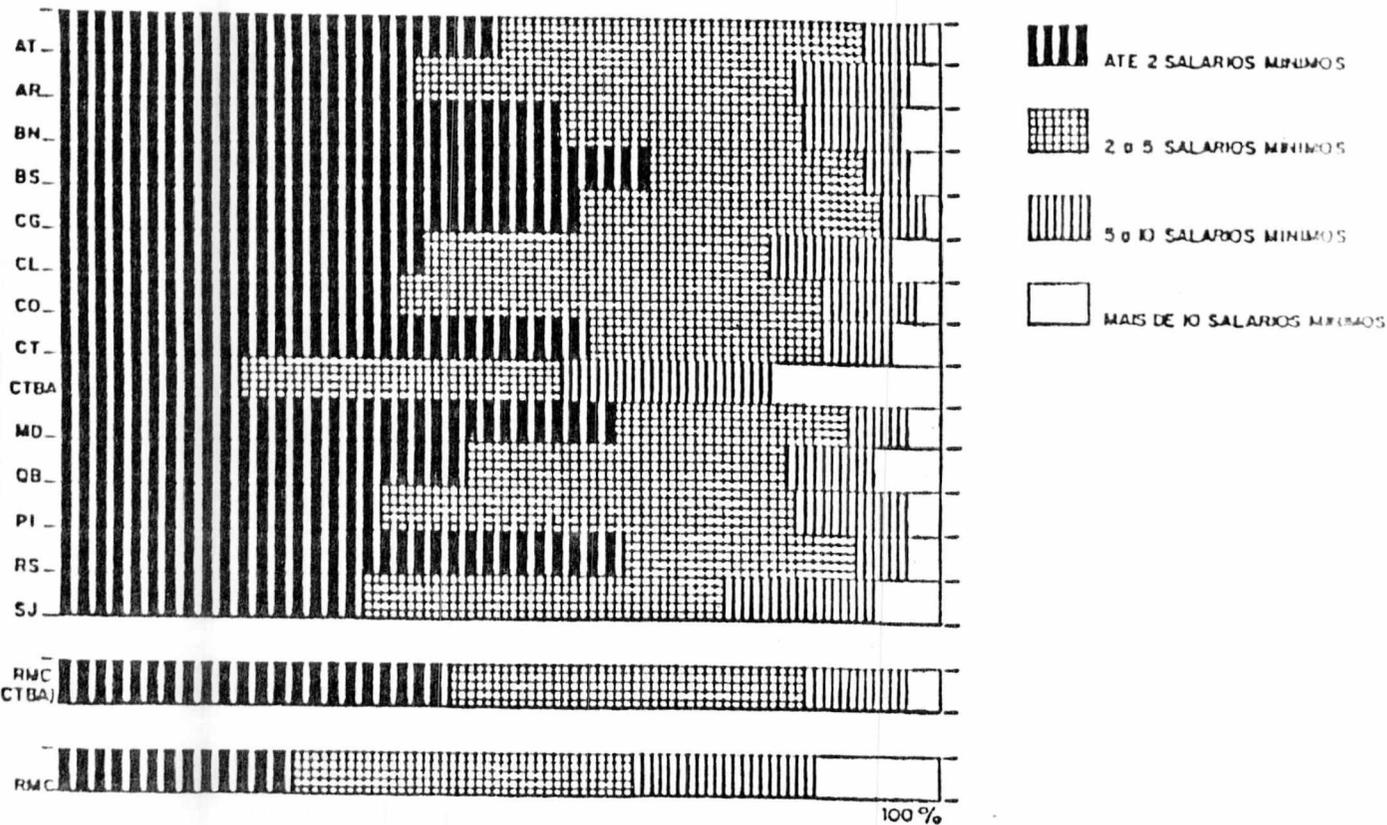
RELACAO DOS MUNICIPIOS DA REGIAO
METROPOLITANA DE CURITIBA
E SUA LOCALIZACAO NO MAPA 02

Municipios	Numero no Mapa
Almirante Tamandare	6
Araucaria	4
Balsa Nova	12
Bocaiuva do Sul	14
Campina Grande do Sul	9
Campo Largo	5
Colombo	7
Contenda	11
CURITIBA	1
Mandirituba	3
Piraquara	8
Quatro Barras	10
Rio Branco do Sul	13
Sao Jose dos Pinhais	2

O processo de periferização e a criação de sub-periferias verificado em Curitiba, ocorre também em áreas de ocupação mais antiga nos demais municípios da Região Metropolitana. Conforme estas regiões vão sendo atendidas com infraestrutura básica, bens de consumo coletivo e equipamentos urbanos, valorizam-se e tornam-se inviáveis para aqueles que, anteriormente, dirigiram-se para estas áreas tentando fugir do alto custo da terra urbana. Desta forma, esta população busca, mais uma vez, regiões menos valorizadas para morar.

Diante deste quadro não causa estranheza verificar que em 1980, mais de 70% das pessoas residentes na Região Metropolitana de Curitiba recebessem até cinco salários mínimos mensais. Sendo que, no mesmo ano, em grande parte destes municípios mais de 50% das famílias tinham um rendimento mensal inferior a dois salários mínimos (26) (Ver Gráfico 1).

GRÁFICO 01 - FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR POR MUNICÍPIO DA RMC EM 1980



Fonte: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 1980

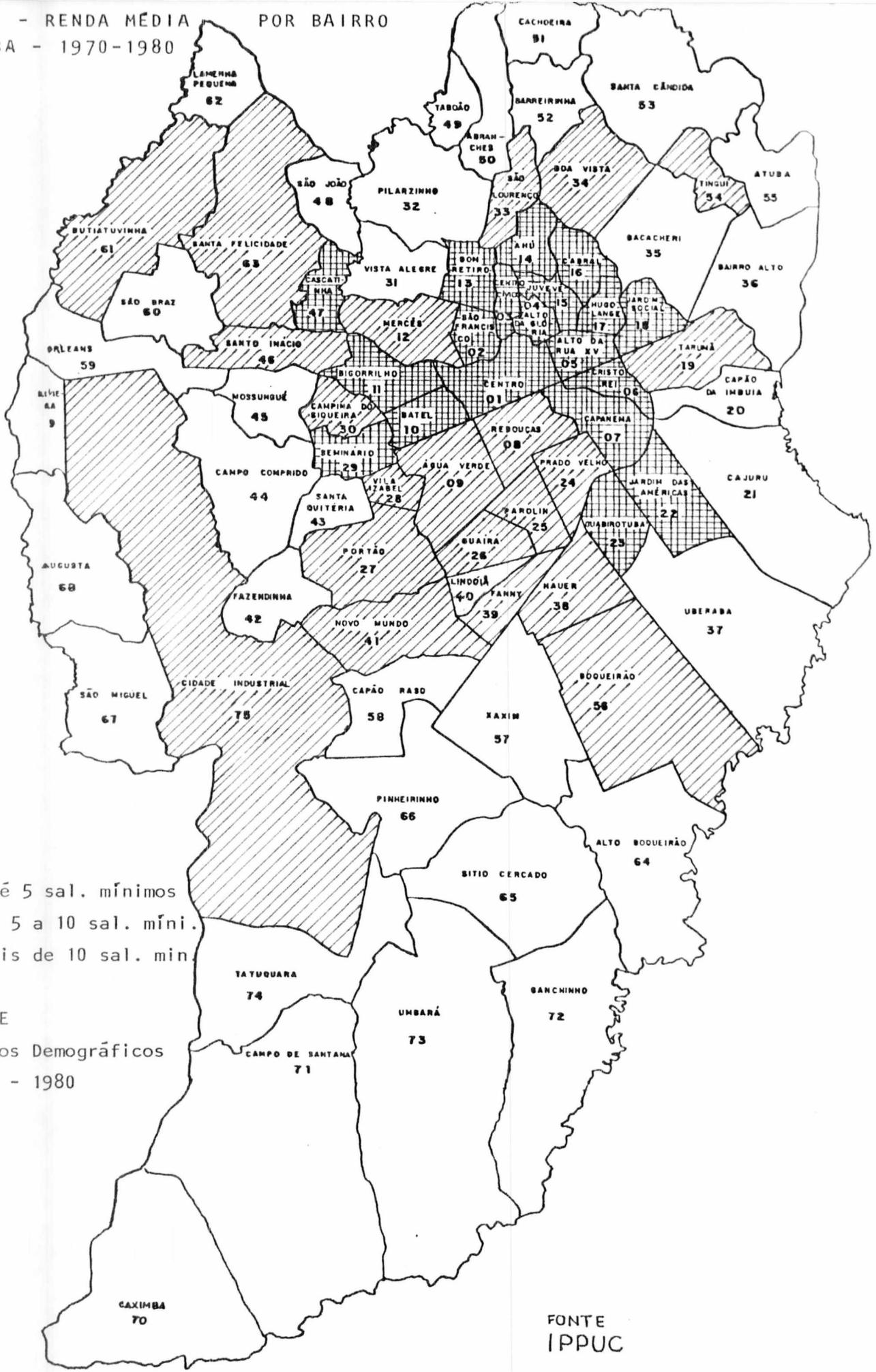
retirado de "Transformações Recentes no Espaço Metropolitano de Curitiba"
 PLAMEC, Boletim Análise Conjuntural, 10 (10) - out.1988 - IPARDES

1.3 - A SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE

Um olhar mais atento sobre a distribuição espacial da população em Curitiba, segundo sua faixa de renda, é bastante significativo. Em geral, quanto mais baixa a renda familiar, mais distante e sem infraestrutura o local de moradia. Este olhar mostrará também que os bairros que tiveram um maior crescimento populacional nas duas últimas décadas, foram os mais afastados do centro e os mais carentes em termos de benefícios urbanos. Este fato deve-se, basicamente, a alguns aspectos já mencionados anteriormente, entre eles o agravamento da crise econômica e a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o grande fluxo migratório na direção campo-cidade, o desemprego, a valorização do solo urbano, a especulação imobiliária e a falta de um planejamento urbano que respondesse, com eficácia, aos problemas urbanos existentes.

Nos bairros mais centrais, onde a renda média é superior a dez salários mínimos, o crescimento populacional não foi tão acentuado nas décadas de 70 e 80, quando comparado a outros bairros da cidade, ficando entre 1,90% no Bom Retiro e 67,18% no Guabirotuba. Neste caso, os bairros que apresentaram os maiores índices de crescimento foram os que se constituíram como Jardins Residenciais, construídos para famílias com renda mensal acima de vinte salários mínimos, como por exemplo, o Jardim Social 66,53%, o Jardim das Américas 58,53% e Guabirotuba (citado acima) (27) (Ver mapa 4).

MAPA 04 - RENDA MÉDIA POR BAIRRO
 CURITIBA - 1970-1980



- até 5 sal. mínimos
- de 5 a 10 sal. míni.
- mais de 10 sal. min

Fonte: FIBGE

Censos Demográficos
 1970 - 1980

FORTE
 IPPUC

As famílias com renda mensal entre cinco e dez salários mínimos residem numa região que forma uma espécie de anel ao redor do centro da cidade. São bairros que possuem uma infraestrutura e rede de serviços de consumo coletivo que pode ser considerada razoável. Esta região tem o acesso ao centro da cidade facilitado pela existência de vias estruturais. Nesta região o crescimento populacional, entre os anos 70 e 80, esteve situado entre 6,15% em Rebouças e 386,39% em Botiatuvinha (28) (Ver mapa 4).

Os bairros que apresentaram um crescimento reduzido foram urbanizados há muitos anos e, geralmente, localizam-se em regiões próximas ao anel central, como por exemplo, o bairro de Rebouças (citado acima). Nestes bairros, as residências tem cedido lugar ao comércio e, desta forma, o centro da cidade se alastra. Por outro lado, os bairros que apresentaram um maior índice de crescimento populacional, localizam-se em regiões distantes do centro, sem infraestrutura urbana e, exatamente por isso, onde os lotes são mais baratos, como é o caso de Botiatuvinha (citado acima). Sendo assim, é provável que, em breve, a renda média de alguns destes bairros apresente uma queda.

O bairro de Santa Felicidade, que apresentou um crescimento populacional de 140,40% e a CIC - Cidade Industrial de Curitiba, com 180,28% (29) de crescimento no período entre 1970 e 1980, devem ser considerados à parte. Apesar de situados na faixa de renda média entre cinco e dez salários

mínimos, estes bairros apresentaram um adensamento populacional significativo por representarem, no primeiro caso um importante pólo comercial, e no segundo uma região centralizadora de indústrias. Tal situação atraiu para estes bairros mão-de-obra o que, conseqüentemente, incentivou o surgimento de loteamentos e conjuntos habitacionais.

Os bairros onde verificaram-se os maiores índices de crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80, foram aqueles onde residem famílias com renda média de até cinco salários mínimos que, em 1980, representavam 39% dos bairros de Curitiba (30). O menor índice verificado neste período foi no bairro do Taboão com 7,45% e os maiores foram Alto Boqueirão com 930,14% e Sítio Cercado com 1.977,13% (31), os dois localizados na região sul da cidade (Ver mapa 4).

O que se constata é que a medida que os bairros se afastam da área central da cidade a oferta de bens de consumo coletivo, equipamentos urbanos e infraestrutura básica vai tornando-se ineficiente, ou mesmo inexistente. Desta forma, a apropriação do espaço urbano, se dá de forma diferenciada, onde as classes populares são as mais prejudicadas em relação a seu acesso aos benefícios urbanos.

Em relação a infraestrutura básica, os dados mostram que grande parte da população que reside nas periferias da cidade não é atendida por estes serviços. O sistema de coleta e tratamento de esgotos, por exemplo, atendia em 1984 aproximadamente 39,6% dos habitantes de Curitiba. Sendo que somente num raio de três quilômetros a partir do centro da

cidade, existe coleta de esgoto ligada ao tratamento. A partir daí, num raio de mais ou menos três quilômetros há coleta, mas o lançamento de esgoto é feito nos cursos de água, o que afeta várias bacias, como por exemplo a do Rio Atuba, Rio Barigui, Rio Belém, Rio Bacacheri e Ribeirão dos Padilhas. No restante da cidade não há nenhuma espécie de coleta, nem de tratamento de esgoto. Estima-se, para 1990, um déficit de 280 mil domicílios a serem atendidos por serviços de esgoto (32). Esta situação agrava-se ainda mais com o fato de em 1984, 30% do total da população não tinha acesso a coleta de lixo, jogando-o em terrenos baldios, córregos e rios (33).

O sistema de abastecimento de energia elétrica, por outro lado, pode ser considerado satisfatório, pois atendia em 1984 a 97,8% da população. A rede de água, no mesmo ano atingia 90% do total dos habitantes da cidade (34), o que não significa que 90% dos domicílios fossem atendidos. Muitas vezes uma bica fornece água para vários domicílios, e este serviço é computado pelo total de pessoas beneficiadas, o que gera uma distorção em relação ao total do atendimento.

A situação se agrava nas periferias de Curitiba em relação aos bens de consumo coletivo e equipamentos urbanos. O sistema de transporte coletivo, por exemplo, apesar de ser considerado como modelo a nível nacional, apresenta problemas.

O aumento da população urbana de Curitiba fez com que a demanda por transporte coletivo crescesse muito nos últi-

mos dez anos. Em 1975, 673 ônibus transportavam 515 mil pessoas por dia. Em 1987, 1.150 ônibus existentes transportavam 1,1 milhão de passageiros por dia (35), incluindo os provenientes de outros municípios da Região Metropolitana.

É importante perceber que a quantidade de ônibus circulando dificilmente corresponde ao total de veículos existentes e, mesmo que assim fosse, o crescimento do número de veículos não correspondeu ao aumento da demanda. Enquanto o número de passageiros cresceu 114%, entre 1975 e 1987, o número de ônibus cresceu apenas 71% no mesmo período.

Se compararmos o total de passageiros transportados diariamente pela frota de transporte coletivo existente em Curitiba, a defasagem evidencia-se ainda mais. Em 1975 essa relação era de 765 passageiros por veículo. Em 1987 essa relação sofreu um acréscimo de 25%, passando a representar 956 passageiros por ônibus.

Além destes problemas, a população de Curitiba usuária do transporte coletivo sofria com constantes e abusivos aumentos nos preços das tarifas. Como consequência desta situação o Movimento de Transportes conseguiu aglutinar muitas associações de moradores e lutar por melhorias na qualidade do transporte coletivo na capital e em outros municípios da Região Metropolitana. Este assunto será tratado com mais detalhes posteriormente, no Capítulo IV.

Em relação à educação percebe-se que grande parte das escolas de 2º grau, num total de trinta e duas públicas (36)

e quarenta e sete particulares (37), localizam-se no centro da cidade. A rede pública de ensino, municipal e estadual, apesar da baixa qualidade e de diversos outros problemas apresentados, ainda é responsável por grande parte das matrículas efetivadas, cerca de 85%, sendo que 60% destas na rede estadual (38).

As escolas públicas de 1ª a 4ª série distribuem-se por toda a cidade e estão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba desde 1975. Geralmente, os alunos que frequentam escolas de 1ª a 4ª série da Prefeitura, concluem o 1º grau em escolas estaduais que, em geral, localizam-se num raio de até um quilômetro de seu local de moradia.

Entretanto, apesar da articulação existente entre escolas de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries, o grande problema é a evasão escolar devido, basicamente, ao alto custo que a educação representa para as famílias de baixa renda e, pelo fato de que, em geral, as crianças a partir de dez anos ingressam no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família. Em 1986 a cada cem alunos matriculados na 1ª série, apenas sessenta e cinco chegavam a 4ª série e trinta e um concluíam o 1º grau (39). Além disso, em 1980, 8% da população acima de quinze anos residente em Curitiba era analfabeta (40).

A falta de creches é outra carência vivenciada pela população de baixa renda. Em grande parte destas famílias, as mulheres tem contribuído de forma significativa no orça-

mento familiar, desta forma, seu emprego é de fundamental importância. Para estas mulheres que trabalham fora, o grande problema é onde deixar as crianças com segurança, durante o período em que não estão na escola.

Em 1985 haviam em Curitiba 120.418 crianças na faixa etária até seis anos, em famílias com renda de até cinco salários mínimos, que representavam uma demanda potencial por creches (41). No mesmo ano, apenas 6.615 crianças, ou seja, 5,4% do total eram atendidas nas cento e treze creches existentes na cidade. Deste total, 1.007 crianças estavam em dezenove Creches de Vizinhança (onde a comunidade arca com a complementação dos custos e com a administração), o que representava quase metade do total das 2.190 crianças que frequentavam as trinta creches da Prefeitura (42). As 3.218 crianças restantes eram atendidas por creches do IAM - Instituto de Assistência ao Menor - ou creches particulares conveniadas.

Diante desta situação, a Comissão de Creches do MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - realizou em 1984 uma pesquisa em quatorze bairros da periferia de Curitiba, com o objetivo de conhecer a real dimensão do problema e, em posse de dados concretos, reivindicar a construção de mais creches.

O levantamento realizado pelo MAB foi parcial, tendo em vista que foram pesquisadas apenas famílias com renda de até três salários mínimos. Mesmo assim, os dados obtidos foram significativos e mostraram a discrepância entre os nú-

mero de creches em funcionamento e a demanda existente. O levantamento realizado em 1984 pelo MAB revelou, por exemplo, que existiam nas quatorze vilas pesquisadas cerca de 2.800 crianças na faixa de até seis anos, ou seja, quase metade do total de crianças atendidas por todas as creches existentes em Curitiba em 1985 (43). O Movimento de Creches será analisado no Capítulo IV.

Em relação aos serviços de saúde sua distribuição espacial pela cidade é semelhante a das escolas, ou seja, grandes hospitais concentram-se no centro da cidade, sendo que cinquenta e oito dos sessenta e cinco hospitais existentes são privados. Curitiba centraliza uma grande quantidade, assim como uma grande variedade de serviços hospitalares. Este quadro, no entanto, não se repete nos demais municípios da Região Metropolitana, onde existiam em 1986 um déficit de 41% em relação ao atendimento hospitalar (44). A população, diante desta situação, se vê forçada a recorrer aos serviços prestados na capital onde, apesar da demanda existente, constatou-se ociosidade na rede pública hospitalar, por falta de profissionais (45).

Nas periferias da cidade localizam-se postos de saúde, que atendem cada um, aproximadamente, a 10.000 pessoas. Em 1983 existiam quinze postos de saúde da rede municipal e quatorze unidades sanitárias ligadas à Secretaria Estadual de Saúde e Bem Estar (46).

Tendo-se como base uma média de duas consultas por ano por habitante, segundo critérios estabelecidos pela pró-

pria Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, em 1986 o déficit estimado no atendimento à população de bairros periféricos era de vinte e cinco centros de saúde, atingindo cerca de 180.000 pessoas (47). Na Região Metropolitana esse déficit, no mesmo ano, representava setenta e dois consultórios médicos, totalizando aproximadamente 400 horas de consulta (48).

Deve-se considerar que a saúde da população, ou a falta dela, é consequência também da péssima qualidade de vida nos bairros periféricos da cidade, o que envolve condições de habitabilidade e alimentação, assim como da carência de saneamento básico, entre outros aspectos. É importante portanto, ressaltar que diante destas questões os postos de saúde pouco, ou nada, podem fazer, desenvolvendo, desta forma, uma medicina mais curativa do que preventiva.

As necessidades urbanas apontadas acima interferem diretamente no processo de reprodução da força de trabalho e são, em grande parte, decorrentes das contradições urbanas geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, de acordo com Édison Nunes, é preciso considerar também o caráter subjetivo destas carências, que são construídas socialmente.

O conjunto de carências de cada um é apreendido em seu processo de socialização e estão marcados por hábitos, normas, moral social e modificados por suas escolhas (49).

Neste sentido, as reivindicações dos moradores da periferia de Curitiba dizem respeito a demandas relacionadas a bens de consumo coletivo indispensáveis para sua sobrevivên-

cia, mas também fazem parte de um universo de carências associadas a um determinado modo de vida, desejado pelas classes populares.

Em sua quase totalidade as reivindicações populares são encaminhadas ao Estado, que tem assumido historicamente o papel de gerenciador e fornecedor de equipamentos urbanos, favorecendo a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho. Por outro lado o atendimento de necessidades urbanas, por parte do Estado, possibilita a melhoria da qualidade de vida da população residente nas periferias das cidades, o que, por sua vez, pode criar novas carências sociais. Neste sentido, é preciso considerar que, como aponta Édison Nunes,

uma importante determinação da escolha de carências operadas nos movimentos é a legitimação da pretensão do equipamento. Em outras palavras, as reivindicações tem por alvo bens tidos socialmente como necessários e cujo atendimento é visto como justo. São direitos. E isso se dá na medida em que o Estado assume as políticas sociais como obrigação sua (50).

Em Curitiba este processo de luta por uma vida digna e pelo direito à cidade agudizou-se na década de 70, quando ficou evidente que os planejamentos urbanos realizados para transformar a capital em uma "cidade modelo" não consideravam fatores e problemas que atingiam as classes populares, como por exemplo a existência de favelas.

Os dados aqui analisados, relativos a periferia de Curitiba e seus problemas, possibilitam a desmistificação da idéia de "cidade modelo". A elaboração de planejamentos urbanos e a intenção, por parte da administração pública em

implementá-los, não é o suficiente para superar os graves problemas urbanos existentes. É necessário que os planejamentos urbanos beneficiem toda a população, e não apenas uma pequena parcela dos habitantes da cidade.

A participação das classes populares deveria ser indispensável na elaboração de planejamentos urbanos para que, desta forma, estes fossem capazes de satisfazer suas reivindicações e carências. Neste processo, a população deveria ter acesso a informações sob controle dos órgãos técnicos, o que lhes possibilitaria uma maior compreensão da questão urbana. Por sua vez, os técnicos deveriam tomar conhecimento dos valores e expectativas que compõem as carências sociais, o que lhes permitiria reelaborar seu olhar sobre a cidade.

Entretanto, os planos urbanísticos elaborados para Curitiba, não tiveram a capacidade técnica, financeira e sobretudo política, de responder aos problemas decorrentes do acelerado crescimento urbano verificado nas duas últimas décadas, principalmente aqueles que atingem as populações mais carentes residentes em regiões periféricas, e nem de dar respostas à suas reivindicações.

É importante considerar ainda que

se o planejamento é realizado pelo grupo de técnicos a serviço do Estado, tem, nas formas através das quais ele se viabiliza, as condições de realização da ideologia dominante, sem as quais os grupos que dirigem tal planificação não poderiam exercer sua hegemonia (51).

Desta forma, não causa espanto a forma como se tentou generalizar para todos os bairros de Curitiba uma situação particular - a das regiões centrais - criando assim a ilusão da "cidade modelo".

NOTAS

1 - Segundo Lúcio Kowarick, espoliação urbana é a "somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho", KOWARICK, Lúcio - "O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana" in MOISÉS, José Álvaro et alii - CIDADE, POVO E PODER, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1982, p.34.

2 - Conforme dados fornecidos pelo IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

3 - O que caracteriza a favela é a ocupação irregular do terreno e a existência de problemas gerais quanto a infraestrutura e serviços coletivos. Ver BOSCHI, Raul e VALLADARES, Lícia - "Movimentos Associativos de Camadas Populares Urbanas - Análise Comparativa de Seis Casos" in BOSCHI, Raul (org.) - MOVIMENTOS COLETIVOS NO BRASIL URBANO, Zahar Editores, São Paulo, 1983.

4 - Segundo dados do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1983.

5 - AS NOVAS BANDEIRAS - HISTÓRIA DE CURITIBA, Fundação Cultural de Curitiba, 1986.

6 - REZENDE, Vera - PLANEJAMENTO URBANO E IDEOLOGIA, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982, p.80 .

7 - De acordo com o PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de Curitiba, Governo Municipal de Curitiba, 1985.

8 - JACOBI, Pedro - "Exclusão Urbana e Luta pelo Direito à Moradia", REVISTA ESPAÇO E DEBATES, Ano II, nº 7, outubro/dezembro de 1982, Editora Cortez, São Paulo, p.57. Sobre o assunto ver também BAVA, Sílvia Caccia - A CRISE DA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO, texto apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

9 - VILA SÃO PEDRO - O BAIRRO NA HISTÓRIA DA CIDADE, Boletim Informativo da Casa Romário Martins, Ano V, nº 33, Curitiba.

10 - De acordo com MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, nº 2, IPPUC, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1990.

11 - ROLIM, Maria do Carmo Brandão - FAVELAS, MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS E PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA, Dissertação de Mestrado apresentada ao IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985.

12 - A implantação da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, obedeceu a alguns critérios, como por exemplo a política de uso do solo e, entre outros de menor influência "foram considerados a direção favorável dos ventos dominantes (mais fácil dispersão da poluição atmosférica), topografia adequada a implantação de plantas industriais, preservação de recursos hídricos, proximidade de complexo petroquímico da Petrobrás e disponibilidade de ramal ferroviário", de acordo com depoimento de Ivo Arzua, em MEMÓRIAS DA CURITIBA URBANA, Nº1, IPPUC e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1989, p.32.

13 - MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, Nº1, IPPUC e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1989, p.26.

14 - Segundo depoimento de Rafael Dely in MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, nº 1, IPPUC e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1989, p.17.

15 - São consideradas áreas ociosas aquelas urbanizáveis e não ocupadas, usando como critério para sua classificação e dimensionamento físico os coeficientes de aproveitamento definidos pela Lei de Zoneamento. Ver ÁREAS OCIOSAS, IPPUC, 1983.

16 - CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO XAXIM - CURITIBA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, Fundação Cultural de Curitiba, Ano IV, Nº 1, 1986.

17 - IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

18 - De acordo com dados do PMDU, 1985.

19 - IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Edison Vieira, NOVA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO PARANÁ, Curitiba, 1983.

20 - IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

21 - Equipe PLAMEC - TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO METROPOLITANO DE CURITIBA, Boletim Análise Conjuntural, IPARDES, V.10, nº 10, Curitiba, outubro 1988.

22 - Segundo dados do PMDU, 1985.

23 - KOWARICK, Lúcio - Op.cit., p.43.

24 - Equipe PLAMEC - Op.cit.

25 - MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis e TORRES, Teresa Cristina - METROPOLIZAÇÃO E INTERVENÇÃO METROPOLITANA - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Teresópolis, 1987.

26 - Equipe PLAMEC, Op. cit.

27 - IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

28 - Ibidem.

29 - Ibidem.

30 - De acordo com dados do PMDU, 1985 e IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

31 - IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

32 - IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Edison Vieira, PROGRAMAS SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. DEMANDAS SOCIAIS E GASTOS PUBLICOS EM HABITAÇÃO, SANEAMENTO, SAÚDE E EDUCAÇÃO, Curitiba, Março 1988.

33 - Segundo dados do PMDU, 1985.

34 - Ibidem.

35 - URBAN, Teresa - TRANSPORTE COLETIVO, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1987.

36 - De acordo com o CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU, Secretaria de Estado da Educação - PR, sem data.

37 - SUBSÍDIOS PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE ENSINO DE 2º GRAU EM CURITIBA, IPPUC, SEED-PR, FUNDEPAR, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1985.

38 - IPARDES, 1988

39 - Ibidem.

40 - IBGE, Censo Demográfico 1980.

41 - Ibidem.

42 - Conforme dados do IPPUC, 1985.

43 - A CRECHE QUE QUEREMOS, Movimento de Creches de Curitiba, MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, 1984.

44 - IPARDES, 1988.

45 - Ibidem.

46 - Segundo dados do CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, Secretaria de Saúde e Bem Estar - PR, sem data.

47 - De acordo com PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COMEC, IPARDES, IPPUC, 1987.

48 - Ibidem.

49 - NUNES, Édison - CARÊNCIAS URBANAS E POLÍTICA - DOIS ESTUDOS DE SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

da Universidade de São Paulo, 1987, p.30.

50 - NUNES, Édison - Op. cit., p.210.

51 - ROLIM, Maria do Carmo Brandão - Op.cit., p.134.

II - MORADORES E ASSESSORES VÃO À LUTA

Conhecer o processo de desenvolvimento urbano de Curitiba, suas contradições e seus problemas fornece alguns dados que possibilitam a análise da qualidade de vida das classes populares residentes nas regiões periféricas da cidade.

Este quadro permite compreender, em parte, porque por volta de 1978/1979 começaram a emergir em Curitiba algumas articulações de moradores de áreas de favelas e de loteamentos clandestinos em defesa de seus direitos, principalmente em relação à habitação.

No entanto, a existência de problemas urbanos e de necessidades sociais não satisfeitas não levam, necessariamente, a mobilização e organização popular. Para tanto é preciso, entre outras coisas, que as carências sociais sejam percebidas enquanto direitos sistematicamente negados, e que a população acredite na possibilidade de conquistá-los através da organização popular.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido por militantes da esquerda, agentes de pastoral e profissionais liberais (sociólogos, advogados, arquitetos, professores entre outros) em Curitiba foi decisivo. Estes prestaram assessoria aos moradores de bairros da periferia da cidade, auxiliando-os na formação de Associações de Moradores e em suas lutas por melhores condições de vida.

Desta forma, a existência de carências sociais e o trabalho desenvolvido pelos assessores junto aos moradores das regiões periféricas da cidade, além de outros fatores que serão analisados posteriormente, tornou possível o surgimento de movimentos populares em Curitiba

II.1 - FAVELAS: PROBLEMAS PARA A "CIDADE MODELO"

O acelerado processo de urbanização ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba a partir de 1960, e o consequente processo de periferização fizeram surgir inúmeros problemas urbanos, vivenciados principalmente pelas classes populares residentes nas periferias da cidade.

A carência de uma política habitacional destinada às camadas de mais baixa renda da população sempre foi uma realidade no Brasil. Entretanto, este problema agravou-se durante a década de 70, como consequência da migração campo-cidade e da crise econômica que se fez sentir, principalmente, através do arrocho salarial e do desemprego.

Esta situação fez com que as classes populares buscassem formas alternativas de moradia, recorrendo sempre àquelas mais acessíveis com seus níveis de renda. Uma das estratégias utilizadas de acesso à moradia foi a ocupação de terrenos urbanos, geralmente públicos ou áreas em litígio. Inicialmente eram construídos barracos que, com o tempo, recebiam melhorias. Este fenômeno ocorreu em praticamente todas as grandes cidades do país, e continua ocorrendo até os dias de hoje (1).

Em Curitiba o processo de ocupação destas áreas se deu, inicialmente, de forma individual, ou seja, as famílias construía seus barracos no terreno e, posteriormente, outras famílias chegavam, muitas vezes atraídas por laços de amizade ou de parentesco. Somente mais tarde, por volta de 1981, é que passaram a ocorrer ocupações conjuntas, organizadas previamente.

Para Curitiba, cidade conhecida nacionalmente pela "eficiência" de seus planejamentos urbanos, o surgimento de núcleos de favelas representou um sério problema. Em 1970 existiam na cidade, aproximadamente, 1.000 barracos localizados basicamente, em cinco núcleos mais antigos de favelas (Valetão, Pinto, Belém, Vila Guaíra e Santa Quitéria) (2).

Diante de tal situação, o então Prefeito Municipal de Curitiba, Saul Raiz (ARENA, gestão 1974-1978) implantou uma política de desfavelamento, ou seja, a erradicação das favelas existentes através de remoção dos barracos e reloca-

ção dos moradores para núcleos habitacionais (casas com menos de 50 m², sem infraestrutura básica como por exemplo, arruamento, água, esgoto e outros), localizadas principalmente na região sul da cidade.

A proposta básica desta política de desfavelamento era fornecer habitação compatível com o nível de renda da população residente em áreas de favela, e capacitá-la para assumir novos hábitos, valores e novo esquema de vida dentro da realidade urbana (3).

Entretanto, essas medidas não solucionaram o problema, seja porque apenas 20% do total de moradores residentes em áreas de favelas foram relocados e os que residiam em barracos demolidos em um núcleo de favela deslocavam-se para outro; seja porque o fluxo migratório contínuo e o crescimento vegetativo da população não eram acompanhados por investimentos em moradia, nem tampouco por programas habitacionais compatíveis com a renda familiar das classes populares. Desta forma, em 1974 já existiam vinte e nove favelas em Curitiba, com uma população de 17.185 moradores, residindo em 4.083 barracos (4).

Na tentativa de conter o crescimento dos núcleos de favelas, o Prefeito Saul Raiz designou funcionários, conhecidos como "fiscais da Prefeitura", para impedir a construção de novos barracos, ou mesmo a realização de melhorias nos já existentes. O objetivo principal desta medida era impedir a fixação dos moradores.

Os "fiscais da Prefeitura" recorreram muitas vezes à violência, quando suas ordens não foram obedecidas e, para tanto, contavam com ajuda da polícia. Muitos barracos foram incendiados ou demolidos. O material restante destas demolições era jogado em um terreno baldio nos limites da cidade onde, posteriormente, surgiu mais um núcleo de favela, a Vila Pompéia.

Além da ação da Prefeitura, os moradores das favelas sofriam também ameaças e ações violentas por parte dos proprietários dos terrenos, que pretendiam, desta forma, intimidá-los e expulsá-los das áreas.

Em outubro de 1977 ocorreu um episódio que pode ser apontado como o deflagrador do processo de organização dos moradores de favelas. Uma área litigiosa, a Vila Formosa, onde moravam cerca de cem famílias, foi cercada com arame farpado, a mando de seu suposto proprietário, com o objetivo de impedir o acesso dos moradores. Estes, revoltados com a situação, arreventaram o arame. O proprietário reagiu com violência. Os moradores procuraram o apoio de um grupo de advogados com o qual tinham contato, para obter orientações sobre a melhor atitude a ser tomada.

Foi realizada uma reunião contando com a presença de moradores da Vila Formosa, deputados e da imprensa, onde foi denunciado o ocorrido. Nesta reunião, a partir da sugestão de um jornalista presente, surgiu a idéia de fundar uma associação de moradores na Vila Formosa que, como órgão legal,

poderia ser um instrumento de representação e de defesa dos interesses dos moradores da área.

A partir de então os moradores da Vila Formosa, juntamente com os da Vila Maria e da Vila Nossa Senhora da Luz, iniciaram um amplo debate sobre a formação de associações, e a elaboração de seus estatutos. Para tanto, contavam com a assessoria de um advogado e com a experiência de luta de algumas lideranças populares residentes nestes bairros.

II.2 -- REAPRENDENDO A PRESSIONAR

O processo de organização da Associação de Moradores da Vila Formosa contou com a assessoria de um grupo de pessoas que, inicialmente, articulou-se a partir da Escola Oficina. A criação desta Escola, com propostas pedagógicas diferenciadas das adotadas nas escolas tradicionais e que funcionava como uma cooperativa, favoreceu a reunião de pais dos alunos que debatiam a linha pedagógica da escola, bem como sua administração. Estas reuniões transformaram-se em um dos únicos espaços onde os pais, muitos deles ex-militantes de partidos de esquerda, que no momento estavam impossibilitados de participar da vida política devido a repressão imposta pelo regime militar, podiam encontrar-se para conversar sobre a situação que o país atravessava.

Um dos sócios desta Escola era o mesmo advogado procurado pelos moradores da Vila Formosa, que a partir deste

contato articulou vários pais de alunos em torno da proposta de realizar um trabalho de organização da população residente nas favelas. Para tanto, inspiraram-se na experiência de criação de Associações de Moradores desenvolvida em outras regiões do país.

Inicialmente este grupo participou de reuniões em diversas vilas, mas com o crescimento da demanda, surgiu a idéia de estruturar um núcleo de assessoria, que fizesse o trabalho de forma mais articulada.

Formou-se então, um grupo de assessores que realizava um trabalho de acompanhamento às vilas, ocupando um espaço que, na época, não era preenchido pelos partidos políticos (ARENA E MDB), nem por qualquer outra organização de defesa dos interesses dos moradores das periferias.

As Associações de Moradores e Amigos de Bairros foram priorizadas pelos assessores enquanto forma de organização por entenderem que, num regime autoritário, um instrumento jurídico era mais eficaz na defesa dos direitos dos cidadãos. Além disso, era uma forma democrática e coletiva de organização dos trabalhadores.

Percebe-se, portanto, que o surgimento das primeiras Associações de Moradores em Curitiba foi marcado, basicamente, por três fatores: o problema concreto vivenciado pelos moradores (necessidade de local para moradia, luta pela posse da terra e contra a violência por parte dos "fiscais da Prefeitura" e por parte dos supostos proprietários); o

trabalho dos assessores junto a esses moradores, favorecendo sua mobilização e sua organização; e a participação de lideranças populares com experiências anteriores de luta por seus direitos vivenciados no movimento sindical em Curitiba e em outras regiões do estado.

O grupo de assessores era composto por profissionais liberais que prestavam serviço voluntário e gratuito aos moradores. Realizavam seu trabalho profissional em outros espaços e desenvolviam o acompanhamento às vilas à noite ou em finais de semana. Em geral, eram ex-militantes da esquerda ou tinham tido algum tipo de atividade política no período anterior ao regime militar. Não eram oficialmente vinculados a nenhuma instituição, e não recebiam nenhum tipo de apoio financeiro.

Essa assessoria tinha uma inserção de natureza técnica e política junto as Associações de Moradores. Realizavam levantamentos sobre a real situação dos núcleos de favelas, selecionavam as principais reivindicações e articulavam um plano de ação. Todo este trabalho era realizado em conjunto com os moradores, procurando destacar a importância do trabalho coletivo e de que forma este fortalecia o movimento.

Em linhas gerais a proposta de trabalho do grupo de assessores pode ser resumida como: "consolidar as associações existentes a nível de organização, mobilização e educação; o trabalho educativo deve privilegiar as lideranças; buscar o fortalecimento das diretorias e órgãos colegiados;

trabalhar a possibilidade de aliança com as pastorais da Igreja; os mutirões devem ter o duplo caráter de denúncia da omissão da Prefeitura e desenvolver a unidade e a solidariedade entre os moradores" (5).

Apesar da importância do trabalho dos assessores para a determinação dos rumos do movimento, não havia entre eles uma proposta política de consenso. Isto porque, o núcleo de assessores era composto por pessoas provenientes de diversos grupos de esquerda, cada qual com formas próprias de analisar a situação e de encaminhar a ação política.

No entanto, haviam alguns pontos de convergência entre os assessores, como por exemplo: "o trabalho é político e não partidário; a luta das Associações de Moradores tem um caráter limitado - porque não questiona o controle dos meios de produção - mas, diante da ditadura é um instrumento válido porque resolve problemas concretos melhorando a qualidade de vida e prepara para lutas maiores; é preciso garantir a unidade das lutas dos favelados, pois só assim garantirão a posse da terra; luta por melhoramentos são importantes porque mobilizam e garantem vitórias a curto prazo; benefícios devem ser reivindicados de forma coletiva e organizadas, para que haja um saldo positivo; o trabalho de apoio técnico deve ser feito com o acompanhamento de uma visão mais geral do problema" (6).

Percebe-se, desta forma, que a existência de um objetivo único que era de favorecer a organização independente dos trabalhadores, permitia apesar das diferenças, uma certa

unidade do grupo.

Os moradores, em geral, encontravam dificuldades em compreender o processo burocrático de fundação de uma associação, assim como o papel da diretoria e a importância do trabalho coletivo. Isto devia-se, em parte, ao fato de que a maioria dos moradores destes núcleos de favelas eram migrantes do interior do Paraná, que não tinham nenhuma experiência neste tipo de organização. Geralmente a população destas favelas era composta por trabalhadores não qualificados e com baixos salários, pessoas sub-empregadas, sem atividade fixa ou mesmo desempregadas, muitos deles analfabetos ou semi-alfabetizados.

Em geral, as expectativas dos moradores centralizavam-se na figura do presidente da Associação, que era escolhido por sua liderança junto ao grupo. Alguns destes líderes, que despontaram no trabalho das Associações, tinham experiência de lutas populares anteriores na área sindical e, no caso dos migrantes, em outras regiões do estado.

A partir dos debates sobre a questão da posse da terra, realizados pelos assessores junto aos moradores, algumas concepções foram sendo definidas, como por exemplo, a de que qualquer pessoa tinha o direito de permanecer no terreno mesmo não sendo proprietário, porque era seu local de moradia, e tinha direito de resistir para não ser afastado da área. Neste sentido, colocavam em discussão duas questões que se contrapunham : o direito à habitação e o direito à propriedade.

Estas idéias foram ganhando força e, através das Associações, os moradores passaram a desenvolver um processo de resistência, ou seja, denunciar as violências e abusos cometidos pelos "fiscais da Prefeitura" e pela polícia, e exigir da Prefeitura soluções para os problemas enfrentados nos núcleos de favelas.

Toda esta movimentação era novidade para Curitiba - a "cidade modelo" - e logo virou manchete de jornal. A cobertura dada pela imprensa sobre os acontecimentos ocorridos nas favelas desempenhou um importante papel na divulgação das lutas. Como consequência deste fato, muitos moradores de outros núcleos de favelas, que também vivenciavam os mesmos problemas, passaram a procurar as Associações envolvidas neste processo em busca de orientações.

Outro fator importante para a organização das primeiras associações de moradores em Curitiba foram os debates realizados pelos moradores da Vila Formosa, Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz em torno da elaboração de seus estatutos. Nestes constavam, entre outras coisas, a defesa dos interesses e direitos dos associados, a representação destes frente aos órgãos oficiais, a luta pela melhoria da qualidade de vida e a estimulação de aspectos como a solidariedade e a comunidade.

Posteriormente, outras Associações em processo de formação passaram a seguir este modelo de estatuto. Estas, em geral, eram compostas pela Assembléia Geral, órgão

máximo de representação e de deliberação; pelo Conselho de Moradores, órgão consultivo; pela Diretoria, órgão executivo das decisões tomadas pela Assembléia; e pelos Departamentos, órgãos auxiliares da Diretoria (7).

O resultado de todo este processo foi a fundação de várias Associações entre 1978 e 1979, principalmente na região sul da cidade, em áreas onde o problema da posse da terra era mais sério.

II.3 - O SURGIMENTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

No início do processo de organização dos moradores da periferia de Curitiba, representantes das Vilas Maria, Nossa Senhora da Luz e Formosa debateram entre si os problemas que enfrentavam por residirem em áreas de favela e em terrenos ocupados. Criaram, então, Associações de Moradores, através das quais pudessem ser representados na defesa de seus direitos e interesses. Desta forma surgiram as primeiras Associações de Moradores em Curitiba, no final da década de 70 (8).

Posteriormente, em 1979, estas Associações de Moradores criaram o Conselho de Representantes. Com o tempo, outras associações de moradores passaram a fazer parte do Conselho que, em março de 1980, elegeu sua primeira Comissão Executiva, com a função de organizar, articular e direcionar

o movimento e as lutas das Associações de Moradores. Faziam parte do Conselho, o presidente e mais dois representantes de cada Associação, com direito a voz e voto.

No Conselho eram debatidos as propostas políticas do movimento e definidos os encaminhamentos a serem tomados. As reuniões se realizavam mensalmente, uma vez em cada associação participante.

Grande parte do trabalho realizado pelos assessores tomou corpo através do Conselho de Representantes. Muitas vezes, a atuação destes chegou a interferir ou mesmo determinar os rumos do movimento. Em alguns momentos, a polarização de opiniões entre assessores, geralmente referentes a posicionamentos político-ideológicos divergentes, dificultou a participação dos representantes das Vilas nos debates.

Com o aumento da demanda, os assessores dividiram entre si o trabalho, com o objetivo de realizar um acompanhamento de melhor qualidade às Vilas. Organizaram também grupos de trabalho por temas específicos, tais como: administração; arquitetura e engenharia; cultura e educação; jurídico; saúde; imprensa e divulgação. Os coordenadores destes grupos eram subordinados ao Conselho de Representantes.

Estes grupos deveriam realizar junto aos moradores um trabalho de formação política. Uma das atividades a serem desenvolvidas eram debates sobre problemas do bairro, os quais deveriam ser articulados a outras questões mais abrangentes, referentes a sociedade como um todo. Entretanto, o

movimento popular dava seus primeiros passos neste momento, e as questões práticas do dia a dia colocavam-se como prioritárias. Além disso, a assessoria, que também estava iniciando este tipo de trabalho, não tinha segurança quanto a metodologia a ser utilizada. Desta forma, os debates foram muito prejudicados e, em muitos casos, não tiveram continuidade.

II.4 - A "CIDADE MODELO" É QUESTIONADA

No final de 1978, Jaime Lerner da ARENA, foi indicado e assumiu a Prefeitura Municipal de Curitiba. O número de favelas havia aumentado muito (Ver Tabela 3) e a situação dos moradores era cada vez mais precária.

TABELA 03

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAVELAS, BARRACOS E POPULAÇÃO FAVELADA EM CURITIBA - 1974, 1978 e 1979

DISCRIMINAÇÃO	Dezembro 1974	Agosto 1978	Agosto 1979
FAVELAS	29	43	51
BARRACOS	4.083	5.968	6.213
MORADORES	17.185	28.382	30.892

Fonte: IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Diretoria de Promoção Social, PMC, 1980

O aumento do número de favelas e o descaso da Prefeitura de Curitiba em relação a elas fez com que a população favelada buscasse fortalecer suas formas de organização, visando pressionar cada vez mais os órgãos públicos, na tentativa de serem atendidas suas reivindicações.

Diante de tal situação, o Conselho de Representantes organizou uma concentração no dia 19 de Maio de 1979, na Vila Nossa Senhora da Luz, mobilizando várias Associações de Moradores para debater a qualidade de vida na cidade e, principalmente, a questão das áreas ocupadas por favelas. Neste dia foi lido um documento, posteriormente referendado pelas Associações de Moradores presentes, que deveria ser entregue à Prefeitura Municipal exigindo soluções para os problemas da terra urbana.

O dia marcado para a entrega do documento foi 8 de julho de 1979, o Dia da Unidade. Cerca de 3.500 pessoas, representando dezessete Associações de Moradores compareceram para exigir o fim da violência por parte dos "fiscais da Prefeitura" e a retirada destes das áreas de ocupação. Além disso, reivindicavam a posse, a legalização e a urbanização das favelas.

A partir de então, o relacionamento com a Prefeitura passou a ser menos violento do que o verificado na gestão anterior. A violência foi sendo gradativamente substituída por outras medidas, como por exemplo, a criação em 1979, do

DDS - Departamento de Desenvolvimento Social - , que tinha como função estabelecer um contato direto com os moradores das áreas de favelas e fazer um levantamento dos problemas existentes, para formular propostas.

O DDS realizou um cadastro dos barracos e das famílias já residentes nos núcleos de favelas, como o objetivo de impedir o crescimento e a proliferação destes. Este cadastro era controlado pelos "fiscais da Prefeitura" e pelas assistentes sociais.

A partir do encontro do dia 8 de julho, o Prefeito Jaime Lerner solicitou um prazo de quarenta e cinco dias para elaborar uma proposta de solução para os problemas enfrentados pelos moradores das favelas e iniciar sua implementação. Passado o prazo estabelecido nada foi decidido ou encaminhado.

Diante disso os moradores resolveram agir por conta própria. A partir de um debate realizado com um arquiteto sobre o processo de urbanização em favelas do Rio de Janeiro, os moradores da Vila Formosa animaram-se para realizar um mutirão.

O Conselho de Representantes organizou então um grande mutirão, contando com a presença de cerca de vinte associações de moradores, e aproximadamente seiscentas pessoas. Neste dia limparam a Vila Formosa, dividiram os lotes e relocalaram cinquenta casas. Houveram muitos problemas, visto que a Prefeitura permitia que as casas fossem melhoradas,

mas não permitia que estas fossem relocadas. Isto dificultava a organização do espaço proposta pelos moradores, pois impedia o alinhamento das casas, que deveriam obedecer ao traçado das ruas.

Além disso, quando as casas começaram a ser relocadas e, conseqüentemente, houve um desadensamento do espaço ocupado, faltaram lotes para alojar todos os antigos moradores. Sendo assim, aqueles que não couberam na Vila Formosa ocuparam um outro terreno, criando assim a Vila São Jorge. Um outro grupo ocupou um terreno do Estado, a Vila Pimpão.

Apesar de todos os problemas enfrentados, o mutirão deu certo e serviu de estímulo para os que se realizaram posteriormente em outras vilas. Com os mutirões os moradores buscavam efetivar melhorias nas casas e no espaço urbano ocupado, assim como desenvolver ações de resistência contra a violência e as arbitrariedades praticadas pela Prefeitura de Curitiba.

Para os moradores urbanizar a favela significava muito mais do que apenas a organização daquele espaço urbano. Significava, antes de tudo, tornar-se cidadão. Isto porque com as casas alinhadas, numeradas e com as ruas "batizadas" eles poderiam ser localizados, passavam a "existir". Além disso, a partir do momento em que as favelas eram urbanizadas pelo movimento através de mutirões, os moradores referiam-se a este espaço como Vila, e não mais como favela. Isso lhes conferia dignidade.

É importante destacar que durante todo o processo de debate e de elaboração de projetos de urbanização por parte dos moradores das favelas, assim como durante o processo de mutirão e o trabalho de relocação e alinhamento das casas, a assessoria dos arquitetos foi fundamental.

É importante ressaltar também que em alguns momentos o trabalho dos assessores foi bastante técnico, como por exemplo em relação a atuação dos advogados ou dos arquitetos. No entanto, a criação das Associações, assim como os mutirões, tinham como objetivo principal organizar a população para pressionar a Prefeitura, exigindo melhorias nas vilas. Sendo assim, deve-se considerar o caráter político que permeou todo o processo. Embora em muitos momentos prevalecesse o enfoque técnico, na realidade a ação política era a razão de todo o trabalho realizado.

Em resposta as solicitações feitas no Dia da Unidade pelas Associações, a Prefeitura afastou os "fiscais" das favelas, e os substituiu por "controladores de áreas", que tinham como função convencer a população a não construir outros barracos. Desta vez, no entanto, utilizando a argumentação e não mais a ajuda da polícia. Quando não obtinham êxito em suas negociações, os controladores encaminhavam os casos ao DDS. Posteriormente, os "controladores" também foram afastados das áreas de favelas.

As assistentes sociais do DDS, que trabalhavam nas áreas de favela no mesmo período que os "controladores fiscais", desempenharam um papel estratégico. Visando desmobi-

lizar e enfraquecer a representatividade das Associações de Moradores, elas mantinham um contato constante com os presidentes destas, incentivando-os a encaminharem suas reivindicações isoladamente. Faziam também com que estes agissem como fiscais da Prefeitura, ou seja, em troca de alguns benefícios para si e melhorias para a vila, impediam a entrada de mais pessoas nas áreas, controlando o crescimento das ocupações. Por outro lado, as pessoas impedidas de ocupar terrenos em uma área de favela já existente, deslocavam-se para outras regiões da cidade, o que fez com que surgissem outros núcleos de favelas.

Diante da constatação de que o processo de ampliação dos núcleos de favelas era um fato incontrolável e de que os moradores recusavam-se a sair de seu local de moradia em áreas já ocupadas, a Prefeitura Municipal de Curitiba lançou em 31 de março de 1980 a "Carta da Favela". Neste documento, a Prefeitura traçava algumas propostas de atuação, tais como: urbanização de favelas localizadas em terrenos da Prefeitura em áreas consideradas salubres; negociação entre Prefeitura e proprietários particulares das áreas ocupadas por favelas, visando a compra ou oferta de outra área para a relocação das famílias; aquisição por parte da população de casas em programas especiais (oferta de 240 unidades); financiamento para construção de casas através da COHAB; implantação de comunidades rurbanas; formação de Conselho Comunitário da Qualidade de Vida nas Favelas (criado por decreto, contando com a participação de representantes da Câmara Municipal, da Pastoral da Favela, da Comissão de Justiça e Paz e da Prefeitura Municipal de Curitiba) (9).

Algumas das medidas sugeridas na Carta da Favela foram efetivamente implantadas, como por exemplo a venda de terrenos através do BNH, e a oferta de habitações através dos programas PROMORAR e PROFILURB, da COHAB. Segundo dados do DDS, 867 termos de aquisição de casas foram assinados até 1980; em 1981 e 1982 foram entregues unidades habitacionais para um total de 1.002 famílias. Cerca de quinhentos moradores adquiriram terrenos próprios, sessenta famílias utilizaram o programa de financiamento da casa própria e dez famílias foram transferidas para uma comunidade urbana (10).

Apesar de a primeira vista o resultado da Carta da Favela parecer relativamente satisfatório, é preciso analisar sua eficácia diante das reais proporções do problema e o impacto político que a divulgação de tais propostas provocou.

O total de 2.439 famílias atendidas pelos programas da Prefeitura Municipal de Curitiba, por exemplo, é baixo quando comparado ao total da demanda, que em 1982 era de 7.208 famílias (11). Além disso, a Prefeitura não respeitou a existência de Associações organizadas, legalizadas e representativas dos moradores de áreas de favelas como também não reconheceu a existência do Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairros quando propôs a criação de outra instância deliberativa. Por estas razões, o Conselho de Representantes divulgou uma nota de repúdio às decisões da Prefeitura, onde eram relacionados, entre outras coisas, alguns itens apresentados na Carta da Fa-

vela que geravam dúvidas, tais como: quais favelas estavam localizadas em terrenos considerados salubres? Em que consistiam os programas especiais de financiamento de moradias?

As propostas apresentadas na Carta da Favela causaram divisão no movimento. Isto porque, uma parte dos moradores aceitou as condições impostas pela Prefeitura, e uma outra parcela significativa negou-se a negociar com a COHAB, alegando que haviam muitos moradores que se encontravam desempregados ou subempregados e, por esta razão, estariam impossibilitados de pagar as prestações dos financiamentos da casa própria ou dos terrenos. Além disso, as propostas apresentadas não haviam sido debatidas com os moradores e não contemplavam suas reivindicações, assim como não respeitavam as propostas de urbanização elaboradas pelas Associações de Moradores.

Por outro lado, o fato de que algumas famílias pudessem ser beneficiadas pela proposta da Prefeitura significava uma vitória das Associações, mesmo que parcial. Entretanto, esta vitória não foi apropriada pelo movimento, visto que houve radicalização no sentido de não negociar com a COHAB.

Os moradores, no entanto, chegaram a elaborar propostas alternativas, entre elas a compra dos lotes ocupados, mas pelo preço destes antes da ocupação, ou seja, antes de receberem as melhorias realizadas pelo trabalho dos próprios moradores, como por exemplo, drenagem do solo, abertura de valetas e outros serviços. Eles acreditavam que seu trabalho valorizava o espaço urbano, e não achavam justo pagar à Pre-

feitura pelo trabalho que haviam realizado. É importante ressaltar que os moradores foram responsáveis por 63,93% das melhorias realizadas em áreas de favelas. A Prefeitura agiu somente quando pressionada (12).

As Associações de Moradores conquistaram outras vitórias, como por exemplo, a construção de equipamentos urbanos (creches e postos de saúde) em áreas de favelas. A Prefeitura receava, no entanto, que a construção deste tipo de benfeitoria viesse a consolidar a ocupação dos terrenos. Para evitar que tal fato ocorresse, os equipamentos eram construídos em madeira, o que facilitava sua remoção, caso fosse necessário. O movimento conquistou também a urbanização de algumas áreas de favelas.

As propostas encaminhadas pelo Conselho de Representantes, em geral, buscavam melhorias localizadas para áreas de favelas. Apesar de terem produzido um levantamento das áreas em litígio que deveriam ser priorizadas para desapropriação pelos planejamentos da Prefeitura, não elaboraram uma proposta de caráter mais amplo, como por exemplo em relação a uma política habitacional destinada às classes populares de Curitiba.

II.5 - O I ENCONTRO DE BAIRROS E FAVELAS DE CURITIBA

Diante da divulgação da Carta da Favela, o Conselho de Representantes decidiu realizar um encontro para debater as propostas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba referentes as áreas de ocupação.

Além disso, objetivavam também unificar e fortalecer o movimento, apresentar uma pauta de reivindicações das Associações de Moradores e definir linhas de atuação. Assim, foi realizado em 13 de julho de 1980 o I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, contando com a presença de aproximadamente trinta e cinco associações.

Para preparar o encontro foram realizadas em média, quatro reuniões em cada Associação ou Vila. Nestas reuniões foram levantados os principais problemas dos bairros e debatidas algumas questões previamente elaboradas pelos assessores, tais como: os objetivos do encontro; temas relativos aos problemas das periferias da cidade e das favelas; como eram encaminhadas as lutas das Associações, quais as vitórias que haviam alcançado e quais os principais problemas enfrentados no processo de organização dos moradores; como fortalecer e apoiar as lutas dos operários; qual a atuação da Prefeitura em relação aos problemas das favelas; como deveriam agir diante das propostas apresentadas na Carta da Favela, entre outras questões (13).

As reuniões realizadas nas associações de moradores foram acompanhadas, sempre que possível, por assessores. A partir dos debates realizados, foram elaborados relatórios que subsidiaram a preparação do Encontro.

Durante o Encontro os temas debatidos foram: " Qual a causa de nossos problemas? Como devemos enfrentar as nossas lutas para melhorar as condições de vida e de trabalho? Como devemos enfrentar a luta pela posse da terra? Como devemos enfrentar a política da Prefeitura e do Estado? Como ligar os trabalhos dos bairros com as lutas das fábricas e dos sindicatos? A luta contra a carestia e outras formas de organização popular" (14).

A partir dos debates realizados no I Encontro, foi elaborado um relatório no qual constavam as principais linhas de ação a serem adotadas pelo movimento. Entre elas podemos destacar a ênfase dada ao fortalecimento das Associações de Moradores e do movimento popular, através da união de todos os trabalhadores.

Em relação ao Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairros foi decidido que este era o órgão representativo das Associações, devendo-se fortalecê-lo e ampliá-lo. O Conselho deveria orientar e incentivar a criação de outras Associações. Era também sua tarefa unir e fortalecer o movimento de bairros, garantindo a autonomia de cada Associação em relação ao Estado.

O Encontro decidiu também rejeitar a Carta da Favela, assim como o Conselho Comunitário de Melhoria da Qualidade de Vida nas Favelas, proposto pela Prefeitura.

A questão da posse da terra ocupou lugar de destaque nos debates. Isto porque os relatórios das reuniões realizadas nas vilas concentravam suas propostas nesta questão, e também porque grande parte dos participantes do Encontro eram moradores de áreas de favela. Neste sentido, foram reafirmadas as decisões de não negociar com a COHAB e sim com a Prefeitura, e de dar continuidade aos mutirões realizados pelos moradores, como parte da estratégia para conquistar a posse da terra.

Outro ponto que merece destaque é em relação a propostas de apoio ao movimento sindical e oposições sindicais, assim como a articulação das lutas dos moradores com a dos operários, e dos trabalhadores da cidade e do campo.

A presença de algumas questões no relatório do I Encontro refletem a conjuntura política da época, ou seja, vésperas do processo de reformulação partidária. Entre estas questões podemos apontar a luta por eleições diretas, a importância da participação nos partidos políticos e a realização de debates político-partidários nas Associações de Moradores.

É possível perceber que muitas das propostas, elaboradas durante o I Encontro, estão além dos limites de mobilização e de organização apresentados, naquele momento, pe-

las Associações de Moradores. Muitas delas inclusive, estão além dos limites de compreensão que os participantes do Encontro tinham da realidade, como por exemplo, a necessidade de lutar por eleições diretas, ou por uma articulação entre as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo.

Algumas destas propostas surgiram porque pertenciam a estratégia de ação política dos assessores, e porque faziam parte das expectativas destes em relação ao potencial organizativo do movimento. No entanto, apesar de não serem, em sua maioria, preocupações apresentadas pelos representantes das Associações de Moradores, os debates realizados, assim como a introdução destas propostas no relatório do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, representaram uma tentativa de articular lutas específicas e localizadas de cada Associação de Moradores, com questões políticas e sociais mais amplas, fazendo com que, desta forma, o movimento obtivesse informações que permitissem uma análise mais crítica do processo político como um todo.

Mesmo que, na época do I Encontro, certas propostas não tivessem um significado concreto para os moradores dos bairros de periferia de Curitiba, com o passar do tempo foram sendo compreendidas, divulgadas e apropriadas enquanto bandeiras de luta, ao redor das quais o movimento organizava-se.

É importante ressaltar que o processo organizativo desencadeado nos bairros teve como uma de suas consequências a criação de quadros políticos para o movimento sindical, na

época bastante fraco em Curitiba. Além disso, muitas Associações de Moradores organizaram-se em apoio às greves realizadas em Curitiba e em outras cidades do país, em 1978/1979. Desta forma, a articulação entre o movimento sindical e o movimento de bairros chegou a efetivar-se em alguns momentos, mesmo que de forma incipiente (15).

II.6 - DIVERGÊNCIAS E DIVISÕES

A conjuntura política nacional da época em que foi realizado o I Encontro, suscitou entre os assessores o debate de várias questões, entre elas a reformulação partidária e a forma como este assunto seria encaminhado junto às Associações de Moradores. Este ponto gerou muitas divergências, visto que a assessoria era composta por ex-militantes de grupos de esquerda que tinham visões conflitantes sobre estas questões.

Neste contexto, os assessores passaram a assumir abertamente posições político-partidárias, o que se refletiu no movimento popular, levando a sua partidarização.

Uma parte do grupo de assessores defendia a necessidade de fortalecer o PMDB, outra parte defendia uma postura mais próxima ao Partido dos Trabalhadores, na época em processo de organização. Essas diferenças, apesar de ocorridas entre os assessores, refletiram-se junto as Associações. Este fato fez com que, na prática, passassem a existir dois

grupos políticos no Conselho de Representantes.

Uma outra divergência que apresentou-se foi a possibilidade de criação de uma Federação, abrangendo todas as Associações de Moradores de Curitiba e do Paraná. O grupo ligado ao PMDB apoiava este tipo de encaminhamento. O grupo mais próximo ao PT não, pois acreditava que não haviam condições concretas para este tipo de articulação, visto que praticamente não existia nenhum trabalho desenvolvido no interior do estado.

Nota-se, portanto, que enquanto os assessores estavam unidos ao redor de uma única proposta - apoiar a organização dos trabalhadores - o movimento também organizava-se ao redor de uma única entidade - o Conselho de Representantes. A partir do momento em que surgiram divergências quanto ao encaminhamento da luta e formas de organização, estas tornaram-se insuperáveis e refletiram-se na ação política.

O grupo pró-Federação passou a não mais participar das reuniões do Conselho de Representantes. Por outro lado, alguns assessores também deixaram de participar, pois envolveram-se mais diretamente em outras frentes de atuação política que se articulavam naquele momento de "abertura", inclusive partidos políticos.

Com a realização de algumas ocupações de terras em Curitiba, que não foram bem sucedidas e que geraram muita repressão e violência por parte da Prefeitura, as divergências internas ao Conselho se agravaram e, como consequên-

cia, o grupo mais ligado ao PMDB e pró-Federação formou a Federação das Associações de Moradores do Paraná.

O grupo que permaneceu do Conselho e que, em geral, era mais próximo ao PT, fundou em abril de 1982 a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana. Desta forma, surgiram em Curitiba duas entidades que congregavam e representavam Associações de Moradores

A fragmentação do movimento, com o surgimento de duas entidades representantes das Associações de Moradores teve como consequência o enfraquecimento, naquele momento, do poder de pressão exercido pelo movimento popular junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, na luta pela melhoria da qualidade de vida das classes populares.

Entretanto, deve-se também considerar que se, num primeiro momento, o movimento popular enfraqueceu seu poder de pressão, deu origem, por outro lado a duas entidades populares. Assim, como destaca Maria da Glória Gohn,

o divisionismo partidário contribuiu em muito para o enfraquecimento dos movimentos sociais no plano da luta mais geral, embora eles tenham crescido do ponto de vista organizatório, enquanto estruturas que passaram a ser legitimamente reconhecidas como interlocutores válidos (16).

Um aspecto a ser ressaltado é que a presença constante e marcante dos assessores, muitas vezes impediu a autonomia do movimento em relação a estes. Este processo dificultou a formação de lideranças capazes de dar direção e conti-

nuidade ao movimento.

Desta forma, o papel dos assessores foi importante para o surgimento, organização e fortalecimento das Associações de Moradores, assim como para definir seus rumos e objetivos. Mas, foi determinante também para introduzir nos debates do movimento questões que geraram divisões, como por exemplo a questão partidária. Neste sentido, assim como os assessores influenciaram para a criação do movimento e definição de sua linha política, o fizeram também para sua fragmentação e enfraquecimento.

Finalmente, é importante resgatar que o surgimento de Associações de Moradores em Curitiba ocorreu em um momento em que esta ganhava notoriedade enquanto "cidade modelo". No entanto, os planejamentos realizados não foram capazes de superar os graves problemas urbanos surgidos nas periferias da cidade.

Num momento de crise econômica, o problema da moradia e da posse da terra urbana foi uma espécie de estopim para o processo de organização dos moradores dos bairros periféricos, principalmente aqueles residentes em núcleos de favelas e em loteamentos clandestinos.

Diante da crise política, onde os canais institucionais de participação, como por exemplo sindicatos e partidos políticos, foram silenciados pela repressão militar e impedidos de articularem-se, e diante da fragilidade política ou mesmo inexistência de entidades representativas dos interes-

ses das classes populares residentes em bairros de periferia, as Associações de Moradores passaram a ser em Curitiba, bem como em grande parte das grandes cidades brasileiras, um espaço privilegiado de luta política e de exercício da cidadania.

No entanto, com o processo de "abertura política", com a reorganização dos partidos políticos, de entidades civis, de sindicatos e de diferentes movimentos populares (como por exemplo pelo direito à moradia, contra a carestia, pela melhoria do transporte coletivo entre outros), as Associações sofreram um certo esvaziamento, visto que uma parte significativa de seus assessores e de suas lideranças, passou a participar de outros canais de representação. Deve-se considerar também as divisões decorrentes de disputas internas aos movimentos e, posteriormente, ocorridas entre diferentes entidades populares, ou seja, entre projetos político-ideológicos diferenciados. Esta situação gerou, num primeiro momento, um certo refluxo na atuação política das associações de moradores.

NOTAS

1 - Sobre o assunto ver: GOHN, Maria da Glória - LUTA PELA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO - MOVIMENTOS DE MORADIA 1975-85, texto apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987, e BAVA, Sílvio Caccia - A CRISE DA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO, trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

2 - Ver COSTA, Marta B. - "Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba " in BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia (org.) - EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS DE BAIXA RENDA, BNH/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.

3 - ROLIM, Maria do Carmo - FAVELAS, MOVIMENTO ASSOCIATIVO E PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA, Dissertação de Mestrado apresentada ao IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985.

4 - IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Diretoria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, LEVANTAMENTOS DE FAVELAS EM CURITIBA, 1982.

5 - De acordo com anotações realizadas durante a reunião do grupo de assessores do Conselho de Representantes.

6 - Extraído do relatório da reunião do grupo de assessores do Conselho de Representantes realizada em 12 de fevereiro 1980.

7 - COSTA, Marta - Op. cit.

8 - Na década de 60 já existiam algumas Associações de Moradores organizadas em Curitiba, porém sem muita expressão política.

9 - CARTA DA FAVELA, Prefeitura Municipal de Curitiba, 31 de março 1980.

10 - ROLIM, Maria do Carmo - Op.cit..

11 - FAVELAS DE CURITIBA, IPPUC, 1982.

12 - ROLIM, Maria do Carmo - Op. cit..

13 - Extraído do boletim de preparação do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba.

14 - Extraído do Relatório do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba.

15 - A reconstituição histórica do período analisado neste capítulo tem como objetivo principal contextualizar o momento em que surgiu o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, objeto de estudo do presente trabalho. Para maiores e mais detalhadas informações, assim como para uma análise mais aprofundada sobre este mesmo período, ver o trabalho de dissertação (até o momento sem título definitivo) elaborado por Maria Arlete Rosa, PUC-SP, 1990.

16 - GOHN, Maria da Glória - LUTA PELA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO - MOVIMENTO DE MORADIA - 1975-85, trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, Água de São Pedro, 1987, p.23.

III - RESGATANDO A HISTÓRIA DO MAB

"A associação de moradores é o lugar onde o povo se expressa e participa para alcançar seus objetivos, mudando a sociedade e defendendo seus direitos. É uma forma de caminhar para o socialismo porque quebra a questão do favoritismo e do individualismo, levando o trabalho coletivo. É possível vivenciar uma nova sociedade na maneira como a associação se organiza e encaminha suas lutas.

As pessoas adquirem consciência na prática fazendo e aprendendo a fazer. A associação deve dividir tarefas para que todos aprendam a fazer.

É uma ferramenta de quem está fora do poder. Quando você recupera a história da associação e das lutas do povo percebe que as coisas demoram para serem conquistadas e que só se chega lá com organização.

O MAB deve registrar as lutas e vitórias do povo para valorizar o trabalho realizado.

(depoimento de um participante do MAB, membro da Coordenação Executiva)

O processo organizativo desencadeado pelos moradores de áreas de favelas de Curitiba, no final da década de 70, desembocou na criação do Conselho de Representantes que, por sua vez, serviu de base para a criação de duas entidades representativas de Associações de Moradores: a União Geral de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana, e a Federação de Associações de Moradores do Paraná.

Em 1982 um grupo de associações de moradores criou o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, que durante aproximadamente quatro anos, ocupou um importante espaço no cenário político de Curitiba, assim como de alguns municípios da Região Metropolitana, ora participando juntamente com as outras duas entidades populares - União Geral e Federação, ora articulando as associações de moradores em torno de lutas por melhores condições de vida e por participação popular na gestão da coisa pública.

Por ter sido criado por um grupo de associações de moradores fundadas por membros das Comunidades Eclesiais de Base, e por ter sido assessorado por um núcleo de pessoas ligadas ao CEFURIA, entidade que prestava assessoria a movimentos populares, comissões pastorais e as CEB's, o MAB teve sua atuação profundamente marcada pela metodologia de trabalho adotada tanto pelas CEB's quanto pelo CEFURIA. Este fato imprimiu características específicas ao trabalho desenvolvido pelo MAB, que o diferenciava das outras entidades populares existentes em Curitiba, principalmente da União Geral e da Federação de Moradores.

Para analisar a proposta de trabalho e a atuação política do MAB é necessário, portanto, considerar o surgimento das CEB's em Curitiba, particularmente aquelas organizadas na região sul da cidade, assim como considerar a criação do CEFURIA e o trabalho de assessoria prestado por esta entidade ao MAB.

III.1 - NO PRINCÍPIO ERAM AS CEB'S

No final da década de 60 começaram a ser organizadas as primeiras CEB's em Curitiba, principalmente nos bairros periféricos da região sul da cidade.

No bairro do Xaxim este processo teve início a partir da organização de uma novena de Natal realizada por grupos nas casas, e não mais nas Igrejas. As pessoas envolvidas gostaram muito desta nova forma de trabalhar, e resolveram prosseguir assim. A partir da realização das novenas de Natal e contando com o apoio de padres residentes na região, foram criadas as primeiras CEB's de Curitiba. Este processo foi profundamente influenciado pelos debates travados por setores da Igreja Católica a partir da II CELAM - Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em 1968 em Medellín, na Colômbia, que definiu algumas linhas básicas de atuação para a Igreja Católica, basicamente referentes a uma opção preferencial pelos pobres, fator que transformou-se em um ponto de apoio para a criação de Comunidades Eclesiais de Base, assim como para sua legitimação.

As CEB's no Brasil surgiram segundo, Cândido P. F. Camargo, Beatriz M. de Souza e Antônio F. O. Pierucci, de um movimento em duplo sentido: de baixo para cima, por parte dos leigos que buscavam uma maior participação no interior da Igreja; e de cima para baixo, por parte da Igreja, procu-

rando rearticular suas bases. Este duplo movimento gerou alguns encontros, mas também gerou confrontos. Em parte, isto ocorreu porque as CEB's geravam uma

nova dimensão eclesial pela mudança que pretendem trazer a inoperantes organizações paroquiais e a própria estrutura do poder tradicional da Igreja católica (1).

Em geral, as Comunidades Eclesiais de Base realizavam reflexões sobre o Evangelho, relacionando-as às condições de vida das classes populares nas periferias das grandes cidades.

As fundamentais exigências cristãs de igualdade são colocadas como critério para condenar a espoliação refletida em toda a tecitura da organização do espaço metropolitano. Surgem neste contexto dos grupos organizados nas CEB's, reivindicações dirigidas às autoridades. Sua natureza política é marcada por traço característico: trata-se de uma exigência de justiça e não um pedido de favor (2).

Assim, diante da dura realidade vivenciada pela população residente nos bairros periféricos muitas CEB's passaram a ser também um espaço onde se debatiam as condições de vida nestas regiões, e onde se buscavam soluções para os problemas urbanos enfrentados.

Em Curitiba um exemplo disso são as Comunidades Eclesiais de Base do Xaxim. Muitas vezes a própria comunidade encaminhou suas reivindicações à Prefeitura. Algumas vezes este encaminhamento se deu através de um vereador da ARENA, morador do bairro e participante de uma destas CEB's. Mas, os moradores verificando que não estavam obtendo o retorno desejado, resolveram criar Associações de Moradores para,

através delas, defenderem seus interesses. Pode-se afirmar que, num primeiro momento, muitas destas Associações foram uma espécie de extensão do trabalho realizado pelas CEB's.

O processo organizativo desencadeado por associações de moradores e pelas CEB's no Xaxim configurou-se como uma nova e importante força política e passou a ser conhecido por toda a população da cidade através da imprensa, que referia-se a esta região como a "República Socialista do Xaxim".

Esta situação decorreu dos questionamentos feitos pelas associações de moradores sobre a forma como a cidade, e principalmente a região sul de Curitiba, era administrada pela Prefeitura Municipal, ou seja, desconsiderando as reivindicações de seus moradores por melhores condições de vida. As Comunidades Eclesiais de Base também participavam deste processo e, além disso, através de sua atuação questionavam também a própria instituição que as acolhia, ou seja, a Igreja Católica.

Esta movimentação apesar de ainda recente e politicamente frágil, atraiu a atenção dos "donos do poder político", assim como dos "donos do poder religioso", que sentiram-se inseguros diante da possibilidade de crescimento e de fortalecimento deste movimento.

Tal possibilidade faz com que em 1976 se iniciasse na região do Xaxim,

um processo de infiltração de elementos estranhos as CEB's, que mais tarde vieram a se confi-

gurar como elementos do DOPS, SNI e Exército, cujo objetivo era verificar o trabalho político das CEB's. Uma reunião da paróquia foi invadida por militares armados, que interrogaram o padre e os líderes presentes sobre as práticas das CEB's (...). Em 1977 ocorreu outra tentativa de pressão do Exército sobre as CEB's, alegando que as mesmas faziam um trabalho de subversão da ordem, houve uma invasão armada na região com tanques de guerra e soldados armados. Os militares permaneceram semanas na área interrogando moradores do bairro e participantes das CEB's (3).

Um dos principais objetivos de tal atitude, foi, sem dúvida, intimidar lideranças das CEB's e das Associações de Moradores que haviam apoiado as primeiras greves organizadas em Curitiba, ainda no regime militar (como por exemplo a dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção civil). Este apoio de seu através de coleta de alimentos e dinheiro, que eram enviados aos trabalhadores em greve, bem como através da participação de várias lideranças das CEB's e das Associações no movimento grevista. A partir deste processo muitos moradores da região envolveram-se com a formação de oposições sindicais que, posteriormente, concorreram as eleições de diversos sindicatos, algumas vezes sendo vitoriosas, como foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Por sua vez, setores da Igreja Católica sentiram-se ameaçados pela atuação das CEB's, por suas propostas e pelo movimento de organização popular desencadeado na região do Xaxim. Sendo assim, procuraram também intervir neste processo. Um exemplo disso ocorreu na Paróquia São Francisco de Assis, no Xaxim, que centralizava o trabalho das CEB's desta região, articulando inicialmente cerca de 9 mil pessoas.

Esta Paróquia era dividida em cinco setores, cada um com cerca de dez comunidades, acompanhadas por um padre. Este tipo de organização já vinha se consolidando em outras cidades do país, e os participantes das CEB's da região sul de Curitiba resolveram propor o fim das paróquias e o reconhecimento dos setores de comunidades.

O Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, não aceitou a proposta e, por sua vez, propôs a criação de cinco paróquias, onde anteriormente funcionavam os setores de comunidades. Neste mesmo período, dois dos cinco padres que acompanhavam as comunidades afastaram-se do trabalho. Um terceiro padre colocou-se contra a criação de setores, aprovando assim a proposta feita pelo Arcebispo. Esta situação dificultou ainda mais o encaminhamento sugerido pelas comunidades.

Para debater tal situação, foi realizada uma reunião contando com a presença das cinquenta comunidades existentes naquela Paróquia. Nesta ocasião, surgiu uma nova proposta por parte das CEB's: os leigos, assessorados pelos padres, assumiriam a condução dos trabalhos comunitários (batizados, novenas etc), criando desta forma a figura do líder comunitário. Essa proposta surpreendeu os padres locais e assustou o Arcebispo, que colocou-se contra e resolveu não mais debater o assunto com os representantes das comunidades.

Com esta atitude Dom Pedro Fedalto procurou interromper um processo desencadeado a partir das CEB's, que colocava em questão a forma como a Igreja Católica centralizava

suas atividades na figura dos padres, ou seja, as comunidades reivindicavam o direito de elas próprias, através dos líderes comunitários, serem responsáveis por desenvolverem determinadas atividades que antes eram realizadas pelos padres. Com esta proposta a comunidade pretendia fazer com que estes ficassem mais disponíveis para assessorar outros trabalhos realizados nas CEB's, ao mesmo tempo em que pretendiam reforçar a figura do líder comunitário e seus laços com os moradores dos bairros.

Os participantes das CEB's fizeram várias tentativas de pressão buscando evitar a separação das paróquias, bem como para efetivar a criação dos setores de comunidades. Mas, estas tentativas foram em vão.

É importante ressaltar que grande parte dos líderes das CEB's perceberam que a atitude de Dom Pedro visava enfraquecê-los, pois a força de pressão decorrente da organização popular representava uma ameaça tanto ao poder do Estado, quanto ao poder da Igreja Católica. Isto se torna visível através de um comentário feito por um líder comunitário que se referiu a este fato como uma "atitude de desmobilização e enfraquecimento político realizada pela Arquidiocese cooptada pelo governo" (4).

III.2 - E ENTÃO SURGIRAM AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Mesmo diante de tantas ameaças e pressões - e provavelmente em reação a estas - os moradores continuaram seu processo de organização. Em 1979 foi fundada a Associação de Moradores da Vila São Pedro, no bairro do Xaxim. Esta associação organizou-se, inicialmente, ao redor da luta por melhorias de infraestrutura para o bairro. Realizaram um abaixo-assinado com aproximadamente dez mil assinaturas, reivindicando um posto de saúde, que foi construído em 1980. Logo em seguida a Associação de Moradores da Vila São Pedro, iniciou a luta pela construção de uma escola de 1º e 2º graus no bairro. Hoje a Escola Nossa Senhora da Aparecida é a maior escola estadual da região e uma das maiores de Curitiba.

Mas, além das conquistas alcançadas através da organização popular, a grande vitória desta Associação foi servir como modelo para a formação de outras associações nesta mesma região que, em sua grande maioria, tinham como base pessoas que participavam das CEB's.

No bairro do Itamarati, próximo a Vila São Pedro por exemplo, os moradores fundaram a Associação de Moradores 1º de Julho, a partir da luta pela regularização dos loteamentos clandestinos que estavam situados no bairro.

Com o acelerado processo de urbanização verificado em Curitiba entre as décadas de 70 e 80, a região sul da cidade foi rapidamente povoada, como consequência da grande oferta de lotes a preços mais acessíveis às classes populares e migrantes, como já citamos anteriormente no Capítulo I. Neste contexto, ocorreu o aparecimento de inúmeros loteamentos clandestinos na região.

Aproximadamente trezentas famílias residentes nos Jardins Márcia, Guaíra e Colorado localizados no bairro Itamarati vivenciaram este problema quando não conseguiram o registro de seu lote. Inconformados buscaram apoio junto a Comunidade Eclesial da Base do Itamarati, da qual participavam.

Na época os moradores dos loteamentos clandestinos encaminharam através de um vereador da ARENA residente no bairro, um abaixo assinado pedindo providências a respeito da legalização dos lotes. No entanto, apesar de haver se comprometido em encaminhar os pedidos dos moradores, o vereador nada fez.

Como as tentativas junto ao vereador não deram o resultado esperado, os moradores foram aconselhados a procurar a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, para receberem orientações dos advogados sobre a atitude que deveriam tomar. Neste contato descobriram, por exemplo, que as reivindicações encaminhadas através das Comunidades Eclesiais de Base não tinham validade jurídica. Desta forma, perceberam a necessidade de separar o aspecto eclesial das

CEB's, do aspecto da luta por melhores condições de vida e, no caso específico, da luta pela legalização do loteamento. Essa necessidade levou os moradores a fundarem a Associação de Moradores 19 de Julho que, como pessoa jurídica, poderia defender seus interesses perante a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Através da Comissão de Justiça e Paz os moradores ficaram sabendo também que o local onde havia sido implantado o loteamento era anteriormente uma chácara e, como tal, estava registrado na Prefeitura. Portanto, o loteamento não existia oficialmente e, apesar de os moradores terem pago pela rede de água e iluminação pública além de outros serviços, a Prefeitura não podia realizar obras de infraestrutura no local.

Diante de tal situação, os moradores realizaram um levantamento da situação de cada família em relação ao seu lote, juntaram todos os documentos e foram até a Prefeitura, tentar negociar diretamente com o Prefeito de Curitiba, que na época era Jaime Lerner.

Porém, a comissão formada pelos moradores nunca foi recebida pelo Prefeito, mas sim por seus assessores, que durante três anos não deram nenhuma solução para as reivindicações e os problemas daquela população.

É importante ressaltar neste ponto, que a ocupação acelerada ocorrida na região sul da cidade, em áreas impróprias para a habitação, pode ser apontada como uma das con-

sequências dos planejamentos urbanos implementados na gestão do prefeito Jaime Lerner, conforme citado no Capítulo I. O controle sobre os loteamentos clandestinos deveria ter sido realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Entretanto, a Prefeitura não apresenta nenhum dado ou informação que demonstre haver realizado este controle. Resta saber se, como aponta o texto de Nabil Bonduki e Maura Pardini Bicudo, os assentamentos habitacionais ilegais são consentidos pelo poder público por este não poder correr o risco de "inviabilizar a presença na metrópole de uma força de trabalho indispensável para mover as engrenagens produtivas" (5).

Diante das dificuldades apresentadas os moradores organizaram mutirões para realizar algumas obras de emergência, como por exemplo abertura e limpeza de valetas, abertura de ruas e outras. Este trabalho, que ajudava a integrar e fortalecer a associação, era divulgado também em outras CEB's e associações de moradores da região através do JORNAL POVO QUE LUTA órgão informativo da Associação de Moradores 19 de Julho.

Com a contínua pressão realizada por parte das associações de moradores, e com a eleição do novo Prefeito Municipal de Curitiba, finalmente os moradores conquistaram a legalização do loteamento, a abertura de ruas, a rede de água e luz e um ponto de ônibus.

Entretanto, para um dos líderes do movimento pela legalização dos loteamentos clandestinos, "a maior conquista foi terem conseguido passar para o restante da população da

região esta experiência de luta, através da Associação de Moradores. Uma luta coletiva e vitoriosa”.

III.3 -- DEPOIS VEIO O CEFURIA

A partir do crescimento das atividades realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base, com a criação de diversas associações de moradores, com a organização de várias oposições sindicais, assim como com a articulação realizada em apoio as greves realizadas no final da década de 70 em Curitiba, os padres que até então acompanhavam todo este processo desencadeado principalmente na região do Xaxim, perceberam que era preciso ampliar o número de pessoas que prestavam assessoria a estes movimentos. Perceberam também que esta assessoria deveria ser específica, ou seja, deveria atender as exigências impostas pela criação de novos espaços de atuação política.

Este trabalho de assessoria foi prestado por um grupo de pessoas composto, em sua maioria, por religiosos, leigos e profissionais liberais que haviam, de alguma forma, acompanhado o trabalho de organização das CEB's em Curitiba e que, posteriormente, passaram a assessorar também a criação de associações de moradores e movimentos populares.

Inicialmente, este trabalho encaminhou-se de forma mais ou menos espontânea, ou seja, não articulada. Mas, o aumento da demanda por assessoria à formação de associações

de moradores e por acompanhamento de movimentos populares em geral, criou a necessidade de uma organização mais formal. Desta forma, em agosto de 1981, foi criado o CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

O CEFURIA fazia parte das inúmeras entidades que surgiram no Brasil a partir da década de 70, organizadas ao redor de propostas de promoção social, educação popular e assessoria aos movimentos populares. Segundo Rubem César Fernandes, estas entidades ocuparam um espaço próprio entre aqueles ocupados pelas universidades, igrejas e partidos políticos de esquerda, tornando-se uma alternativa ao trabalho desenvolvido por estes. Isto proporcionava,

uma articulação "sui generis" dos valores característicos destas três instituições: pela "competência" universitária e contra seu isolamento; pelo ideal de "serviços ao próximo", sobretudo aos mais necessitados, característica da tradição cristã, mas contra a sacralização das hierarquias eclesiais; pelo ideário "político" veiculado pelas esquerdas, mas contra o "dogmatismo" e a "manipulação" partidária que as permeiam (6).

Num período marcado pela repressão imposta pelo regime militar aos canais de participação e de representação popular, o espaço criado por estas entidades se configurava como um dos únicos onde era possível desenvolver algum tipo de atuação política. Em geral, estas entidades se colocavam como

estando a "serviço" de determinados "movimentos sociais" de camadas da população "oprimidas" ou "exploradas" ou "excluídas" dentro de perspectivas de transformação social (7).

Sendo assim, seu objetivo principal era estabelecer formas de atuação que possibilitassem uma maior participação popu-

lar. Neste contexto, a valorização das práticas populares representava um ponto central.

O CEFURIA adotou alguns destes princípios ao estabelecer seus objetivos, entre eles "ser um serviço de ajuda, de apoio e de assessoria aos trabalhos de base e as organizações populares; proporcionar às lideranças populares, surgidas da ação, uma formação que os capacitasse para agir em organismos, associações e movimentos sociais; proporcionar uma intergração no campo da formação entre os diversos organismos que atuam no campo social (Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária, CEB's etc)" (8).

Com o objetivo de possibilitar a troca de experiências, informações e materiais, assim como a avaliação e o debate de propostas que visassem uma atividade conjunta, o CEFURIA, inicialmente, funcionou como uma espécie de conselho intercentros, do qual participavam pessoas que posteriormente criaram o SAI - Serviço de Atualização e Informação, de Chapecó - SC; representantes da ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, de Francisco Beltrão - PR, fundada na década de 60; e do CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Joinville - SC.

O objetivo principal de tal proposta era viabilizar o trabalho destes centros, articulados pelo CEFURIA, no Paraná, em Santa Catarina e no norte do Rio Grande do Sul. Entretanto, impossibilitado de dar conta de um projeto de tal magnitude, o CEFURIA limitou sua atuação ao Paraná, ficando as outras entidades encarregadas de atuar a nível re-

gional, porém mantendo contatos periódicos entre si.

O trabalho desenvolvido pelo CEFURIA abrangia as áreas de movimento popular e sindical, política e bíblico-teológica. Dispunha, para subsidiar tal trabalho, de um serviço de documentação e arquivo, divulgação e distribuição de material popular e atendimento técnico-pedagógico para orientação nas atividades de formação de lideranças.

Em 1983 o CEFURIA priorizou as áreas de movimento sindical e popular. A proposta da área de movimento popular era de realizar um trabalho de formação para as lideranças nascidas no processo de luta desencadeado pelo movimento, assessorando a criação e o fortalecimento de associações de moradores e outros movimentos, e criando espaços para articulação destes. Além disso, pretendia-se também promover e realizar estudos e pesquisas a serviço das necessidades do movimento popular e que servissem para subsidiar sua ação.

Neste sentido, a preocupação com a educação popular permeou todo o trabalho desenvolvido pelos assessores junto aos movimentos populares, onde a valorização das práticas populares representava um ponto de partida para debates mais abrangentes.

Neste ponto é interessante enfatizar a proximidade existente entre o trabalho da assessoria desenvolvido pelo CEFURIA e aquele desenvolvido pela Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base e mesmo junto aos movimentos populares. De acordo com Irllys Alencar F. Barreira, a Igreja de-

envolve uma pedagogia que enfatiza o saber popular e dá importância ao cotidiano como ponto de partida para o processo de conscientização e mobilização da população.

A priorização de interesses imediatos fundou-se na noção de que "situações vividas" eram antecedentes a qualquer elaboração mais ampla a partir de concepções abstratas de poder, sistemas econômicos etc (9).

O CEFURIA adotava esta mesma metodologia de trabalho, e assim buscava realizar uma maior articulação entre a realidade das classes populares e as questões teóricas que ajudavam a analisar esta mesma realidade.

Os assessores sempre estiveram preocupados em debater o método pedagógico, de forma a ir clareando seu papel e definindo como, a partir da prática e na ação, era possível encontrar instrumentos que possibilitassem o crescimento da consciência crítica das lideranças, para que retornassem a ação com maior clareza.

De um modo geral, as atividades do CEFURIA junto aos movimentos populares procuravam enfatizar a capacitação de lideranças para assumirem a direção, a coordenação e, em muitos casos, a própria assessoria do movimento.

Neste sentido o trabalho realizado pelo CEFURIA junto aos movimentos populares, através do grupo de assessoria, pode ser considerado como um trabalho de assessoria técnica, onde, segundo Maria da Glória Gohn,

o assessor realiza um trabalho, usualmente gratuito, motivado por alguns valores e idéias que acredita ou por uma visão crítica da realidade, acoplada ou não a concepções político-partidárias (...) parte de uma concepção de respeito ao movimento, e da crença no crescimento do

trabalho popular, desde que haja espaço para seus participantes se manifestarem (10).

O grupo de assessoria do CEFURIA desenvolvia um trabalho que se diferenciava daquele realizado pelo Conselho de Representantes e, posteriormente, pela União Geral e pela Federação de Moradores. As diferenças evidenciavam-se na prática política de cada uma destas entidades e eram, em grande parte, decorrência da forma como cada uma havia sido organizada, do contexto político em que haviam sido criadas, da identificação existente entre a proposta política de seus membros, entre outros fatores.

O CEFURIA foi criado por um grupo de pessoas que tinham entre si uma vivência comum experimentada através do trabalho de assessoramento às Comissões Pastorais e às CEB's, o que influenciava de forma determinante a metodologia de trabalho adotada, assim como sua prática política. O trabalho realizado pelo CEFURIA atingia, basicamente, associações de moradores localizadas em conjuntos habitacionais e loteamentos clandestinos da região sul de Curitiba e, em geral, criadas a partir da atuação das CEB's. O CEFURIA incentivava a organização dos moradores na luta por seus direitos, buscando fortalecer líderes surgidos no processo, assim como fortalecer um maior crescimento do movimento pela base.

O Conselho de Representantes, assessorava basicamente associações de moradores localizadas em áreas de favelas. Articulou-se numa conjuntura de repressão política e de fechamento de canais institucionais de participação popular.

Seus membros eram provenientes de diversos grupos de esquerda, que tinham entre si divergências básicas, referentes ao encaminhamento da ação política. Trabalhavam de forma centrada na liderança exercida por seus principais assessores, que articulavam em torno de si grupos diferentes que competiam pela direção do movimento. Tal situação gerou a divisão do Conselho de Representantes e a posterior criação da União Geral e da Federação de Moradores.

Neste sentido as diferenças encontradas na formação e na prática destes grupos de assessores geraram muitas divergências o que fez com que, ao longo da história dos movimentos populares em Curitiba, apenas em alguns momentos tenham trabalhado de forma articulada. No entanto, é importante ressaltar que estes foram exatamente os momentos em que o movimento popular de Curitiba apresentou um maior poder de pressão frente ao Estado.

É possível afirmar que preconceitos por parte dos dois grupos também impediram que houvesse uma maior articulação entre eles, ou seja, o Conselho de Representantes recusava-se a trabalhar com os "igrejeiros" do CEFURIA, e estes, por sua vez, não concordavam em fortalecer "os grupos de esquerda" que compunham o Conselho de Representantes.

Um grupo de associações que não estava ligado ao antigo Conselho de Representantes, que não participava da União Geral, nem tampouco da Federação, e que era assessorado pelo CEFURIA, articulou-se a partir de algumas lutas, como por exemplo pela legalização do loteamento clandestino

localizado no Xaxim, pela melhoria do sistema de transporte coletivo da cidade, entre outras. Este grupo, posteriormente, criou o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana (11).

III.4 - E FINALMENTE SURTIU O MAB

No dia 6 de dezembro de 1982, o CEFURIA promoveu uma reunião com lideranças do movimento popular, CEB's e associações de moradores para avaliar os resultados das eleições realizadas em novembro daquele ano. A partir desta avaliação surgiu a idéia de realizar um levantamento das principais reivindicações dos moradores dos bairros da periferia de Curitiba, e que deveriam ser priorizadas pelo futuro governo.

Para consolidar tal levantamento foi realizado um encontro dia 09 de dezembro 1982, com a presença de aproximadamente cento e vinte pessoas, representando vinte associações de moradores e movimentos populares. Na ocasião foram debatidos os principais problemas de cada bairro ali representado e relacionados em um documento aqueles considerados mais urgentes, tais como: regularização de terrenos e loteamentos clandestinos, esgoto, manilhamento, rede de água, iluminação pública, congelamento das tarifas de transporte coletivo, creches, postos de saúde, educação, entre outros (12).

O documento exigia também que as promessas de participação popular, feitas pelo PMDB durante a campanha eleitoral, fossem cumpridas e apresentava sugestões que possibilitariam tal participação, entre elas a definição de um dia e horário fixos onde o Prefeito atenderia às associações de moradores e entidades de bairros; participação das associações de moradores na Câmara de Vereadores com direito a voz; acesso ao plano orçamentário do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como à aplicação de recursos; formação de Conselhos Comunitários onde fossem ouvidas e atendidas as reivindicações das associações de moradores; participação popular na escolha do secretariado do Estado e da Prefeitura.

No dia 15 de dezembro de 1982, este documento foi entregue à representantes do futuro governador do Paraná José Richa, entre eles o deputado federal Maurício Fruet que, posteriormente, foi indicado pelo PMDB como Prefeito Municipal de Curitiba. Participaram também desta reunião representantes da União Geral e da Federação de Moradores, que propuseram, na ocasião, a realização de um encontro, onde as associações de moradores ligadas a estas duas entidades, assim como as "demais associações" (como eram conhecidas aquelas assessoradas pelo CEFURIA) deveriam debater os principais problemas dos bairros periféricos de Curitiba, assim como dos demais municípios da Região Metropolitana, e formular propostas de participação popular.

As "demais associações", que também eram chamadas de "as da igreja", perceberam que, apesar de não participarem

da União Geral e nem da Federação por discordarem de sua prática política, fortaleciam estas entidades com seu trabalho. A necessidade de ter identidade própria, que as diferenciasse da União Geral e da Federação de Moradores, assim como a necessidade de organizar-se como uma entidade que fosse reconhecida como uma força política, principalmente no enfrentamento com o Estado, levou as "demais associações" a criar o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana. Para divulgá-lo, foi lançado um material popular explicando o que era o MAB, como havia surgido e se organizado.

A articulação do MAB se deu, em grande parte, através do trabalho realizado pelos assessores do CEFURIA junto as associações que não participavam da União Geral e nem da Federação, desta forma a assessoria prestada por esta entidade ao MAB foi vista como natural. Deve-se considerar ainda que muitos dos assessores do CEFURIA acompanhavam há bastante tempo algumas das associações de moradores que passaram a constituir o MAB. A ligação entre estas duas entidades sempre foi muito forte. Na realidade o MAB nunca chegou a desligar-se totalmente do CEFURIA, que lhe fornecia infraestrutura para a realização de suas atividades, como por exemplo locais para reuniões, produção de materiais populares a preço de custo, entre outras coisas. No entanto, esta vinculação se estabelecia de forma mais marcante através do trabalho realizado pelos assessores do CEFURIA junto ao MAB.

Os assessores do MAB podem ser definidos como assessores de apoio que, segundo Maria da Glória Gohn,

são parte do movimento e podem até atuar enquanto uma de suas lideranças mas não podem ser considerados "povo" no sentido de condições sócio-econômicas. Este assessor usualmente não mora na "comunidade". Ele desenvolve sua assessoria à noite ou em fins de semana. Seu trabalho profissional principal ocorre em outros espaços. Os movimentos populares são, para os assessores políticos, uma das formas do trabalho de organização popular (13)

O que aproximava e unia as associações que formavam o MAB era o fato de terem uma concepção comum de como deveriam encaminhar o trabalho de organização popular. Esta era profundamente marcada pela metodologia de trabalho utilizada pelos assessores do CEFURIA, assim como pela experiência vivida anteriormente nas CEB's.

Alguns pontos que caracterizavam o MAB e marcavam as diferenças existentes entre sua prática política e aquela desenvolvida pela União Geral e pela Federação de Moradores, podem ser destacados: as associações do MAB acreditavam que não deviam misturar assuntos referentes a associação de moradores e questões relativas a partidos políticos ou religião, porque no bairro moravam pessoas de todas as religiões e de diferentes partidos políticos, as associações deveriam defender os interesses de todos os moradores do bairro, e não apenas de algumas pessoas ou entidades; quem deveria debater e decidir os rumos e ações a serem encaminhadas eram os participantes das associações; as associações, deveriam trabalhar para conscientizar as pessoas, para que lutassem com mais força por seus direitos.

Outro aspecto que caracterizava o MAB era que este se propunha a ser um movimento onde as associações trabalhassem

de forma articulada e através de propostas comuns as carências urbanas vividas pelas classes populares. Um dos principais objetivos do MAB era contribuir para que o movimento popular avançasse adquirindo uma maior articulação, representada por uma maior poder de pressão, que permitisse negociar com o Estado melhores condições de vida para a população residente em bairros da periferia da cidade.

Para tanto, o MAB propunha-se a trabalhar junto as associações de moradores ajudando na sua união e na sua organização, na luta por seus direitos e suas reivindicações, contribuindo para a mobilização popular em torno de bandeiras de luta mais amplas, que representassem os interesses de grande parte das associações de moradores, criando e fortalecendo canais de participação popular.

Segundo definição de um de seus participantes o MAB era "uma entidade que congregava várias associações e movimentos que se uniam a partir de princípios, pontos de vista, objetivos e práticas comuns, tendo em vista fortalecer cada associação e movimento popular, e ganhar força pela união, na luta por reivindicações comuns".

De acordo com um texto de apoio produzido por um dos assessores do MAB, quando decidiu-se pela sua criação, optou-se pelo nome "movimento" porque caracterizava melhor a dinâmica vivida pelas associações de moradores, que estavam em constante transformação.

A assessoria do MAB acreditava que para que as lutas fossem levadas adiante pelas associações, seus participantes precisavam conhecer a realidade em que viviam e compreender o porque de tal situação; precisavam ter a percepção de serem capazes de mudar os rumos da história e terem propostas de mudança e, finalmente, estarem organizados para a ação. Para que isso ocorresse era necessário, entre outras coisas, favorecer a troca de experiências, veicular informações, motivar o debate, clarear as propostas de ação e de intervenção, organizar ações coletivas, motivar o surgimento de outras frentes de luta e ajudar na avaliação global das lutas e do movimento (14).

No entanto, esta noção de "movimento" representava uma expectativa por parte dos assessores, que pretendiam organizar o MAB de forma mais dinâmica, buscando uma maior participação das associações de moradores envolvidas através das Comissões de Trabalho, e onde a direção fosse dada por um colegiado, composto por diversos representantes destas associações. Buscava-se, desta forma, evitar a institucionalização do movimento, ou seja, evitar a formação de uma estrutura rígida. Buscavam criar uma entidade onde fosse possível investir o tempo das lideranças e dos assessores na articulação das lutas, e não na sustentação de uma estrutura formal.

Mas, os moradores tinham expectativas de que o MAB fosse uma instância superior de representação das associações, com poder político para contrapor-se ao Estado e, para tanto, acreditavam ser necessário estruturá-lo através de

uma diretoria composta formalmente (presidente, vice-presidente, tesoureiro etc). Esta era a única forma de organização das lutas populares conhecida pelos moradores dos bairros da periferia de Curitiba, e era, de certa forma, reforçada pelo Estado quando este exigia, em momentos de negociação, que os moradores fossem representados formalmente, em geral através de presidentes das associações.

Neste sentido, é interessante notar que, esta forma de organização proposta pelas associações de moradores se aproxima muito da que Eunice Durhan chamou de modelo formal de organização,

que implica na eleição de uma diretoria executiva a qual compete promover a mobilização e encaminhar as reivindicações. Este tipo de organização exige mecanismos de representação e promove a constituição de lideranças que "carregam" o movimento. Embora a ação do Estado constantemente reforçe este tipo de organização, exigindo a presença de "representantes oficiais", ou estabelecendo condições burocráticas para o reconhecimento do movimento, este modelo não deve ser visto como mera decorrência de imposição estatal. Ao contrário, organizações formais deste tipo possuem profundas raízes populares(...) Mesmo que não se tenha propriamente originado nas camadas populares, o modelo formal é certamente parte do patrimônio cultural dessa população e é amplamente utilizado, por exemplo, na constituição de associações de moradores (15).

A concepção dos assessores de que o MAB deveria ser um meio através do qual a luta das associações se articulasse, e não uma estrutura que as representasse não foi compreendida pelos participantes deste movimento. A proposta dos assessores aproximava-se muito daquilo que Eunice Durhan chamou de forma comunitária de organização, na qual se evita

a institucionalização de representações e exige uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisão, como na própria execução (16).

É interessante notar que esta era a forma de organização adotada também nas CEB's.

Assim, apesar de o MAB não ter sido organizado através de uma diretoria formal, de acordo com a proposta das associações, funcionou na prática como uma estrutura de representação destas. Mesmo tendo prevalecido a postura defendida pelas associações de moradores, a assessoria do MAB conseguiu preservar a proposta de estruturação através de uma espécie de colegiado. Neste sentido as lutas as associações eram encaminhadas através das Comissões de Trabalho, procurando envolver o maior número de pessoas. Além disso, foi eleita uma Coordenação Geral que funcionava como uma assembléia composta por representantes das associações de moradores que decidia os encaminhamentos que deveriam ser dados pela Coordenação Executiva (composta por membros da Coordenação Geral). A assessoria procurava, desta forma, escapar da criação de uma diretoria formal e estabelecer uma direção mais dinâmica e mais comunitária ao MAB.

Apesar de o MAB ter funcionado desta forma durante seus quatro anos de existência, a assessoria não foi capaz de convencer os representantes das associações de moradores de que esta era a melhor maneira de trabalhar, visto que estes sempre recolocavam a discussão sobre a necessidade de eleger uma diretoria para o MAB.

III.5 - O II ENCONTRO DE BAIROS DE CURITIBA

A chegada de um partido de oposição - PMDB - ao Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, criou na população, nas entidades e movimentos populares uma grande esperança de que, finalmente, as coisas mudariam, ou seja, de que haveria participação popular e melhoria na qualidade de vida da população residente nos bairros periféricos da cidade.

Desta forma, a idéia de realizar um encontro contando com a participação de todas as associações de moradores proposta durante a reunião realizada no dia 15 de dezembro de 1982, sensibilizou a todos, e foi encaminhada de forma conjunta pela União Geral, pela Federação e pelo MAB.

O método de preparação do ²⁰¹⁰³¹⁸³ II Encontro de Bairros de Curitiba constou inicialmente de reuniões e assembleias realizadas nas associações para levantamento dos principais problemas enfrentados pelos moradores dos bairros, e de debates sobre as formas de participação popular a serem propostas ao novo governo. Cada entidade sistematizou o resultado destas assembleias e estes relatórios foram, posteriormente, sintetizados pela coordenação do evento num único documento, que serviu de subsídio para os debates realizados durante o II Encontro.

Pode-se resumir os relatórios de cada entidade enfocando seus principais aspectos como por exemplo, o número de associações de moradores envolvidas, a expectativa por parte das associações a respeito da possibilidade de participação popular e as suas principais reivindicações.

Assim, das dezenove associações que participavam da União Geral, quatro reivindicavam participação popular. No geral todas solicitavam melhorias para os bairros e especificavam quais. Solicitavam também a legalização de terrenos urbanos ocupados e mais empregos.

Apenas três das dezessete associações de moradores representadas pela Federação pediam participação popular no governo. Todas apontavam as melhorias necessárias para os bairros. Algumas reivindicavam a posse da terra urbana em áreas de ocupação.

Das treze associações ligadas ao MAB, dez pediam participação popular no futuro governo e, para tanto, sugeriam a criação de Conselhos Comunitários e a realização de reuniões nas vilas com a presença do Prefeito. Todas indicavam as melhorias para os bairros que deveriam ser priorizadas. Algumas pediam a posse e a regularização de terrenos urbanos ocupados.

A partir das reivindicações apresentadas pela União Geral, pela Federação de Moradores e pelo MAB foi possível perceber que os problemas enfrentados pelos moradores dos bairros periféricos de Curitiba eram muito semelhantes e re-

feriam-se, basicamente, as mesmas carências urbanas. No entanto, é importante salientar que, apesar de haver por parte das associações de moradores e entidades populares uma grande expectativa em relação a possibilidade de uma maior participação popular na administração do PMDB na Prefeitura Municipal de Curitiba, foram poucas as associações que reivindicaram esta participação. Tal fato indica que para as associações de moradores o atendimento às suas reivindicações era uma questão prioritária, ficando a participação popular em um plano secundário.

O II Encontro de Bairros de Curitiba foi realizado no dia 20 de março de 1983. Para organizá-lo e coordená-lo foi composta uma comissão com representantes da União Geral, da Federação e do MAB.

pl 144 reivind.

O slogan criado para divulgar o II Encontro sintetizava seus objetivos: "Bairros unidos, por uma vida melhor". Com este encontro as entidades pretendiam fortalecer e unificar o movimento de bairros em Curitiba; lutar pela autonomia e independência do movimento popular; intensificar as lutas em defesa dos direitos e reivindicações dos moradores das periferias e estabelecer a postura política do movimento popular em relação ao novo governo.

Participaram do II Encontro setenta e nove associações de moradores, representadas por cento e sessenta delegados (presidente da associação e um suplente eleito em assembléia realizada em cada associação), ambos com direito a voz e voto. Além destes, participaram também cerca de cento

e sessenta observadores, entre assessores, representantes de movimentos populares e entidades de assessoria. É importante destacar a elevada presença de assessores que, segundo os relatórios do II Encontro, representavam a metade dos participantes.

O roteiro de debates proposto aos participantes do II Encontro reproduzia, em grande parte, os passos dados anteriormente as assembléias realizadas nas associações, ou seja, primeiramente o estabelecimento do que as associações queriam de melhorias para os bairros e qual a política do governo que esperavam nesta área; em segundo lugar de que forma as associações queriam participar na condução do processo político do novo governo; e em terceiro lugar questões relativas a organização interna das associações e do movimento popular em geral.

O documento aprovado, onde constavam as principais decisões do II Encontro, as reivindicações dos bairros e uma relação dos pontos considerados essenciais para o movimento popular de Curitiba e da Região Metropolitana, foi entregue ao Governo do Estado, à Prefeitura Municipal de Curitiba e à COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 14 de abril de 1983.

No dia marcado para a entrega do documento, o Governador José Richa, apesar de convidado, não compareceu. Para representá-lo enviou o Secretário Especial de Assuntos Comunitários. O Prefeito Maurício Fruet, compareceu e comprometeu-se a estar presente numa concentração a ser organizada

pelas entidades populares, contando com a participação de todas as associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana. Nesta ocasião as reivindicações expostas no documento deveriam ser respondidas formalmente por representantes do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Curitiba e dos demais municípios da Região Metropolitana.

O MAB lançou uma cartilha, que foi distribuída às associações de moradores, onde constavam as principais decisões do II Encontro e onde a população era convidada para participar da Concentração do Tarumã. Foram realizadas também reuniões nas associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana, com o objetivo de mobilizar a população para tal evento.

No dia 22 de maio de 1983 cerca de 15.000 pessoas estiveram presentes no Ginásio do Tarumã para ouvir o Governador José Richa, seus secretários, Prefeitos de Curitiba e dos demais municípios da Região Metropolitana, as respostas às suas reivindicações. Mas, apesar da expectativa, pouca coisa foi respondida ou encaminhada. O argumento central utilizado foi de que o Governo do Estado tinha sérios problemas no orçamento e, como consequência, não haviam recursos suficientes para atender todas as demandas da população.

Apesar disso, uma parte das reivindicações, em geral relativas a demandas por infraestrutura nos bairros da periferia de Curitiba, foi atendida. No entanto, este fato não pode ser dimensionado com precisão, pois dependeria de um

exaustivo levantamento, o que não é nosso objetivo no momento.

Além destas, outras questões foram encaminhadas conforme reivindicações do movimento popular. Foi conquistado, por exemplo, a fixação de dia e horário para atendimento das associações de moradores pelo Prefeito. Neste dia as associações apresentavam suas reivindicações, que eram repassadas aos secretários ou órgãos competentes, para serem encaminhadas. Não se tem avaliação dos resultados concretos destas audiências.

Duante a gestão de Maurício Fruet (PMDB, 1982-1986) um dos principais problemas que atingiram a população foi o desemprego, em função da recessão pela qual passava a economia brasileira. Diante disso, e como resposta as reivindicações apresentadas pelo movimento popular durante o II Encontro de Bairros, algumas medidas foram tomadas. Foram criadas, por exemplo, frentes de trabalho. Estas foram organizadas de acordo com alguns critérios sugeridos pelo MAB e pelo MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, tais como: a associação de moradores deveria cadastrar os desempregados do bairro e indicar aqueles que trabalhariam nas frentes de trabalho; a associação deveria também selecionar as obras que deveriam ser priorizadas; os empregados nas frentes de trabalho deveriam ser pagos pela Prefeitura Municipal de Curitiba e terem as garantias trabalhistas estabelecidas pela lei.

As frentes de trabalho empregaram temporariamente

cerca de 2.000 pessoas em Curitiba e na Região Metropolitana e foram responsáveis pela construção de duas escolas, quatro creches, dois postos de saúde, vinte pontes e onze postos policiais, além da construção de estradas e calçamentos de várias ruas (17).

Segundo levantamento realizado pelo MAB, cerca de 52% das associações filiadas a ele tiveram acesso a frentes de trabalho.

O MAB e o MLCD lutaram também pela criação de hortas e feiras comunitárias que representavam uma saída para enfrentar a carestia. Estas foram organizadas em vários bairros da cidade, chegando a envolver aproximadamente 1.000 pessoas.

Neste sentido é interessante notar que

a configuração de uma situação de elevados índices de desemprego aberto, bem como as crescentes pressões populares exercidas especialmente sobre o poder público, obrigaram o governo estadual, então recém eleito, a incorporar a questão do emprego como objetivo de política social. Neste contexto, destaca-se a proposta de estímulo ao desenvolvimento de atividades "comunitárias", definidas como prioridades entre outras alternativas voltadas a garantia de alguma renda a excluídos temporária ou sazonalmente do mercado de trabalho (18).

O documento resultante do II Encontro reivindicava também a adoção de medidas contra a carestia. Neste sentido, foram criados na gestão do Prefeito Roberto Requião (PMDB, 1986-1989) mercadões populares fixos e volantes, que vendiam alimentos a preços mais acessíveis para a população residente em bairros da periferia da cidade. Foram organizadas

também feiras e hortas comunitárias.

Biblioteca Universitária
UFSC

As associações de moradores distribuíam senhas que possibilitavam o acesso às compras no mercadão popular. Algumas avaliações foram realizadas a respeito do desempenho dos mercadões. Nestas as associações concluíram, entre outras coisas que, apesar desta medida beneficiar a população, apresentava alguns problemas, como por exemplo, os mercadões volantes ficavam pouco tempo em cada bairro e muitas vezes em locais de difícil acesso para grande parte dos moradores; a quantidade de mercadorias não era suficiente para atender a demanda existente; eram realizado apenas a cada quinze dias e em épocas que não coincidiam com o pagamento da maioria dos usuários.

O MAB e o CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção (19) - participaram inúmeras vezes de debates sobre o programa de abastecimento popular e os mercadões populares, administrados pela Secretaria Municipal de Abastecimento.

Outro encaminhamento dado pela Prefeitura a partir da reivindicação do II Encontro foi a destinação de uma sede para as entidades populares. Mas, apenas em março de 1985, ou seja, dois anos após ter sido reivindicado o CCC - Centro Comunitário de Curitiba foi inaugurado.

É interessante ressaltar que, apesar de ter sido reivindicado pelos movimentos populares e pelo próprio MAB, quando as reuniões desta entidade passaram a ser realizadas no Centro Comunitário de Curitiba a presença das associações

de moradores caiu de forma significativa. A partir do depoimento de um dos líderes do MAB esta situação pode ser, em parte, compreendida: " A casa não é nossa. Parece que sempre tem alguém espiando a gente. O salão é grande demais, a sensação é de que veio pouca gente para a reunião. Desanima".

Este aspecto explica o fato das associações não se sentirem a vontade no local. Afinal, as reuniões que até aquele momento haviam sido realizadas no Colégio São José, cedido nos finais de semana para uso do MAB, posteriormente, passaram a ser realizadas no Centro Comunitário da "Prefeitura". Mas, além deste um outro aspecto deve ser considerado. Quando as reuniões do MAB passaram a ser realizadas no CCC o movimento popular de Curitiba entrava em uma fase de desarticulação e a baixa mobilização popular se refletia na participação das associações de moradores nas reuniões e encontros promovidos pelo MAB.

No entanto, apesar destes problemas o CCC foi utilizado pelo MAB para reuniões, assembléias e encontros até ser desativado, sem maiores explicações, pelo Prefeito Roberto Requião.

O movimento popular conquistou também, ainda como consequência das reivindicações apresentadas no documento elaborado no II Encontro, a representação em alguns órgãos públicos, principalmente naqueles ligados a serviços utilizados pela população. O MAB foi representado no Conselho de Consumidores da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e no Conselho de Administração do CEASA. Além disso,

o movimento popular, através de seus representantes, fazia parte do Conselho Municipal de Transporte Coletivo, que decidia sobre vários aspectos, inclusive sobre o preço das tarifas. Este assunto será abordado com mais detalhes no Capítulo IV.

III.6 - A I ASSEMBLÉIA GERAL DO MAB

As associações de moradores tinham no MAB, através de seus representantes uma extensão de sua entidade de base. Esperavam que ele as aglutinasse e as representasse, desempenhando o papel de uma instância superior do movimento popular. Para tanto, as associações acreditavam ser necessário que o MAB legalizasse sua atuação através da elaboração de estatutos e do registro destes em cartório, elegesse uma diretoria e se constituísse formalmente como uma entidade representativa das associações de moradores.

A concepção de organização do MAB defendida pelas associações de moradores foi encaminhada, apesar de ser contraditória com a proposta de "movimento" apresentada pelos assessores. Para encaminhar esta questão, entre outras, foi realizada a I Assembléia do MAB, no dia 7 de agosto de 1983.

Os principais objetivos desta assembléia eram: possibilitar o intercâmbio entre as associações filiadas ao MAB, organizá-lo internamente e, principalmente, analisar a realidade e os problemas urbanos enfrentados pelas classes

2º pg 147

populares residentes na periferia de Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana.

Para ajudar as associações na preparação da Assembléia, foi elaborado um subsídio onde constava um breve histórico da criação e das lutas do MAB. Neste mesmo material era traçada uma diferenciação entre o trabalho desenvolvido pelo MAB e pelas outras entidades populares, no caso a União Geral e a Federação. Além disso, foram relacionadas algumas sugestões que deveriam ser debatidas nas reuniões preparatórias da I Assembléia, a serem realizadas nas associações, como por exemplo: a realização de um levantamento dos principais problemas do bairro e como o MAB poderia ajudar na busca de soluções ; como o MAB deveria organizar-se (diretoria, estatutos, assessoria e outros aspectos); quais deveriam ser as Comissões de Trabalho (já existiam as Comissões de Creche e Transporte), como estas deveriam ser organizadas e quais as lutas que deveriam ser priorizadas.

O resultado das reuniões realizadas nas vilas que, em geral, eram acompanhadas por assessores, foi sistematizado em um relatório que subsidiou a organização da I Assembléia.

Os cento e cinquenta representantes das quarenta associações de moradores presentes na I Assembléia Geral do MAB concluíram, entre outras coisas, que deveria ser criada uma Coordenação Geral, composta por dois representantes de cada associação, eleitos em assembléia. Esta Coordenação Geral deveria realizar reuniões mensais, sempre no primeiro

domingo do mês, com o objetivo de refletir a conjuntura do movimento popular; realizar estudos de formação para lideranças; deliberar sobre propostas gerais de organização das lutas; avaliar e encaminhar as lutas gerais e específicas; e realizar o trabalho de articulação e de mobilização.

Decidiu-se também pela criação da Coordenação Executiva, composta por cinco representantes regionais, que eram pessoas responsáveis pela articulação, acompanhamento, animação e assessoria das associações de uma determinada região de Curitiba, assim como nos municípios da Região Metropolitana. Deveriam ser, ao mesmo tempo, o elo de ligação entre o MAB e as associações, e encaminhar as decisões da Coordenação Geral junto as associações e outras instâncias. Os membros da Coordenação Executiva foram indicados e eleitos entre os componentes da Coordenação Geral. Participavam também da Executiva dois assessores. Esta comissão reunia-se semanalmente, ou sempre que necessário.

Foram formadas algumas Comissões de Trabalho, entre elas, de terra, de saúde, dos mutuários, de infraestrutura, e tiveram continuidade as comissões de creche e de transporte. Estas reuniam-se de acordo com sua necessidade.

A proposta de organizar Comissões de Trabalho representava uma maneira própria do MAB encaminhar suas lutas e organizar seu trabalho. Isto se dava, em grande parte, influenciado pela forma como seus participantes haviam trabalhado anteriormente nas CEB's, ou seja, em pequenos grupos onde haviam pessoas responsáveis por desempenhar determina-

das tarefas. Este tipo de encaminhamento buscava tornar o trabalho mais democrático e incentivar a participação de todos os componentes do grupo.

Além disso, as Comissões de Trabalho tinham alguns objetivos específicos, tais como tornar o MAB um elo de articulação entre as lutas desenvolvidas em cada vila; ser um espaço de articulação entre lutas específicas de cada bairro e lutas mais amplas; ser um espaço de formação e de informação, constituindo-se enquanto um reforço ao trabalho de militância realizado nos bairros e nas associações de moradores; ser o elo de sustentação do próprio movimento na medida em que seus membros passam a dominar certos assuntos.

Mas, apenas as comissões que representavam lutas mais urgentes ou que envolviam um maior número de associações de moradores, como por exemplo a Comissão de Creche e de Transporte, conseguiram realizar um trabalho de maior fôlego, desempenhando um importante papel no conjunto das lutas urbanas de Curitiba e da Região Metropolitana, assim como no processo organizativo da população na luta por seus direitos. As demais Comissões tiveram pouca relevância.

Um outro aspecto que também deve ser considerado em relação ao não funcionamento de várias Comissões de Trabalho do MAB diz respeito a inexistência de pessoas prestando uma assessoria mais direta a cada uma delas, subsidiando-as com informações, ajudando-as a mobilizar e a organizar a população.

Em relação a assessoria ficou decidido que esta deveria continuar realizando o mesmo tipo de trabalho desenvolvido até aquele momento. Além disso, deveria ajudar na formação de outras associações e acompanhar os encaminhamentos dados pela Prefeitura de Curitiba, assim como pelas Prefeituras dos demais municípios da Região Metropolitana, a respeito das reivindicações apresentadas pelo movimento.

Outra questão que foi encaminhada a partir das decisões tomadas na I Assembléia foi a criação do Jornal do MAB. Os principais objetivos deste Jornal eram: ser um órgão dirigido às lideranças das associações de moradores e do movimento popular em geral; ser um órgão de divulgação das lutas encaminhadas pelo movimento popular e pelo MAB, através das associações; informar a população sobre questões da cidade e ajudar a organizar o movimento.

Mensalmente uma associação era sorteada na reunião da Coordenação Geral para escrever e publicar sua história no Jornal do MAB. O primeiro número do Jornal do MAB foi publicado em junho de 1984 e o último em agosto de 1987. Durante este tempo cerca de dezesseis associações de moradores e cinco movimentos populares (MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, MPPC - Movimento de Participação Popular na Constituinte, MOPS - Movimento Popular de Saúde, CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção e XAPINHAL), contaram sua história, suas lutas e suas conquistas.

Uma parte do Jornal do MAB era reservada para publicações de notícias e informações a respeito de temas de in-

teresse do movimento. Os assuntos, selecionadas previamente pela Coordenação Geral, eram relacionados a lutas que estavam sendo travadas naquele momento, como por exemplo transporte, frentes de trabalho, pacote econômico, cem anos do 1º de maio, o que é política, o que são partidos políticos e eleições, além de outros temas. Eram publicadas também notícias das associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana, assim como aquelas referentes aos dos trabalhos desenvolvidos nas Comissões de Trabalho.

As notícias divulgadas pelo Jornal do MAB diziam respeito também a questões que precisavam ser de conhecimento das associações, mas que não tinham sido publicadas pela grande imprensa. Mesmo quando isto acontecia, considerava-se que eram pouco conhecidas, tendo em vista o número reduzido de pessoas que leem jornais diariamente. Desta forma, notícias sobre as lutas de transporte coletivo em Curitiba, na Região Metropolitana e em outras capitais; sobre acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra em frente ao Palácio do Governo em Curitiba; sobre as Romarias da Terra realizadas em Guaíra e em Laranjeiras do Sul; sobre o movimento pelas Diretas Já; entre outras, eram divulgadas pelo Jornal do MAB e debatidas, sempre que possível, nas reuniões da Coordenação Geral.

Mensalmente eram enviados Jornais do MAB para outras entidades e movimentos populares, assim como para centros de documentação e de assessoria popular de Curitiba, do interior do Paraná e de todo o Brasil. Órgãos públicos de Curitiba e da Região Metropolitana relacionados a aspectos em

torno dos quais o movimento se organizava, como por exemplo COPEL, SANEPAR, algumas Secretarias de Estado, Prefeituras e outros, também recebiam mensalmente o Jornal do MAB.

O Jornal do MAB tinha tiragem mensal de mil e quinhentos exemplares que eram distribuídos nas vilas através das associações de moradores que participavam das reuniões da Coordenação Geral.

Periodicamente o Jornal do MAB era avaliado e, em três anos de existência, mesmo enfrentando altos e baixos, sempre foi possível verificar o interesse e a identificação das associações com aquele que era seu órgão de divulgação.

III.7 - II ASSEMBLÉIA DO MAB

No final de 1984, a Coordenação Executiva realizou uma reunião de avaliação dos trabalhos realizados pelo MAB até aquele momento. A partir desta reunião foi elaborado um formulário que, posteriormente, foi enviado às associações como forma de preparar a II Assembléia do MAB. Neste formulário constavam perguntas que buscavam informações sobre a situação organizacional das associações de moradores tanto em relação a questões internas como por exemplo, eleições de diretoria, elaboração de estatutos e outras, como em relação a aspectos referentes a mobilização e organização popular.

Para preparar a II Assembléia foi realizada de agosto

a dezembro de 1984 uma pesquisa. O formulário foi elaborado pela assessoria, a partir das questões levantadas em reuniões da Coordenação Executiva.

A pesquisa foi aplicada por membros da Coordenação Executiva e pela assessoria. A forma de aplicação dos questionários variou muito mas, em geral, buscou-se formar um grupo pessoas (presidente da associação e membros da diretoria, entre outras pessoas interessadas), que enquanto debatiam as questões propostas eram observadas pelo pesquisador. Este, posteriormente, anotava suas impressões sobre a associação e o grupo entrevistado. O resultado deste trabalho serviu como subsídio para a formulação de propostas a serem debatidas durante a II Assembléia.

A pesquisa atingiu vinte e sete associações de moradores, o que representava 66% do total daquelas que participavam do MAB, e concluiu entre outras coisas, que cerca de 80% delas havia sido fundadas entre 1982 e 1984, e que, em geral, apenas 1% da população do bairro participava de suas reuniões.

Constatou-se também que um número reduzido de moradores dos bairros conhecia o MAB. Assim, em apenas 3% das associações todas as pessoas que participavam de suas atividades sabiam o que era o MAB, em 34% das associações pesquisadas apenas aqueles que frequentavam as reuniões das associações o conheciam, e em 63% somente a diretoria. Isto mostra que, apesar do MAB desenvolver um trabalho de articulação e manter um contato constante com presidentes das asso-

ciações e com membros da diretoria, assim como com lideranças dos bairros, tinha uma pequena penetração junto aos moradores dos bairros.

Procurou-se saber junto as associações quais eram as suas principais reivindicações, e quais destas haviam sido atendidas pelo poder público. Neste sentido obteve-se o seguinte quadro geral:

TABELA 04
PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MAB

ORDEM	REIVINDICAÇÕES	% DO TOTAL DE ASSOCIAÇÕES QUE ESTÃO LUTANDO POR POR ESTA REIVINDICAÇÃO (1)	% DAS REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS
1º	Posto de Saúde	82	32
2º	Creches	67	33
3º	Iluminação Pública	63	32
	Coleta de Lixo	63	82
	Rede de Esgoto	63	5
4º	Ensino de 1º Grau	59	31
	Módulo Policial	59	44
5º	Ensaibramento	56	60
	Nome nas Ruas	56	47
6º	Telefone Público	52	71
7º	Novos horários para		
	ônibus	48	46
	Limpeza de valetas	48	46
8º	Ampliação das Ruas	44	25
	Rede de água	44	67
9º	Novas linhas de		
	ônibus	41	27
	Cancha Esportiva	41	27
	Parque Infantil	41	18
	Praça	41	-
10º	Policiamento	37	60
11º	Clínica Dentária	34	56
12º	Regularização de		
	áreas ocupadas	30	-

Fonte: JORNAL DO MAB, Nº 6, fevereiro de 1985
(1) - Referente a 27 Associações de Moradores

A Tabela acima apresenta dados agregados referentes as pesquisas realizadas em associações de moradores localizadas em Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana. No entanto, estes dados sofrem algumas alterações se forem considerados separadamente. Neste caso, entre as associações de Curitiba a reivindicação mais frequente foi posto de saúde, com 90%, sendo que entre as associações da Região Metropolitana foi iluminação pública, com 86%. Em seguida 70% das associações de moradores de Curitiba solicitaram coleta de lixo, e 71% delas na Região Metropolitana reivindicaram creches.

De acordo com os dados da pesquisa, 78% das associações buscavam a participação popular na decisão a respeito das lutas que deveriam ser encaminhadas. Mas, o mesmo não acontecia quando do encaminhamento destas. Cerca de 25% das associações o faziam através da diretoria, e em 28% dos casos através do presidente da associação. Apenas 3% recorriam a vereadores para encaminhar suas reivindicações. No entanto, as cobranças destas eram feitas de forma conjunta, ou seja, em 45% dos casos por uma comissão de moradores, em 28% pela diretoria e em 27% pelo presidente da associação.

As formas de manifestação e de organização das associações eram muitas semelhantes, sendo que 55% delas já haviam feito mutirões, 41% já havia organizado passeatas e 30% haviam realizado atos públicos. Desta forma, percebe-se que apesar de encaminharem as reivindicações de forma isolada através do presidente ou da diretoria, as mesmas eram co-

bradas, em grande parte, por comissões de moradores que recorriam, com frequência, a manifestações de massa para pressionar o poder público ou para realizar algum trabalho relacionado a reivindicações para as quais não haviam obtido respostas. Além disso, é interessante observar que grande parte das associações, cerca de 80%, trabalhavam de forma conjunta com outras entidades e movimentos populares.

O resultado da pesquisa foi publicado no Jornal do MAB nº 6, de fevereiro de 1985. O objetivo de tal publicação era fazer com que os moradores dos diversos bairros, cujas as associações participavam do MAB, percebessem o quanto suas reivindicações eram semelhantes, introduzindo, desta forma, o debate sobre a possibilidade de encaminhá-las de forma conjunta, o que favoreceria o crescimento de seu poder de pressão.

Para tanto a Coordenação Executiva, juntamente com a assessoria do MAB elaborou algumas questões que deveriam ser debatidas nas associações de moradores. Entre elas pode-se destacar aquelas referentes a possibilidade de articulação das lutas populares encaminhadas pelos diferentes bairros; o que era entendido por participação popular e como esta era encaminhada concretamente nas atividades da associação de moradores. Nas reuniões onde foram debatidas estas questões também foram eleitos os delegados que participariam da II Assembléia e, entre eles, os dois representantes da associação na Coordenação Geral do MAB.

É importante ressaltar que a II Assembléia do MAB teve, por parte da assessoria, uma atenção especial no que se refere a sua preparação e organização. Isto porque o movimento popular experimentava naquele momento um sensível fortalecimento, o que fazia com que fosse necessário que suas reivindicações passassem a ser acompanhadas por propostas concretas de como efetivá-las. A assessoria avaliou que para isto não bastava conhecer a realidade, era preciso analisá-la mais profundamente. E mais, era preciso que os participantes do MAB obtivessem dados concretos sobre os problemas vivenciados nos bairros, e que este diagnóstico possibilitasse a elaboração de um plano de ação.

I - pg. 135

A II Assembléia do MAB foi realizada no dia 3 de março de 1985, e teve como principal objetivo ser um momento de reencontro das associações de moradores, onde estas pudessem buscar formas de união e de fortalecimento de suas lutas, através da elaboração de um planejamento de suas atividades.

Segundo as decisões tomadas durante a II Assembléia do MAB deveria apoiar as ocupações de terrenos urbanos ocorridas em Curitiba e na Região Metropolitana, denunciando na imprensa o problema do solo urbano na cidade e suas consequências para as camadas mais pobres da população. Apesar de poucas associações filiadas ao MAB estarem localizadas em áreas de favelas, este era um problema que sempre se colocava como urgente nos debates realizados.

A comunidade Profeta Elias, por exemplo, vinha há muitos anos lutando para conquistar a posse da terra ocupada

desde 1976, e seus moradores estavam sendo ameaçados de expulsão. Os moradores da Profeta Elias haviam realizado mutirões para drenar o solo, abrir valetas e rua. Lutaram muito para conseguir água, luz, e outras melhorias para o bairro. Contruíram um barracão que servia de local para as reuniões da Comunidade Eclesial de Base e da Associação de Moradores. Fundaram um Clube de Mães e também organizaram uma horta comunitária. Este tipo de organização e a existência de um problema comum, fazia com que se fortalecessem os laços de solidariedade entre os membros desta comunidade, e isto os animava para lutar de forma conjunta pela posse da terra.

Depois de muita luta, e contando com a assessoria jurídica do MAB, os moradores da Profeta Elias conquistaram em novembro de 1984, a compra dos terrenos. Esta, apesar de ter sido uma das poucas situações onde o MAB esteve diretamente envolvido em uma questão relacionada ao solo urbano, representou uma grande vitória. Por esta razão, as associações de moradores durante a realização da II Assembléia, reivindicaram que o MAB continuasse desenvolvendo um trabalho de assessoria jurídica para acompanhar casos como o da Profeta Elias.

Os participantes da II Assembléia, concluíram também, entre outras coisas, que deveriam ser criadas Comissões de Saúde nas vilas para orientar a população sobre como lutar para conquistar um posto de saúde. Onde estes já existissem deveriam ser formadas comissões que fiscalizassem seu funcionamento, procurando abrir espaços para a participação popular na sua administração. Além disso, deveriam ser reali-

zados debates e troca de experiências entre as associações a respeito da luta pela construção e pelo funcionamento de postos de saúde.

Para esclarecer a população sobre estas questões o MAB e o MOPS - Movimento Popular de Saúde (20) - lançaram os "Cadernos de Saúde", nos quais constavam roteiros para subsidiar os debates realizados nas associações que pretendiam formar Comissões de Saúde. Foram também realizados encontros para troca de informações sobre remédios caseiros e ervas medicinais, procurando resgatar o conhecimento popular acerca da cura para determinadas enfermidades.

Em relação ao desemprego os participantes da II Assembléia do MAB decidiram que este deveria continuar lutando por mais empregos, por mais frentes de trabalho e por hortas comunitárias, juntamente com o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego.

Tendo como base os relatórios das reuniões realizadas nas associações de moradores; os dados da pesquisa e as conclusões dos debates realizados pelos grupos de trabalho durante a II Assembléia do MAB, pode-se afirmar que a principal conclusão de seus participantes foi em relação a decisão de que o MAB deveria trabalhar de forma articulada com outros movimentos e entidades populares existentes em Curitiba, especialmente aqueles próximos ao trabalho realizado nas CEB's e Pastorais e pelo CEFURIA, buscando fortalecer o processo de organização popular.

NOTAS

1 - CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; SOUZA, Beatriz Muniz de; e PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira - "Comunidades Eclesiais de Base", in SINGER, Paul e BRANT, Vinícios Caldeira (org.) - SÃO PAULO: O POVO EM MOVIMENTO, CEBRAP/ Editora Vozes, Petrópolis, 1980, p.69.

2 - Ibidem, p.75.

3 - FUCKNER, Cleusa Maria - A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA PELAS COMUNIDADES DE BASE DO BAIRRO DO XAXIM, DE 1964 A 1984, trabalho apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1988.

4 - Ibidem.

5 - BONDUKI, Nabil e VERAS, Maura Pardini Bicudo - "Política habitacional e a luta pelo direito à habitação", in COVRE, Maria de Lourdes (org.) - A CIDADANIA QUE NÃO TEMOS, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986, p.59.

6 - FERNANDES, Rubem César - "Sem fins lucrativos" in LANDIM, Leilah (org.) - SEM FINS LUCRATIVOS - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL, ISER, Rio de Janeiro, 1988, p. 10.

7 - LANDIM, Leilah - "A serviço do movimento popular - as organizações não governamentais no Brasil", in LANDIM, Leilah (org.) - SEM FINS LUCRATIVOS - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL, ISER, Rio de Janeiro, 1988, p.27.

8 - De acordo com Relatório de Atividades do CEFURIA, Curitiba, 1982.

9 - BARREIRA, Irllys Alencar F. - "Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos", in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO 1974-1985, CEDEC/ LPM, São Paulo, 1986, p.140.

10 - GOHN, Maria da Glória - ASSESSORIAS AOS MOVIMENTOS POPULARES - MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS, São Paulo, mimeografado, p.8.

11 - O MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, criado em 1983 não tem nenhuma ligação com o MAB - Movimento de Amigos de Bairros, de Nova Iguaçu, RJ, fundado em 1978. Sobre as lutas populares e o processo de organização desenvolvido pelo MAB de Nova Iguaçu ver MAINWARING, Scott - "A Igreja Católica e o Movimento Popular: Nova Iguaçu - 1974-1985", in KRISCHKE, Paulo e MAIN-

WARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO 1974-1985, CEDEC/ LPM, São Paulo, 1986.

12 - Segundo o exposto do documento CARTA ABERTA AO FUTURO GOVERNO DO PARANÁ E DE CURITIBA, de 12 de dezembro de 1982, assinado pela Vila Acordes, Jardim Itamarati, Jardim Paranaense, Cachoeira de São Jorge (Almirante Tamandaré), Vila Duque de Caxias, Vila Macedo (Piraquara), Conjunto Saturnino de Brito, Conjunto Érico Veríssimo, Vila Americana, Boqueirão, Jardim Urano, Vila Parolim, Pinheirinho, Santa Amélia, Vila Rex, Conjunto Euclides da Cunha, São João da Cruz, Vista Alegre e CECOMA.

13 - GOHN, Maria da Glória - Ob. cit., p. 6 e 7.

14 - De acordo com o texto "PORQUE O MAB É UM MOVIMENTO", de Clemente Ganz Lúcio, 1983

15 - DURHAN, Eunice - "Movimentos Sociais - a construção da cidadania", NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 10, outubro, 1984, p.27.

16 - Ibidem, p.27.

17 - Segundo informações fornecidas pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego.

18 - MARANHÃO, Eron José e STOLL, Sandra Jacqueline - "Participação, Organização e Trabalho Comunitário - Algumas Experiências Desenvolvidas no Paraná", BOLETIM ANÁLISE CONJUN-

TURAL, IPARDES, V.11, nº 11, Curitiba, 1989.

19 - CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção, entidade popular organizada desde 1975, na região sul da cidade, no bairro do Xaxim, que realiza e articula feiras comunitárias, comprando diretamente dos produtores e revendendo através das associações de moradores e comunidades pelo preço de custo.

20 - MOPS - Movimento Popular de Saúde, entidade organizada a nível nacional que realiza em Curitiba e no interior do Paraná reuniões nas associações de moradores incentivando a criação de Comissões de Saúde, para lutar pela construção de postos de saúde nos bairros das periferias das cidade, assim como pela participação popular na administração destes.

IV - MOVIMENTOS E ARTICULAÇÕES

Pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido no final da década de 70 nas Comunidades Eclesiais de Base do Xaxim, foi um dos fatores que mais influenciou a criação de associações de moradores na região sul de Curitiba. Neste sentido, deve-se considerar a fundamental participação de militantes católicos que acompanharam o desenrolar do processo de organização popular através da criação de associações de moradores, de oposição sindicais e de diversos movimentos populares.

Também é possível afirmar que o CEFURIA, enquanto uma entidade que agregava militantes católicos que prestavam assessoria aos movimentos populares e sindicais de Curitiba, desempenhou um papel determinante na criação do MAB, tendo sido o principal ponto de apoio às atividades desenvolvidas por esta entidade, principalmente através do trabalho de sua assessoria. Isso, no entanto, não impediu que o MAB se organizasse de forma autônoma em relação ao CEFURIA.

Apesar de grande parte das associações que participavam do MAB terem sido criadas através do trabalho desenvol-

vido pelas CEB's, e apesar da forte ligação do MAB com o CEFURIA, que era uma entidade composta basicamente por católicos, a ligação do MAB com a Igreja Católica se dava de forma indireta, ou seja, mediada por estas duas instâncias.

É importante ressaltar que, quando da criação das CEB's na região do Xaxim, o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, colocou-se contra a forma como estas pretendiam organizar-se, e procurou impedir o seu fortalecimento. Da mesma forma, os setores mais conservadores da Igreja Católica em Curitiba, colocaram-se contra a criação do CEFURIA. Muitos fatores influenciaram tal posição, entre eles a existência de divergências entre representantes da hierarquia eclesial e pessoas ligadas ao CEFURIA, a disputa por espaço político junto às CEB's, as diferenças quanto a concepções sobre o papel a ser desempenhado pelo CEFURIA junto às comunidades e mesmo junto ao movimento popular. Desta forma, o CEFURIA não contava com o apoio formal da Igreja Católica. Apesar disso, desenvolveu um trabalho profundamente marcado pelas posturas assumidas por setores da Igreja, a partir do Encontro de Medelim.

Assim, o MAB que era formado por associações de moradores criadas a partir das CEB's e assessorado pelo CEFURIA, adotou em sua forma de trabalhar e de encaminhar a ação política, muitos aspectos da postura assumida por estas duas instâncias, o que fez com que se diferenciasse das outras entidades representativas das associações de moradores (a União Geral e a Federação de Moradores). A prática política desenvolvida pelo MAB fez com que este estabelecesse alian-

cas com entidades populares que, de certa forma, haviam se constituído de forma semelhante a ele, ou seja, a partir do trabalho das CEB's e de Comissões Pastorais da Igreja Católica, e mesmo a partir da assessoria do CEFURIA, como por exemplo o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, o XAPINHAL, o MPPC - Movimento Pela Participação Popular na Constituinte, entre outras.

A necessidade de realizar um trabalho de forma articulada com outras entidades e movimentos populares foi uma das principais conclusões da II Assembléia Geral do MAB. No entanto, esta decisão apenas referendou uma articulação que já vinha se estabelecendo na prática e que já havia conquistado algumas vitórias através da organização popular.

Além de trabalhar de forma conjunta com outras entidades e movimentos populares o MAB, como já foi dito no Capítulo III, organizou-se em Comissões de Trabalho através das quais algumas lutas foram encaminhadas. Estas Comissões foram uma espécie de "movimento" dentro do Movimento de Associações de Bairros. Dentre estas, a Comissão de Creche, que lutava pela construção de creches nos bairros da periferia de Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana e pela participação popular na administração das creches já existentes; e a Comissão de Transportes, que reivindicava a melhoria da qualidade do transporte coletivo, foram as mais importantes, pois representaram um momento de organização das classes populares na luta por seu direito a melhores condições de vida na cidade.

IV.1 - A COMISSÃO DE CRECHES DO MAB

A carência de creches nos bairros da periferia de Curitiba é um antigo problema. Já em 1982, quando foi elaborado o documento para ser entregue ao futuro governo, esta era uma das principais reivindicações apontadas pelas associações de moradores.

Durante o II Encontro de Bairros de Curitiba esta questão voltou à tona. Nesta ocasião, o Movimento 8 de Março - grupo organizado para debater questões específicas às mulheres - sabendo de tal carência, convidou as associações presentes para uma reunião onde seria debatido o problema.

Esta reunião aconteceu no dia 27 de março de 1983, no Teatro de Bolso, contando com a presença de aproximadamente cem pessoas, representantes de associações de moradores participantes da União Geral, da Federação e do MAB. A partir deste debate foi elaborado um documento denominado "A CRECHE QUE QUEREMOS", onde constavam critérios para o funcionamento das creches de periferia, atendendo às demandas das famílias aí residentes. O documento abordava questões referentes a manutenção das creches e ao pagamento das funcionárias, e determinava que este deveria ser responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba. As funcionárias deveriam ser escolhidas pela comunidade ou pela associação de moradores, juntamente com a Prefeitura, e deveriam receber treinamento e acompanhamento técnico por parte do DDS - Departa-

mento de Desenvolvimento Social, órgão da administração municipal.

No dia 14 de abril de 1983, quando houve a audiência com o Prefeito Maurício Fruet para a entrega do relatório do II Encontro de Bairros, foi marcada uma reunião para tratar especificamente do problema da falta de creches. O dia escolhido não poderia ter sido mais significativo, ou seja, 8 de maio de 1983, Dia das Mães. Na ocasião, cerca de cento e cinquenta pessoas, entre elas cinquenta crianças, compareceram a reunião para entregar ao Prefeito o documento "A CRECHE QUE QUEREMOS" e exigir um posicionamento frente a questão.

O encaminhamento dado foi a formação de um grupo de trabalho composto por representantes do MAB, da União Geral, da Federação, da Secretaria da Fazenda e do Departamento de Desenvolvimento Social, para debater e buscar soluções para o problema .

Foi na Concentração do Tarumã, em maio de 1983, que o Movimento de Creches, assim como o restante do movimento popular, obteve uma resposta às suas reivindicações por parte do Governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba. Mas, esta foi decepcionante: "Não temos verbas. Novas creches só serão construídas em 1984. Até lá apenas iremos arrumar as já existentes" (1).

A partir da Concentração do Tarumã, a Federação de Moradores afastou-se do movimento popular como um todo. Por

sua vez, as associações de moradores participantes da União Geral não mais compareceram as reuniões do Movimento de Creches. Diante de tal situação, foi criada em junho de 1983 a Comissão de Creche do MAB, visando dar continuidade ao movimento que lutava pela construção de creches nos bairros da periferia de Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana.

Uma das primeiras atividades desta comissão foi a elaboração de uma pesquisa que tinha como principal objetivo obter dados concretos sobre a real necessidade de creches em vilas que participavam do MAB.

Mas, a pesquisa também tinha outros objetivos. Além de obter informações procurou-se também fazer com que os participantes da Comissão de Creches aprendessem a elaborar, aplicar, tabular e analisar uma pesquisa, para que pudessem utilizar este instrumental de trabalho sempre que necessário. Para tanto, a pesquisa foi acompanhada por um assessor, que esclarecia os participantes a respeito de cada etapa do processo. O aspecto organizativo também era um dos objetivos desta pesquisa, visto que os moradores ao aplicarem os formulários nos bairros, estabeleciam contatos com seus vizinhos e debatiam a questão da falta de creches, procurando sensibilizá-los para participar do movimento.

Foram aplicados cerca de 3.200 formulários em dezessete bairros da periferia de Curitiba, sendo três deles localizados em municípios da Região Metropolitana. O trabalho envolveu aproximadamente cinquenta pessoas, em sua grande

maioria moradores dos bairros pesquisados.

A partir dos dados obtidos com a pesquisa, a Comissão de Creches do MAB apontou a necessidade de cerca de trinta e sete creches para atender às vilas pesquisadas, estabelecendo como parâmetro uma creche para cada cem crianças. O Movimento 8 de Março, utilizando este mesmo parâmetro e tendo realizado um levantamento a nível de Curitiba, estimou a necessidade de quatrocentas e setenta creches, para atender 47 mil crianças de até seis anos, de famílias com renda mensal de até três salários mínimos residentes na cidade.

Na época da pesquisa haviam em Curitiba quarenta e duas creches, que tendiam cerca de 3.000 crianças residentes em bairros periféricos. Desta total, vinte e seis creches eram oficiais, ou seja, mantidas pela Prefeitura, e dezesseis eram Creches de Vizinhança (2).

Em agosto de 1983, quando foi realizada a I Assembleia do MAB, a Comissão de Creches relatou o trabalho que vinha desenvolvendo e mais associações de moradores engajaram-se nesta luta. Assim, cerca de vinte e seis associações de moradores participantes do MAB assinaram o documento que analisava os dados da pesquisa e que, posteriormente, foi entregue ao Prefeito. É importante ressaltar que o mesmo número de associações de moradores havia assinado anteriormente o documento "A CRECHE QUE QUEREMOS", mas estas representavam então três entidades, ou seja, o MAB, a União Geral e a Federação. Assim, percebe-se que, em pouco tempo, a Comissão de Creches do MAB havia conquistado uma significativa

representatividade.

O documento foi entregue ao Prefeito Maurício Fruet no dia 2 de setembro de 1983. O Prefeito, apesar de reconhecer a necessidade de quatrocentas creches em Curitiba, afirmou que apenas seis seriam construídas em 1984.

Diante de tal constatação não restou outra alternativa a Comissão de Creches do MAB senão continuar debatendo o assunto e pressionando a Prefeitura na esperança de conquistar algumas vitórias, mesmo que localizadas.

Assim, em fevereiro de 1984 foi realizado o I Encontro de Creches do MAB, contando com a participação de quinze associações de moradores. O principal objetivo deste encontro era possibilitar a troca de informações e de experiências entre associações que já tinham creches e aquelas que ainda lutavam pela construção de uma, na expectativa de animá-las a continuarem organizadas.

Mas, as Creches de Vizinhança também enfrentavam problemas. O convênio entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as associações de moradores ou comunidades, estabelecia que estas seriam responsáveis pela complementação dos gastos das creches, fato que exigia um grande esforço por parte da comunidade que, em geral, não dispunha de recursos financeiros para tal. Esta situação levava as comunidades e associações a realizarem inúmeras promoções (como por exemplo bingos, festas etc) buscando angariar verbas para a manutenção das creches. O processo de organização e de participação em

tais promoções gerava entre os componentes destes grupos uma grande solidariedade.

A experiência de administrar e gerir um equipamento coletivo juntamente com a Prefeitura, proporcionava para a comunidade um aprendizado importante. Mas, se por um lado o convênio das Creches de Vizinhança representava para a comunidade a possibilidade de participar de forma mais direta da gestão deste equipamento, por outro representava também um esforço para manter a creche, o que deveria ser uma responsabilidade da Prefeitura.

Neste sentido, quando o Prefeito Maurício Fruet avisou que os convênios referentes às Creches de Vizinhança, firmados entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as associações de moradores, que tiveram início na gestão do Prefeito Jaime Lerner, terminariam em 31 de dezembro de 1985, e não seriam renovados, as comunidades e associações de moradores envolvidas mobilizaram-se para debater a situação.

O MAB realizou uma reunião para debater a questão dos convênios, na qual compareceram representantes de diversas associações de moradores que administravam Creches de Vizinhança. Na ocasião foi elaborado um documento em que constavam suas principais reivindicações, entre elas a continuidade dos convênios; a admissão de funcionárias da própria região, escolhidas em conjunto pela Prefeitura e pela comunidade; participação das associações nas decisões referentes a creche e a urgente inauguração das creches já construídas.

As Creches de Vizinhança que participavam da Comissão do MAB (Uberaba, Santo Antônio, Vila Esmeralda, Demawe, Urano, Vista Alegre, Vila Gusso e Jardim Paranaense) atendiam um total de quatrocentas e cinquenta crianças. Realizaram um levantamento de sua real situação e, a partir deste, elaboraram um documento que foi entregue ao Prefeito de Curitiba, reivindicando, mais uma vez, a renovação dos convênios. Esta discussão durou todo o ano de 1985 sem que houvesse, por parte da Prefeitura, qualquer definição.

Em 1986, na gestão do Prefeito Roberto Requião, a Comissão de Creches do MAB, elaborou mais um documento onde constava um outro levantamento realizado nas vilas, referente ao número de crianças de 0 a 6 anos que necessitavam de creches. Além disso, o documento reiterava as reivindicações apresentadas anteriormente pelas Creches de Vizinhança. O MAB marcou uma audiência para entregar o documento mas, no dia marcado o Prefeito não compareceu, mandando o Departamento de Desenvolvimento Social representá-lo. Nada de concreto foi encaminhado.

Durante todo o processo de luta pela renovação dos convênios entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as Creches de Vizinhança, foi possível constatar as contradições existentes entre os diferentes interesses envolvidos, principalmente por parte das funcionárias das creches e por parte dos pais das crianças.

Por um lado, algumas funcionárias temiam que com o fim dos convênios entre a Prefeitura e as comunidades e as-

sociedades, viessem a perder o emprego (embora algumas delas recebessem salários simbólicos, muitas vezes pagos pela própria comunidade). No entanto, tinham expectativas de que, se as creches se tornassem oficiais, fossem contratadas pela Prefeitura, obtendo certas garantias trabalhistas as quais não tinham acesso enquanto vinculadas à comunidades ou às associações. Assim, em geral, não participavam das reuniões que pretendiam organizar um movimento pela renovação dos convênios.

Os pais das crianças que frequentavam as Creches de Vizinhança, por outro lado, não dispunham de tempo para participar de reuniões realizadas, em geral, à noite, tendo em vista os horários que retornavam do trabalho. Da mesma forma, encontravam dificuldades em participar do processo de administração conjunta da creche. Sendo assim, muitos preferiam que estas se tornassem oficiais pois assim ficariam liberados deste compromisso.

Por sua vez, muitas associações de moradores não tinham certeza se valia a pena lutar para manter as Creches de Vizinhança, porque este tipo de convênio implicava em um trabalho nem sempre compensador, visto que poucas comunidades participavam efetivamente.

Mas, apesar de existirem posicionamentos adotados por parte dos pais, de funcionárias e mesmo por parte de algumas associações de moradores e comunidades que não contribuíam para o fortalecimento do movimento pela renovação dos convênios, existiam também pais, funcionárias, associações e co-

munidades que, compreendendo a importância de garantir a participação popular na gestão das Creches de Vizinhança, participavam ativamente das reuniões convocadas pela Comissão de Creches do MAB.

No entanto, este movimento não conseguiu evitar que as Creches de Vizinhança fossem transformadas em creches oficiais, ou seja, com manutenção e administração total da Prefeitura. As funcionárias contratadas foram as aprovadas num concurso público realizado no final de 1985, em vésperas de eleições municipais, e não as indicadas pelas comunidades.

O processo de transformação de Creches de Vizinhança em creches oficiais, gerou uma grande retração no Movimento de Creches.

Com a criação das creches oficiais as associações de moradores e comunidades não mais participaram diretamente das decisões e encaminhamentos concernentes às Creches. No entanto, esta falta de participação nos assuntos das creches não pareceu representar um problema, pois assim que estas tornaram-se oficiais o Movimento desarticulou-se.

Esta desarticulação pode ser explicada em parte, pela falta de uma resposta rápida da assessoria, no sentido de reverter a situação e provocar um amplo debate sobre a possibilidade e a necessidade de participação popular nas decisões referentes ao funcionamento de um equipamento urbano que a população lutou durante anos para conquistar.

Deve-se também considerar que a assessoria não teve sensibilidade para compreender a questão que se colocou em relação a participação das comunidades na administração das Creches de Vizinhança, ou seja, apesar de representar um importante canal de participação, pois possibilitava compreender e apreender os mecanismos de funcionamento de uma creche e mesmo da administração da Prefeitura, o fato da comunidade arcar com parte de manutenção da creche representava também um grande problema. Isto porque para cobrir os custos da creche as comunidades precisavam promover mensalmente atividades que tinham por objetivo principal arrecadar verbas. Mas, como gerar recursos a partir de uma população sem recursos?

Por outro lado, quando a população reivindica um equipamento coletivo, como a creche por exemplo, está buscando principalmente obter algum grau de conforto para poder desenvolver suas atividades ou para simplesmente viver melhor. Sendo assim, o fato de ter que participar da gestão do equipamento conquistado entra em choque com este objetivo, ou seja, além de trabalhar para manter a sobrevivência de sua família, os pais deveriam contribuir financeiramente para a manutenção da creche, e ainda deveriam participar das reuniões de administração desta. Assim, aquilo que era reivindicado como uma forma de obter um pouco de tranquilidade, gerava ainda mais trabalho e preocupações.

Neste sentido, a transformação das Creches de Vizinhança em creches oficiais não deveria ter sido considerada

pelo movimento como um problema, mas sim como uma vitória, pois estas passaram a ser administradas e mantidas pela Prefeitura, que deveria ter sido responsável por este serviço desde o início.

A questão que se colocava era de reivindicar a participação da comunidade nas principais decisões referentes a creche sem ser necessário, no entanto, que esta arcasse com sua manutenção. No entanto, quando a Comissão de Creches do MAB propôs dar continuidade ao movimento, lutando para conquistar a participação das comunidades nas creches oficiais, não obteve resposta por parte da população. Isto porque, de acordo com a concepção dos participantes desta Comissão e de grande parte dos moradores dos bairros envolvidos no Movimento de Creches, o problema estava resolvido, ou seja, as creches estavam funcionando e eles não precisavam mais se "incomodar" participando de reuniões.

É importante destacar que as condições objetivas de vida das classes populares podem levá-las a mobilizar-se buscando melhorias na qualidade de vida. No entanto, nem sempre isto significa mobilização para conquistar a participação popular em diferentes níveis ou situações. Muitas vezes a população organiza-se para obter pequenas conquistas específicas, que tornem seu dia a dia menos sofrido. Assim, esta constatação, apesar de parecer desalentadora, deve ser considerada por assessores e lideranças no processo de organização popular, podendo servir como ponto de partida para a realização de debates que levem a população a compreender a importância de sua participação na gestão da coisa pública.

Outro trabalho realizado pela Comissão de Creches do MAB e por sua assessoria, ao mesmo tempo que era encaminhada a luta pela construção de creches e pela manutenção dos convênios com as Creches de Vizinhança, era o acompanhamento às creches já existentes em bairros que, através de suas associações de moradores, participavam do MAB.

A assessoria realizava debates com as funcionárias destas creches, objetivando elaborar um planejamento do trabalho a ser realizado com as crianças e com os pais. Além disso, procurava-se fazê-las compreender que aquela creche diferenciava-se das demais existentes na cidade, por ser ligada a uma comunidade ou a uma associação de moradores. Sendo assim, o trabalho a ser desenvolvido também deveria ser diferenciado, ou seja, mais democrático e mais participativo.

Grande parte das funcionárias supervalorizavam a escola tradicional, talvez por não terem tido acesso a ela. Reproduziam sua forma de trabalhar, adotando muitas vezes uma postura autoritária e cerceadora da liberdade e da criatividade das crianças. No entanto, quando tomavam conhecimento de outras alternativas pedagógicas através do trabalho realizado pela assessoria do MAB, gostavam e sentiam-se bem aplicando-as, porque percebiam que este tipo de trabalho tinha uma maior identificação com sua realidade e com a das crianças. Mas, contraditoriamente, poucas vezes adotavam este tipo de trabalho em sua prática diária.

A realização de oficinas de bonecos de fantoches, feitos com sucata, foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria junto as funcionárias, pais e alunos das creches durante 1984 e 1985. O objetivo destas oficinas era criar uma atividade alternativa a ser utilizada não apenas nas creches, mas também nos trabalhos da associação de moradores. Sendo assim, foram criadas pelos próprios moradores pequenos enredos que eram apresentados para animar reuniões de associações de moradores e assembléias de diversos movimentos populares, entre eles do MAB, do CECOMA, do MLCD e do MOPS.

Em 1985, a Comissão de Creches do MAB se encontrava desarticulada. Não mais assessorava a luta pela renovação dos convênios entre Prefeitura e Creches de Vizinhança, pois estas passaram a ser creches oficiais. Não mais acompanhava o trabalho desenvolvido pelas funcionárias, pois a medida em que a Prefeitura passou a pagar horas extras de trabalho de acordo com o comparecimento as reuniões de planejamento realizadas pelo Departamento de Desenvolvimento Social, as funcionárias deixaram de participar das atividades oferecidas pelo MAB, que eram opcionais. A Comissão de Creches também parou de articular as associações na luta pela construção de creches na periferia da cidade pois, como consequência da pressão popular desencadeada pelo Movimento de Creches, na gestão do Prefeito Roberto Requião muitas creches oficiais foram construídas. Nestas a participação das comunidades foi inviabilizada. Apesar disso, a assessoria não foi capaz de rearticular as associações ao redor desta questão.

Neste contexto a assessoria do MAB realizou entrevistas buscando recuperar a memória da luta pela construção de creches, no caso da Vila Gusso; pela manutenção do convênio de Creches de Vizinhança, no caso da Demawe; e pela continuidade de uma creche administrada pela associação de moradores, no caso do Jardim Parananese. Este trabalho tinha como objetivos principais registrar a luta e a organização destas associações, fazê-las refletir sobre a importância deste movimento e as vitórias que haviam alcançado, além de possibilitar uma análise sobre as falhas que ocorreram no processo e, finalmente, fazer com que através deste relato estas associações reassumissem o movimento, repassando suas experiências para outras associações.

Ainda na tentativa de rearticular o Movimento de Creches, o MAB elaborou um audio-visual resgatando a memória das lutas da Comissão de Creches. Este serviu como ponto de partida para debates realizados nas associações, onde se procurou avaliar o trabalho desenvolvido até então, e planejar suas próximas atividades. No entanto, a Comissão de Creches do MAB não voltou a se mobilizar.

IV.2 - A COMISSÃO DE TRANSPORTE DO MAB

Outra luta que o MAB empreendeu e que foi de grande importância para o movimento popular foi pela melhoria da qualidade do transporte coletivo de Curitiba e da Região Metropolitana.

Em 1974 foi introduzido o sistema de transporte coletivo realizado por vias estruturais através dos ônibus expressos (que circulam em canaletas exclusivas). Estas linhas juntamente com os interbairros (que fazem ligações entre diferentes bairros da cidade) e os alimentadores (que fazem a ligação entre as áreas circunvizinhas aos terminais para embarque nas linhas expressas) compõem a Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba.

Esta Rede Integrada de Transporte possibilita que

com o pagamento de uma única passagem seja possível percorrer 15 linhas expressas existentes, ou deslocar-se para qualquer bairro da cidade através de interbairros. Esta rede atende hoje cerca de 60% do total da demanda do sistema de transporte coletivo da cidade, operando com 1.200 ônibus, atendendo diariamente a 1.200.000 passageiros (3).

Todo este sistema se apoia no pagamento da Tarifa Social Única, onde

as linhas de percurso menores, aquelas dos bairros mais próximos ao centro da cidade, bairros de classe média alta, subsidiam as linhas mais longas, que atendem aos bairros de classe média baixa e operários (4).

No entanto, apesar deste sistema ser considerado a nível nacional como modelo, a população apontava problemas, tais como os aumentos abusivos e constantes das passagens, e questões relativas ao funcionamento, como por exemplo poucos veículos nas linhas, o mau estado de conservação dos ônibus, entre outros.

Em 1981 algumas associações de moradores e movimentos populares reuniram-se para debater a questão do aumento nas passagens. As principais propostas resultantes deste debate foram: pelo congelamento das tarifas; pela estatização do sistema de transporte coletivo; pela participação dos representantes dos usuários no Conselho Municipal de Transporte que decidia os aumentos; por mais ônibus; pelo fim dos "chiqueirinhos" (como eram chamadas as divisões com alambrados de metal que criavam uma espécie de corredor para controlar as filas de acesso do ônibus expresso aos ônibus alimentadores).

O movimento desencadeado a partir deste debate conseguiu sensibilizar a população, que participou de um grande abaixo assinado, onde foram recolhidas cerca de 70.000 assinaturas, que reivindicava o congelamento das tarifas.

No dia 26 de junho de 1981 este abaixo-assinado foi entregue ao Prefeito Jaime Lerner, em uma manifestação pública. A partir daí algumas reivindicações foram conquistadas, como por exemplo o fim dos "chiqueirinhos"; o aumento do número de ônibus nas linhas; um representante do movimento popular no Conselho Municipal de Transportes e um au-

mento das tarifas inferior ao que estava sendo previsto.

Em 1982 a Prefeitura liberou um novo aumento. Na ocasião, algumas associações de moradores e movimentos populares reuniram-se mais uma vez para debater a questão dos transportes coletivos, e concluíram que precisavam conhecer como eram feitos os cálculos das tarifas. Decidiram também realizar debates sobre o sistema de transporte da Região Metropolitana.

Nesta mesma época, as reivindicações relativas aos sistemas de transporte coletivo mobilizavam a população das principais cidades do país (5), e em Curitiba a luta acirrava-se cada vez mais. Isso pode ser verificado, por exemplo, no destaque que a imprensa dava ao fato, denunciando a deteriorização e as péssimas condições do transporte, o que justificava a reação dos usuários.

Contudo, diante de todas as bandeiras de luta levantadas pelo Movimento de Transportes, aquela que mais mobilizou a população foi em relação ao preço da tarifa do transporte coletivo. Vale a pena ressaltar que em Curitiba o preço da passagem em si não era alto, mas frente aos baixos níveis salariais verificados na época, o total da despesa mensal com passagens de ônibus representava um grande peso para o orçamento familiar das classes populares. Por esta razão, a questão do aumento das tarifas se colocava como urgente, e mesmo antes do MAB ter realizado sua I Assembléia Geral, a Comissão de Transporte já havia se articulado.

A Comissão de Transporte do MAB era composta por dois representantes de cada município da Região Metropolitana, incluindo Curitiba, e por dois assessores. Realizou contatos e reuniões com diversos órgãos públicos e entidades, entre elas a Secretaria de Transporte do Estado do Paraná; a Divisão do Sistema de Transporte Coletivo da Secretaria de Transportes; a Prefeitura Municipal de Curitiba e Prefeituras de vários municípios da Região Metropolitana; o Departamento de Utilidade Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba; a Câmara Municipal de Curitiba; o Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos e o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários, com o intuito de obter dados e informações que subsidiassem uma análise mais aprofundada sobre a questão do transporte.

Em 1983, os constantes aumentos nos preços das passagens provocaram manifestações por parte da população e da Comissão de Transporte do MAB, assim como por parte de outras entidades populares, inclusive a União Geral e a Federação de Moradores.

Quando o aumento de março foi autorizado pelo Prefeito Maurício Fruet, as passagens deveriam custar Cr\$ 53. Mas, os empresários argumentaram que haveriam dificuldades com o troco. Desta forma, a tarifa passou a custar Cr\$ 55. Em compensação os empresários se comprometeram em colocar cerca de cinquenta novos ônibus nas linhas. No entanto, até junho daquele ano, somente vinte e um novos veículos atendiam a população. Desta forma, as nove empresas existentes, que controlavam 873 ônibus, e atendiam a uma média de 700 mil

passageiros por dia, obtiveram lucros significativos (6).

Diante de tais acontecimentos e baseado em informações e dados obtidos através de seus contatos, a Comissão de Transporte do MAB passou a divulgar sistematicamente através de seu Boletim Informativo e através da grande imprensa, que haviam irregularidades no sistema de transporte coletivo de Curitiba e da Região Metropolitana, e que estas deveriam ser apuradas. Para tanto era preciso a realização de uma auditoria nas empresas.

Procurando argumentos que inviabilizassem a proposta de realização de uma auditoria nas empresas de transporte coletivo, os empresários afirmaram que não tinham lucros, mas sim prejuízos, pois eram "apenas repassadores de custos das multinacionais" (7). Além disso, para desviar a atenção da população sobre a questão da auditoria, os empresários concordaram com a participação popular em debates que decidiam sobre os aumentos das tarifas.

A Comissão de Transporte do MAB reuniu-se com o Prefeito e reivindicou que não fosse autorizado um novo aumento antes da realização de uma revisão na planilha de custos das empresas. Esta solicitação foi feita tendo como ponto de apoio o compromisso assumido pelo Prefeito na Concentração do Tarumã, realizada em maio de 1982, de que chamaria a população para debater o aumento das tarifas de transporte.

O aumento das tarifas foi adiado e debatido na Câmara de Vereadores, com a presença de representantes dos empresários e do MAB, que mais uma vez propôs a formação de uma comissão composta por representantes dos usuários e dos empresários para estudar e analisar a questão. Os empresários não aceitaram a proposta. Nesta ocasião o MAB afirmou que, de acordo com os cálculos da planilha, o preço das passagens deveria ser de Cr\$ 70. A Prefeitura dizia que deveria ser de Cr\$ 78,86, com possibilidades de ser arredondado para Cr\$ 80. Os empresários, por sua vez, queriam que as passagens passassem a custar Cr\$ 86 e, mais uma vez, se comprometeram em aumentar o número de ônibus nas linhas e o número de quilômetros rodados por estes diariamente.

O Prefeito Maurício Fruet, que havia se comprometido a não autorizar aumentos nas tarifas antes do término dos debates que estavam sendo travados na Câmara de Vereadores, não tomou nenhuma atitude quando em julho de 1986 os empresários aumentaram as tarifas para Cr\$ 80. O Prefeito apenas, salientou que as empresas deveriam criar novos horários e novas linhas, e que não poderiam ajustar novamente as tarifas, num prazo de noventa dias, a não ser que houvesse aumento no preço dos combustíveis.

Revoltados com a situação o MAB e a União Geral realizaram um ato público diante da Prefeitura. Uma comissão representando as duas entidades foi escolhida para negociar com o Prefeito, que não a recebeu. Na ocasião, esta comissão denunciou que, em seis meses, as tarifas tinham aumentado 128,57%, enquanto o salário mínimo havia sido reajustado em

apenas 47,66%.

Nesta mesma época, a Comissão de Transporte do MAB estava realizando uma análise a respeito das planilhas de custos das empresas que atendiam os municípios da Região Metropolitana. Ficou provado, entre outras coisas, que desde abril de 1981 a Secretaria de Transporte havia suspenso a cobrança do seguro facultativo e que este, a partir de então, não deveria estar embutido no preço das passagens. No entanto, as empresas sonegaram esta informação aos usuários e continuaram cobrando o seguro, o que acrescia de Cr\$ 1 a Cr\$ 8 no preço da passagem.

O MAB conseguiu que a quilometragem das linhas de ônibus fossem conferidas, visto que o preço das passagens era calculado tendo como base, entre outras coisas, o total de quilômetros rodados em cada linha. Assim, ficou provado que setenta e cinco linhas operavam com quilometragem falsificada, cobrando nas tarifas um percurso que, na realidade, não faziam. O MAB conseguiu também que a tarifa fosse revista e, em alguns casos, tivesse seu valor rebaixado. Um exemplo disso ocorreu em Piraquara, onde as passagens passaram de Cr\$ 84 para Cr\$ 66.

A Comissão de Transporte conquistou também a construção de um terminal de ônibus em Almirante Tamandaré, e a programação de outros dois, um em Colombo e outro em Piraquara, todos na Região Metropolitana.

A Comissão de Transporte do MAB sempre preocupou-se em obter informações e debatê-las com os participantes do movimento, buscando desta forma, realizar um trabalho de formação, além do trabalho de organização e de articulação. Para tanto, foram organizados vários encontros e debates sobre o problema de transporte coletivo, contando com a participação das associações de moradores e do movimento popular em geral.

Um primeiro curso, realizado em quatro etapas, e do qual participaram cerca de sessenta pessoas, contou com a presença de representantes do IPPUC, da Secretaria de Transportes do Paraná, e do diretor de Planejamento da Prefeitura de Diadema - SP. Em 1984, foi realizado um outro debate tendo como tema "Transporte coletivo e participação popular", contando com a presença de um membro da Comissão Popular de Usuários de Transporte Coletivo de Santo André - SP; do Secretário de Transporte do Paraná; de um representante do Movimento de Bairros de Guarulhos - SP e vereador do PT; do Diretor do Departamento de Utilidade Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba, entre outros.

A Comissão de Transporte do MAB pretendia com esses debates suscitar a reflexão sobre necessidade de participação popular na gestão do sistema de transporte coletivo em Curitiba e na Região Metropolitana, assim como sobre sua qualidade.

O deputado estadual Roberto Requião (PMDB), que também era assessor da Federação das Associações de Moradores

do Paraná, denunciou através da imprensa que haviam sido constatadas manipulações, por parte dos empresários, na planilha de custos das empresas de transporte coletivo. Para comprovar tal acusação o deputado apresentou uma nota fiscal de compra de um pneu de ônibus, que ele próprio havia adquirido, com um valor muito inferior aquele que constava na planilha. Este fato, aliado a pressão exercida pelo MAB e pelo movimento popular como um todo, serviu de estopim para que, em 1985, a Prefeitura Municipal de Curitiba criasse a Comissão de Verificação de Custos do Transporte Coletivo de Curitiba.

Esta comissão, num prazo de dois meses, realizou uma auditoria nas empresas de transporte coletivo de Curitiba, abrangendo o período de janeiro de 1983 a julho de 1984, verificando os documentos utilizados no cálculo da tarifa. Desta comissão participavam representantes do MAB, da União Geral, da Federação, vereadores do PDS e do PMDB, a Associação Comercial do PR e o IPPUC.

A auditoria realizada apontou várias irregularidades, entre elas a existência de cerca de 8.000 quilômetros por dia que não eram rodados, mas que eram cobrados dos usuários. Este fato configurava uma evidente manipulação no cálculo da tarifa, visto que esta tinha seu valor determinado, entre outros itens, a partir do número de passageiros e do número de quilômetros rodados. Uma análise detalhada, provou que os empresários manipulavam também os dados relativos a gastos com combustíveis, pagamento de pessoal e outros itens que compunham a planilha.

A Comissão de Verificação de Custos elaborou, ao final de seu trabalho, um relatório. O mesmo procedimento foi adotado pelas empresas. Estes relatórios foram votados pelos participantes da Comissão, sendo que os representantes do MAB, da União Geral e da Federação, além do vereador José Felinto do PMDB, votaram a favor do relatório apresentado pela Comissão de Verificação de Custos. Posteriormente, o vereador José Felinto alterou seu voto, favorecendo assim, o relatório dos empresários, no qual votaram também o Diretor do Departamento de Utilidade Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba, o representante da Associação Comercial do Paraná, o vereador do PDS e o funcionário representante da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Além do relatório a Comissão de Verificação de Custos apresentou também algumas diretrizes para uma política de transportes coletivos para Curitiba. Esta proposta foi elaborada pelo movimento popular contando com a assessoria de dois técnicos, Amir Khair (atual Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de São Paulo), e Germinal Pocá (que posteriormente foi Secretário de Transportes da Prefeitura Municipal de Curitiba, na gestão do Prefeito Roberto Requião).

O resultado da Comissão de Verificação de Custos possibilitou que na gestão do Prefeito Roberto Requião, os contratos com os empresários que controlavam o transporte coletivo de Curitiba fossem anulados. A partir de então foi criado um novo regulamento para o sistema de transporte co-

letivo da cidade que incorporou muitas das sugestões e das diretrizes apresentadas pelo movimento popular, como por exemplo a criação de uma frota pública e o gerenciamento do sistema de transporte coletivo pela Prefeitura Municipal.

A luta pela formação de uma comissão de verificação da planilha do transporte coletivo representou um momento forte de organização popular e de articulação entre diversas entidades, como por exemplo o Movimento de Luta Contra o Desemprego; a Pastoral Operária; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilaria e Extração de Petróleo do Estado do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção e do Imobiliário do Estado do Paraná; CUT; Sindicato dos Economistas; Sindicato dos Engenheiros Agrônomos e Federação dos Servidores Públicos do Estado.

Como consequência das denúncias em relação a péssima qualidade do sistema de transporte coletivo de Curitiba e da Região Metropolitana, assim como a divulgação de irregularidades a partir do trabalho da Comissão de Verificação de Custos, o MAB e o MLCD reivindicaram a criação de um grupo de fiscalização popular, formado por pessoas indicadas pelas associações de moradores, para controlar o sistema de transporte coletivo. Essa luta foi vitoriosa. As entidades representantes das associações de moradores realizaram a seleção de fiscais, que totalizavam trinta e três, sendo onze de cada entidade (MAB, União Geral e Federação). Estes fiscalizavam trinta e três linhas por semana, trabalhando 40 horas semanais e recebendo salários da Prefeitura Municipal de Curitiba. No dia 15 de setembro de 1985 teve início a fiscali-

zação, com proposta de durar três meses.

O MAB conquistou também seis fiscais populares para os municípios de Colombo, Piraquara e Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana, indicados pelas associações de moradores e contratados pela Secretaria de Transporte de Estado do Paraná.

Durante o período de fiscalização popular muitos fiscais julgavam-se funcionários da Prefeitura e, desta forma, afastaram-se do movimento, não comparecendo em reuniões convocadas pelas entidades populares e nem a atos públicos realizados em repúdio aos aumentos de tarifa. O MAB percebendo este tipo de reação por parte dos fiscais populares, realizou um curso sobre transporte coletivo, para que estes compreendessem a importância para a população do trabalho que estavam realizando e para capacitá-los para desempenhar tal tarefa.

Outro problema enfrentado foi em relação a pressões exercidas por motoristas e cobradores, assim como por parte dos fiscais da Prefeitura, para que a fiscalização popular tivesse fim. Estes temiam que fossem denunciados em relação a irregularidades verificadas em suas atividades profissionais, e que, como consequência, viessem a perder o emprego.

Apesar de terem sido muitas as denúncias colhidas entre os usuários e muitas irregularidades apontadas pelos fiscais populares em seus relatórios, estas, em sua grande maioria, não foram autuadas pela Prefeitura Municipal de Cu-

ritiba, nem pela Secretaria de Transporte. Entre elas podemos destacar: alteração de pontos de parada sem autorização e não cumprimento do horário aprovado, sem motivo justificado; deixar de atender ao sinal de parada para desembarque de passageiros; colocar veículo em movimento com a porta aberta, entre outras (8).

No final de 1985 o MAB e o MLCD, juntamente com a União Geral, encaminharam um documento ao Prefeito Roberto Requião reivindicando a continuidade da fiscalização popular e propondo mudanças na forma como esta vinha sendo realizada. O Prefeito, no entanto, negou-se a atender tal solicitação, alegando que nunca houvera uma real fiscalização por parte dos fiscais populares.

A partir de então a URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba - órgão ligado à Prefeitura Municipal de Curitiba, passou a gerenciar a fiscalização do transporte coletivo, contratando para realizar tal trabalho cerca de trinta estagiários. Além desse, outros encaminhamentos foram dados pela URBS, tais como a publicação de tabelas com os horários e itinerários dos ônibus e a instalação de telefones públicos, localizados ao lado das cabines dos fiscais, para denúncias, por parte dos usuários, referentes a irregularidades constatadas no sistema de transporte coletivo. Não foi possível obter informações a respeito da eficácia de tais medidas.

O Movimento de Transportes havia conquistado, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner (ARENA, gestão 1978-1982),

uma vaga no Conselho Municipal de Transportes que, entre outras coisas, autorizava os aumentos nas tarifas do transporte coletivo. No entanto, o movimento popular era minoritário neste Conselho, e não conseguia fazer valer suas propostas ou encaminhamentos.

Posteriormente, na gestão do Prefeito Maurício Fruet (PMDB, gestão 1982-1986), a participação de representantes do movimento popular no Conselho Municipal de Transportes foi oficializada. Assim, o MAB, a União Geral e a Federação de Moradores passaram a ser representados e a participar das reuniões deste Conselho.

Com a divulgação dos resultados do trabalho realizado pela Comissão de Verificação de Custos, este Conselho foi considerado ineficiente, pois não havia sido capaz de impedir que ocorressem irregularidades em relação a administração do sistema de transporte coletivo em Curitiba, assim como não havia sido capaz de apurar as denúncias apresentadas. O Prefeito Roberto Requião (PMDB, gestão 1986-1990), atendendo a solicitação feita pela Comissão de Verificação de Custos, desativou o Conselho e propôs sua reformulação. Foi então, criado um outro Conselho Municipal de Transportes, composto por representantes de todos os sindicatos e federações de trabalhadores de Curitiba; de partidos políticos representados através de seus vereadores; e pelas entidades populares, representadas através do MAB, da União Geral e da Federação de Moradores. Porém, este Conselho era apenas consultivo e nunca foi convocado para reuniões. As tarifas do transporte coletivo de Curitiba, passaram então a ser defi-

nidas pela Câmara Municipal juntamente com o Prefeito.

É importante destacar que a participação no Conselho Municipal de Transportes era uma antiga bandeira de luta do movimento popular, pois significava controlar, de certa forma, o aumento nos preços das tarifas. Quando esta representação foi conquistada na gestão do Prefeito Jaime Lerner e era minoritária, o movimento pressionou para que fosse ampliada. Quando conquistaram esta ampliação, na gestão do Prefeito Maurício Fruet, conseguiram fortalecer o movimento e alcançar algumas vitórias, como por exemplo a criação da Comissão de Verificação de Custos e, posteriormente, o atendimento por parte do Prefeito Roberto Requião da desativação do Conselho e a criação de um outro, com nova representação. Porém, quando este Conselho foi reorganizado, o movimento se retraiu, esperando que o Prefeito convocasse suas reuniões. E mais, quando este não o fez, o Movimento de Transportes também não foi capaz de fazê-lo, o que o levou a desarticular-se completamente.

Em parte esta situação se deveu a forma como o Prefeito Roberto Requião encaminhou o processo, ou seja, não concedendo ao Conselho Municipal de Transporte Coletivo o caráter deliberativo, mas apenas consultivo, o que fazia com que este perdesse grande parte de seu peso político. Por outro lado, deve-se considerar também que o movimento popular vivenciava nesta época um processo de desarticulação, o que fazia com que, apesar de estar representado no Conselho, não tivesse poder de pressão suficiente para fazer valer suas propostas.

Assim, o Movimento de Transporte lutou por participação e conquistou esta vitória, mas não conseguiu dar continuidade a luta popular através da participação e da representação, pela qual tanto lutou.

Neste sentido cabe apontar alguns aspectos que precisariam ser analisados com maior profundidade. Por exemplo, o movimento popular não conseguiu desenvolver um processo de participação e de representação porque nunca havia vivenciado este tipo de experiência e diante da inexperiência temia ser cooptado pelo Estado? Ou será que o movimento popular articulou-se em torno da luta pela participação popular na gestão da coisa pública, no caso o transporte coletivo, mas na realidade não sabia o que isso significava, como ocorreria ou que tipo de implicações traria para o processo de organização popular? Ou ainda, será que o movimento popular era capaz de organizar-se para pressionar o Estado reivindicando melhorias na qualidade de vida da população, participação popular, mas era incapaz de propor formas de viabilizar suas reivindicações? A fragilidade do movimento popular não estará no fato de lutar para conquistar melhorias nas condições de vida das classes populares, mas acreditar que por ser o atendimento destas reivindicações e sua execução é tarefa do Estado, tal encaminhamento não requer acompanhamento, fiscalização e participação por parte do movimento popular?

Cabe ainda analisar o trabalho desenvolvido por parte dos assessores do CEFURIA e do MAB a Movimento Popular de Transporte e à Comissão de Transporte do MAB, principalmente

no que se refere a inexistência de propostas de continuidade do movimento e de participação popular na gestão do transporte coletivo.

Talvez a resposta para tais perguntas possa ser obtida através de um amplo processo de análise da ação política do movimento popular, realizado por seus líderes, seus assessores e mesmo por pesquisadores envolvidos com o tema. Portanto, não é nosso objetivo no momento realizar tal reflexão, mas apenas apontar a necessidade de fazê-la.

IV.3 -- O MOVIMENTO DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Em 1981 um grupo de militantes da P.O - Pastoral Operária, realizou uma pesquisa e constatou a existência de um grande número de demissões, e em consequência de desempregados, em Curitiba e na Região Metropolitana, segundo seus dados cerca de 120 mil.

Diante de tal constatação a Pastoral Operária de Curitiba propôs que fosse lançada, através das paróquias, uma campanha de coleta e distribuição de alimentos para os desempregados previamente cadastrados. Este trabalho começou a ser realizado, mas logo surgiu a necessidade de organizar feiras e hortas comunitárias que reforçassem a quantidade de alimentos incluídos na cesta para os desempregados.

Em 1982 surgiram duas entidades de caráter assistencialista, a Associação dos Desempregados e o Comitê dos Desempregados. Além disso, o Governo do Estado passou a distribuir cestas de alimentos através dos sindicatos. O caráter assistencialista destas iniciativas levou a Pastoral Operária a concluir que era necessário, além de distribuir alimentos aos desempregados, lutar contra o desemprego.

Assim, em maio de 1983 foi criado o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, numa assembléia contando com a presença de cerca de cem pessoas representando diversas associações de moradores e entidades populares.

Suas principais reivindicações eram: frentes de trabalho; passe de ônibus para os desempregados; anistia das contas de água e luz; salário e seguro desemprego; semana de 40 horas sem redução do salário e restabelecimento de uma política de pleno emprego.

Em 1983 uma comissão de quinhentos desempregados foi até o Palácio do Governo reivindicar emprego. Em 1984 foi realizada uma passeata, desta vez contando com a presença de cerca de 5.000 pessoas. O MLCD crescia, o desemprego também.

Em 16 de maio de 1984 o MLCD organizou uma vigília com o objetivo de pressionar o Governo do Estado a dar uma resposta a situação do desemprego e as reivindicações já encaminhadas por esta entidade. O resultado foi a liberação de dois bilhões de cruzeiros para serem aplicados em frentes de trabalho. Em julho de 1984 o MLCD alcançou outras vitó-

rias significativas, entre elas a isenção de pagamento de água e de luz para os desempregados e o início imediato de frentes de trabalho.

O MLCD chegou a envolver cerca de cento e cinquenta associações de moradores, realizando assembleia semanais onde compareciam, em média, quinhentas pessoas. Uma das grandes conquistas do MLCD foi ter realizado um trabalho em conjunto com associações de moradores participantes do MAB, da União Geral e da Federação, num momento em que estas duas últimas entidades estavam praticamente desarticuladas, o que fez com que, de certa forma, o movimento popular recuperasse parte de seu poder de pressão.

Pode-se afirmar que a luta mais significativa encaminhada pelo MLCD, da qual o MAB participou ativamente através da Comissão de Transporte, foi pelos passes de transporte coletivo para desempregados. Esta reivindicação era antiga mas, só depois de muita pressão e negociação foi conquistada.

O MLCD organizou através das associações de moradores um cadastramento dos desempregados que participavam de suas reuniões semanais. Através deste controle eram distribuídos semanalmente 8.000 passes para Curitiba e 2.000 para os municípios da Região Metropolitana. Esta distribuição obedecia alguns critérios estabelecidos pelo próprio movimento, entre eles estar desempregado de três meses a um ano, ter carteira de trabalho, ter maior número de dependentes e ser ligado a associação de moradores do bairro.

Semanalmente representantes do MLCD pegavam os passes na Prefeitura Municipal de Curitiba. Posteriormente, estes eram contados, separados por associações e distribuídos durante as reuniões realizadas pelo movimento. Por sua vez, os passes eram distribuídos nas vilas em reuniões das associações de moradores. O MLCD realizava uma rígida fiscalização deste processo, para verificar se os passes eram distribuídos de forma correta. Mesmo assim, algumas vezes ocorreram desvios. Nestas ocasiões o MLCD retirava os passes da associação envolvida. Tanta rigidez se devia a necessidade, por parte do movimento, em provar para a Prefeitura sua capacidade e competência para administrar o processo de controle e distribuição dos passes.

As associações de moradores mantinham um cadastro dos desempregados residentes no bairro e, a partir destes dados, forneciam os passes. Estes, em geral, não eram em número suficiente para atender a todos, mas o MLCD procurava manter uma média de seis passes por semana para cada pessoa.

A primeira distribuição dos passes ocorreu em agosto de 1985. Em março de 1986, o Prefeito Roberto Requião decidiu que os passes não mais seriam distribuídos pelo MLCD, e sim pelas ARs - Administrações Regionais, recém criadas.

O MLCD, apoiado pelo MAB, enviou uma comissão representando setenta associações, para negociar com o Prefeito a volta da distribuição dos passes feita pelo MLCD. Não obtiveram êxito. Realizaram, então uma passeata até a Prefei-

tura. Na ocasião enterraram, simbolicamente, a proposta de "Curitiba Participativa", que havia sido o slogan de campanha do então Prefeito, que no entanto, manteve-se irredutível.

Criou-se, então, uma situação difícil para as associações de moradores: se fossem até as Administrações Regionais receber os passes, corriam o risco de esvaziar o MLCD; caso não fossem, os desempregados seriam prejudicados, pois ficariam sem os passes. Tal situação, aliada ao fato de a direção do MLCD não ter conseguido dar uma resposta rápida para superar o problema, gerou um grande desgaste. O movimento não se desarticulou por completo porque ainda eram entregues os passes de transporte para os desempregados da Região Metropolitana, e as associações destes municípios continuaram participando ativamente das reuniões.

O MAB e o MLCD iniciaram então um processo de acompanhamento das reuniões das Administrações Regionais para verificar como os passes estavam sendo distribuídos e concluíram, entre outras coisas, que as ARs não tinham estrutura organizativa suficiente para realizar a distribuição de forma correta, pois não possuíam um cadastramento dos desempregados, o que gerava desvios de passes.

Apesar de o MAB e o MLCD terem apresentado à Prefeitura denúncias de que estavam ocorrendo irregularidades na distribuição dos passes através das Administrações Regionais, a proposta de que estes continuassem a ser distribuídos pelo MLCD não foi aceita.

No final de 1986, com o reaquecimento da economia, e a conseqüente queda dos níveis de desemprego, os passes de ônibus para desempregados foram extintos definitivamente, tanto para Curitiba quanto para os municípios da Região Metropolitana.

As Administrações Regionais - ARs, foram criadas em 1986, em Curitiba pelo Prefeito Roberto Requião. Apesar desta proposta parecer, a princípio, interessante do ponto de vista da organização da população e do atendimento de suas reivindicações, na realidade não foi isto o que aconteceu.

A idéia básica era descentralizar o poder de decisão, antes na mão do Prefeito, para agilizar o atendimento da periferia e a tomada de decisões. Pretendiam realizar levantamentos e consultas junto à população a respeito de suas principais necessidades. Estas, posteriormente, deveriam ser priorizadas no planejamento e no orçamento municipal.

Na década de 60 foram criadas, em São Paulo, Administrações Regionais que, segundo Maria da Glória Gohn, "passaram a absorver e amortecer as reivindicações a nível local e os problemas locais passaram a ser meramente problemas dos técnicos locais" (9). Não é possível afirmar que a Prefeitura Municipal de Curitiba tenha buscado inspiração em São Paulo para organizar as Administrações Regionais, no entanto, é possível afirmar que estas tiveram, na prática, os mesmos resultados, ou seja, a desmobilização e o enfraquecimento do poder de pressão dos movimentos populares, pois ao

dividir a cidade em regiões que ficavam sob a responsabilidade de uma determinada Administração, a Prefeitura fazia com que as reivindicações fossem encaminhadas pelo movimento popular de forma fragmentada a cada uma destas ARs.

Além disso, pode-se levantar a hipótese de que a Prefeitura de Curitiba não tivesse, na realidade, interesse que os movimentos populares participassem efetivamente destas Administrações Regionais, isto porque a forma como se daria esta participação não foi explicitada, nem tampouco debatida com a população interessada.

Por sua vez o MAB, que desde 1982 já vinha propondo a formação de Conselhos Comunitários iniciou, juntamente com o MLCD, um processo de debates com as associações sobre como, através destes, poderiam propor a participação popular nas ARs.

Foram elaborados os "Cadernos de Participação Popular", que relatavam experiências de administrações populares de outras cidades brasileiras, como por exemplo Vila Velha no Espírito Santo; Pelotas no Rio Grande do Sul; Juiz de Fora e Prudente de Moraes em Minas Gerais. Estes textos serviram de subsídios em reuniões onde as associações de moradores refletiam sobre como se organizar para participar das ARs. Foram realizados vários debates, mas a presença não foi significativa.

Este desinteresse pode ser explicado, em parte, como consequência da eleição do Prefeito Roberto Requião, que por

ter sido assessor de movimentos populares no final da década de 70 e da Federação das Associações de Moradores do Paraná, e por ter recebido uma expressiva votação em áreas da periferia da cidade, criou entre a população a expectativa de que suas reivindicações seriam atendidas sem que fosse necessária a organização e a pressão popular. Desta forma, as associações de moradores, em geral, não sentiram motivadas para debater a formação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários.

Além disso, algumas lideranças e assessores do MAB e do MLCD acreditavam que não valia a pena participar dos debates realizados a respeito da criação do Conselhos Comunitários, nos quais as associações de moradores e diversos movimentos e entidades populares estariam representados, pois estas Administrações haviam sido criadas de forma autoritária sem a realização de debates com a população a respeito de sua organização. Tal situação dificultava ainda mais a elaboração de propostas concretas.

Além do fato de não terem sido previstas com clareza as formas de participação popular, as ARs foram alvo de outras críticas, entre elas o fato deste espaço ter sido utilizado para divulgação de candidatos às futuras eleições municipais, inclusive alguns deles comparecendo em reuniões das ARs e distribuindo folhetos com propaganda eleitoral do PMDB; algumas ARs não tinham local definido para reuniões e para seu funcionamento, o que prejudicava o encaminhamento de reivindicações; muitas ARs trabalhavam sem entrar em contato com as associações locais, ou seja, desautorizando-as e

não as reconhecendo como órgão legítimo de representação popular; algumas vezes os Administradores Regionais encaminharam soluções de forma isolada beneficiando determinadas pessoas e não todos os moradores da região; como já foi dito anteriormente, não tinham estrutura organizativa para realizar e controlar o cadastramento dos desempregados, assim como para efetuar a entrega dos passes, o que fez com que muitos destes fossem desviados.

Apesar de todo esforço do MAB e o MLCD em organizar em conjunto debates sobre como participar das ARs, não conseguiram elaborar uma estratégia de ação junto a estas e nem uma proposta de funcionamento dos Conselhos Comunitários.

Assim, com a criação das Administrações Regionais, não só o MLCD sofreu uma certa desarticulação como consequência da perda da distribuição dos passes de ônibus para os desempregados, mas todo o movimento popular de Curitiba foi, de certa forma, prejudicado pois as reivindicações não eram mais encaminhadas de forma unificada à Prefeitura, mas sim de forma fragmentada a cada AR, e tal situação enfraquecia o poder de pressão das associações de moradores, em geral, representadas por entidades populares, como por exemplo o MAB.

Outra luta assumida em conjunto pelo MAB e pelo MLCD foi em relação a Rodoviária Velha, como era conhecido o principal terminal de ônibus que servia aos municípios da Região Metropolitana. Esta encontrava-se com problemas rela-

tivos a falta de espaço, devido principalmente ao aumento do número de passageiros e, conseqüentemente, o aumento da quantidade de ônibus que circulavam pelo local. Desta forma, foi iniciado um movimento que visava pressionar a Prefeitura para realizar uma reforma no prédio da Rodoviária.

O MAB, através da Comissão de Transportes, e o MLCD organizaram tal movimento devido ao fato de representarem inúmeras associações de moradores localizadas em municípios da Região Metropolitana e, portanto, representarem pessoas que eram usuárias da Rodoviária. Portanto, realizaram várias panfletagens nos horários de maior movimento da Rodoviária, buscando criar entre os usuários um clima que favorecesse o debate sobre os problemas existentes e a necessidade da reforma.

O processo de distribuição de panfletos obedeceu a uma estratégia que tinha como ponto central trabalhar a curiosidade dos usuários. Assim, inicialmente, os panfletos incitavam a população a refletir sobre as condições da Rodoviária, como frases do tipo: "A Rodoviária está muito boa. Você concorda com isso?". Em seguida, os panfletos convidavam a pensar no que precisava e poderia ser feito para superar os problemas existentes. Durante vários dias a abordagem foi realizada a partir de frases como: "Quais suas propostas para resolver os problemas da Rodoviária?".

O MAB e o MLCD decidiram realizar uma assembléia para debater com os usuários os problemas enfrentados cotidianamente na Rodoviária e formas de encaminhar a luta pela sua

reforma. A partir de então os panfletos convidavam os usuários a participar através de frases como: "Vamos debater os problemas da Rodoviária numa reunião?". No entanto, ainda não era mencionado o dia e nem o local da assembléia. Pretendia-se criar, desta forma, uma expectativa entre as pessoas atingindo o maior número possível de usuários diretamente pela entrega dos panfletos, ou indiretamente através de comentários de outras pessoas curiosas com aquela abordagem.

Apesar de criativa e pacífica, esta panfletagem incomodou a Prefeitura de Curitiba, que no dia 16 de julho de 1986, arbitrariamente, apreendeu cerca de 2.500 panfletos do MAB e do MLCD. O fato foi denunciado na imprensa mas, mesmo assim, os panfletos não foram restituídos aos movimentos.

"Chegou a hora de você dizer o que pensa", assim a população foi chamada para participar da Assembléia realizada no dia 18 de julho de 1986, que reuniu sete municípios da Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais, Araucária e Rio Branco do Sul), cerca de duzentos usuários e representantes de diversas associações de moradores, funcionários e donos de lojas localizadas na Rodoviária.

Nesta assembléia foi constituída uma comissão de negociação, que convocou uma coletiva com a imprensa para divulgar as precárias condições de funcionamento da Rodoviária e a necessidade de reformas. Além disso, enviou um ofício ao Prefeito Roberto Requião solicitando uma audiência

para tratar da questão. O ofício, no entanto, não foi respondido e a audiência não foi marcada.

Nesta mesma época a Prefeitura Municipal de Curitiba começou a veicular pela televisão uma propaganda afirmando que seria realizada uma reforma na Rodoviária Velha. Diante deste fato, a Comissão entrou em contato com o IPPUC e a COMEC para verificar se haviam e quais eram os projetos para a reforma. Foi solicitado então que os projetos existentes fossem apresentados à população em uma assembléia. O convite foi aceito e atendido em 08 de agosto de 1986.

Apesar dos debates realizados, o MAB e o MLCD, juntamente com os usuários da Rodoviária, não optaram por nenhum dos projetos apresentados, assim como não propuzeram alternativas concretas.

Como resultado da pressão popular exercida sobre a Prefeitura, a Rodoviária finalmente foi reformada. No entanto, o MAB e o MLCD não chamaram para si esta conquista, que foi totalmente creditada ao Prefeito.

Durante o processo de reforma surgiram vários problemas, um deles dizia respeito as lojas existentes na Rodoviária. Grande parte dos usuários da Rodoviária dirigem-se para casa à noite em horários em que o comércio de Curitiba já não se encontra mais aberto e, desta forma, realizam suas compras em lojas localizadas na Rodoviária. Sendo assim, a manutenção destas era de fundamental importância para os usuários, assim como para os donos dos estabelecimentos e

seus funcionários.

No entanto, a Prefeitura havia avisado que os contratos, com duração prevista até 31 de maio de 1986, seriam prorrogados até 30 de agosto daquele ano, mas que não seriam renovados, já que na futura rodoviária não haveria local reservado para comércio, pois isto aumentaria o custo da reforma.

Os comerciantes, num total de trinta e oito, recorreram a ajuda do Presidente da Câmara de Vereadores. Mas, em vão. Posteriormente, procuraram negociar isoladamente com o Prefeito, que não os atendeu. Só depois de verem frustradas suas iniciativas resolveram buscar apoio junto ao movimento desencadeado pelo MAB e pelo MLCD.

Entretanto, em relação aos comerciantes nada foi conquistado. Quando a reforma foi concluída, verificou-se que o local para o comércio havia sido mantido mas, em grande parte, ocupado por novos comerciantes.

Além do problema enfrentado pelos comerciantes um outro ocorreu como consequência da reforma da Rodoviária, e este mais grave visto que dizia respeito ao conforto e segurança dos usuários. Por ocasião da reforma alguns pontos de ônibus foram espalhados pela cidade, em ruas muito movimentadas, em locais inadequados, sem abrigo e sem segurança. Além disso, em regiões distantes do centro principal da cidade. Ao término da reforma alguns destes pontos não retornaram a Rodoviária. Assim, contraditoriamente, a reforma da

Rodoviária, que foi realizada visando obter mais segurança e conforto para os usuários, gerou mais problemas para estes. Esta situação perdura até os dias de hoje.

O MAB e o MLCD não mantiveram a luta pela reforma da Rodoviária articulada até a conclusão desta. Assim, não denunciaram a existência destes problemas e nem reivindicaram sua solução.

Apesar de, em muitos momentos, o MAB e o MLCD terem desenvolvido atividades conjuntas, não realizaram, na realidade, um trabalho articulado. Cada uma destas entidades procurou fortalecer-se de forma isolada.

A Pastoral Operária, por exemplo, centrava suas atividades junto à sindicatos e oposições sindicais. No entanto, criou o MLCD a partir do trabalho realizado nas associações de moradores, muitas delas participantes do MAB. Este fato fez com que o MAB e o MLCD tivessem uma base comum o que, em muitos momentos, gerou divergências e disputas que, no entanto, nunca foram explicitadas.

Por um lado a Pastoral Operária acreditava que o MAB deveria fortalecer-se através da participação nas Assembleias do MLCD. O MAB, por outro lado, pretendia fortalecer o trabalho das associações de moradores, e procurava estar presente nas reuniões do MLCD através de um membro da Coordenação Executiva, designado especialmente para fazer a ponte entre esta duas entidades. Mas, o representante do MAB, sentindo-se "em casa" devido a proximidade existente entre

os dois movimentos, dificilmente identificava-se nas reuniões do MLCD como tal. Em consequência disto, uma das principais reclamações do MLCD era de que o MAB não comparecia às suas reuniões e assembleias. Por sua vez, os representantes do MLCD, em geral, não compareciam às reuniões do MAB, e só o faziam quando convidados formalmente para debater algum assunto específico.

Esta parece uma questão secundária quando se tem em mente os problemas enfrentados cotidianamente pelas classes populares. Mas, no dia a dia dos movimentos populares este tipo de problema pode gerar impecilhos para a realização de um trabalho em conjunto, e mesmo impedir avanços organizativos e conquistas de reivindicações

O MLCD desarticulou-se, basicamente, a partir da perda da distribuição dos passes de ônibus para os desempregados. Havia por parte dos assessores a percepção de que, apesar de o desemprego ser um problema estrutural, o movimento de luta contra o desemprego era conjuntural, ou seja, só teria força de pressão enquanto os níveis de desemprego se mantivessem altos. Apesar disso, foram feitas várias tentativas de rearticulá-lo, sem que no entanto, houvessem sido feitas avaliações mais aprofundadas sobre as causas de tal desarticulação.

Segundo o depoimento de um dos assessores do MLCD, esta desarticulação pode ser creditada, em parte, ao trabalho realizado pela assessoria, que era " muito boa para mobilizar, mas era limitada na questão teórica, como pouca visão

de direção. Não sabiam como chegar lá. Não tinham propostas alternativas”.

IV.4 - O XAPINHAL

O XAPINHAL foi outro movimento com o qual o MAB trabalhou de forma conjunta, tendo inclusive participado de seu processo organizativo.

A partir dos resultados da Concentração do Tarumã, em 1983, o movimento popular e, principalmente, as associações de moradores localizadas na região sul de Curitiba, decidiram continuar pressionando a Prefeitura para obter melhorias na qualidade de vida para os moradores dos bairros periféricos da cidade.

Neste processo descobriram que o IPPUC havia elaborado uma proposta de planejamento para os bairros do Xaxim, Pinheirinho, Boqueirão, Alto Boqueirão, Vila Hauer e Jardim Paranense. O critério para a escolha dos bairros a serem beneficiados foi o de pertencerem a regiões carentes de benfeitorias públicas e por terem apresentado um alto crescimento populacional. Mas, deve-se considerar também o fato de que estes bairros localizam-se em uma região onde as associações de moradores eram bastante organizadas, fortes e articuladas entre si.

O Projeto CURA I (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada) foi executado com verbas provenientes do Banco Mundial, e elaborado pelo IPPUC a partir das reivindicações expostas pelo movimento popular no documento entregue à Prefeitura Municipal de Curitiba logo após a realização do II Encontro de Bairros.

Apesar disso, a elaboração do projeto não contou com a participação direta dos moradores da região, que realizaram uma reunião no dia 13 de outubro de 1985, contando com a presença de vinte e cinco associações de moradores, para reivindicar junto ao IPPUC e a Prefeitura Municipal de Curitiba sua participação nos debates e nas decisões referentes ao Projeto CURA.

Como resultado desta reunião o IPPUC elaborou uma pesquisa que foi enviada através dos alunos das escolas públicas da região, com o principal objetivo de atingir a todos os moradores e de conhecer as demandas e propostas apresentadas pelos moradores dos bairros envolvidos no Projeto.

Várias reuniões foram realizadas pelo IPPUC nas associações de moradores para debater com a população o resultado da pesquisa. Nestas reuniões os moradores apontaram vários erros no planejamento, como por exemplo em relação a localização de alguns equipamentos coletivos, que tinham sua construção prevista em locais inadequados, de difícil acesso ou mesmo ao lado de um outro equipamento do mesmo tipo, já conquistado anteriormente pela associação da região.

Apesar de terem sido constatados vários problemas no planejamento proposto, o IPPUC afirmou que nada poderia ser modificado sob o risco de inviabilizar o Projeto, visto que este já estava aprovado pelo Banco Mundial.

É interessante notar que, mesmo diante das resistências apresentadas pelo IPPUC em realizar alterações no Projeto CURA I, algumas modificações sugeridas pelas associações de moradores, foram aceitas.

Como aponta Pedro Jacobi,

a politização do cotidiano gerada pelas defasagens no nível de apropriação dos serviços públicos, em muitos bairros da periferia, configura um novo quadro. Os agentes do Estado começam a interagir e ouvir as demandas da população, provocando até o redirecionamento de etapas já planejadas dos planos ou, no mínimo, a reorientação de investimentos já comprometidos (10).

No final da gestão do Prefeito Maurício Fruet, o IPPUC ainda estava realizando reuniões nas associações de moradores para debater o Projeto CURA, e portanto nada de concreto havia sido encaminhado. Quando o Prefeito Roberto Requião assumiu a Prefeitura e dividiu a cidade em Administrações Regionais, encaminhou a concretização do Projeto como havia sido inicialmente formulado pelo IPPUC, desconsiderando todas as sugestões feitas pelas associações de moradores, assim como desconsiderando todo o trabalho de consulta popular realizado pelo IPPUC junto aos moradores da região afetada pelo Projeto.

A partir da mobilização ocorrida na região do Projeto CURA, as associações de moradores decidiram que dali para

frente todas as obras a serem realizadas naquela região deveriam ser debatidas previamente com a população e formaram um movimento conhecido por XAPINHAL (nome derivado de três bairros envolvidos no projeto: Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão).

Muitas das associações que participavam do MAB eram localizadas na região do XAPINHAL, sendo assim, o MAB acompanhou através delas, bem como através de seus assessores, o processo de mobilização, articulação e organização deste movimento.

Apesar de terem sido limitados os resultados concretos obtidos pelas associações de moradores em relação ao Projeto CURA, pode-se considerar como uma grande vitória a organização do XAPINHAL, assim como o fato de que as associações de moradores envolvidas no processo de reformulação do planejamento do IPPUC terem provado serem capazes de debater, participar e decidir sobre assuntos que lhes dizem respeito, mesmo quando estes são considerados "assuntos técnicos". E mais, ficou provado também que quando há interesse político por parte do Estado é possível realizar um planejamento participativo.

A divisão de Curitiba em ARs - Administrações Regionais, afetou também o XAPINHAL, ou seja, os bairros que compunham este movimento passaram a pertencer a duas ARs diferentes, o que enfraquecia seu poder de pressão.

Em fevereiro de 1987, vinte e sete associações de moradores que participavam do XAPINHAL foram cobrar do Prefeito Roberto Requião a proposta de participação popular, um compromisso assumido durante sua campanha eleitoral, e reivindicar que todas as associações do XAPINHAL ficassem em uma mesma AR. Mas, o Prefeito não compareceu à reunião, e as associações não foram atendidas. Em decorrência de tal situação o XAPINHAL sofreu uma grande desarticulação.

Baseado na experiência das Administrações Regionais de São Paulo, Sílvio Caccia Bava aponta que

ao incorporar como normal o fato dos trabalhadores apresentarem coletivamente suas reivindicações nos órgãos públicos e ao se aparelhar para receber estes tipos de demandas, o Estado absorve e neutraliza este tipo de enfrentamento criando formas burocráticas de encaminhamentos destas demandas aos órgãos competentes e restabelecendo assim o controle político sobre os movimentos reivindicatórios. No caso de São Paulo, por exemplo, a criação das administrações regionais, verdadeiras mini-prefeituras sem poder de decisão, tem como um dos objetivos políticos dividir os movimentos reivindicativos pelo próprio recorte geográfico de suas regiões (11).

Neste sentido, pode-se afirmar, como já foi dito anteriormente, que as ARs em Curitiba, assim como em São Paulo, desmobilizaram e enfraqueceram o poder de pressão e de representação dos movimentos populares. É interessante notar que, em São Paulo as ARs foram criadas por Faria Lima, num governo populista; já em Curitiba, elas foram criadas pelo Prefeito Roberto Requião, do PMDB, que havia sido assessor de uma entidade representativa de associações de moradores (Federação de Moradores). Assim, apesar da distância que, aparentemente, existia entre as propostas destes dois Prefeitos, é possível perceber que ambos atingiram objetivos

semelhantes ao adotarem esta forma de administração da cidade, ou seja, enfraquecer os movimentos populares.

O MAB também sofreu um processo de desarticulação. Diante disso, parte de suas lideranças que ainda acompanhavam o movimento, decidiram, juntamente com assessores, priorizar o trabalho em uma região da cidade com o objetivo de rearticular as associações de moradores. A região sul foi escolhida porque nela encontrava-se grande parte das associações que haviam participado do MAB e também do XAPINHAL.

Devido ao agravamento da crise econômica e com o arrocho salarial as classes populares encontraram-se impossibilitadas de pagar aluguéis cada vez mais caros. Assim, muitas destas famílias recorreram a luta por loteamentos populares como alternativa de moradia. Assim, lideranças do MAB e do XAPINHAL iniciaram um processo de organização que desembocou na criação do Movimento de Solo Urbano.

Durante dois anos este movimento propôs em suas negociações com a COHAB que fossem organizados loteamentos, divididos em lotes urbanizados com 200 m², e vendidos a um valor mensal correspondente a 10% do salário mínimo vigente (não se tem informações sobre o valor total do lote). No entanto, a COHAB alegava falta de verbas, assim como falta de estoque de terras.

O XAPINHAL na tentativa de rearticular-se e de resgatar a experiência de planejamento realizada juntamente com o IPPUC, e a partir da proposta de trabalho encaminhada pelo

Movimento de Solo Urbano, criou Comissões de Trabalho. Estas tinham como objetivo principal envolver a população da região nos debates sobre os problemas existentes nos bairros, como por exemplo saúde, educação, habitação entre outros.

O Movimento de Solo Urbano e o XAPINHAL através da Comissão de Habitação, realizavam semanalmente reuniões para debater a questão da terra urbana, procurando alternativas e negociando com a COHAB. Aproximadamente 5.000 famílias estavam cadastradas junto a estes movimentos na esperança de adquirir um lote. Somente depois de verem suas tentativas de negociação esgotadas e frustradas é que a ocupação de um terreno urbano colocou-se como uma alternativa.

Em relação a este processo Pedro Jacobi afirma que,

face a incapacidade do Estado em oferecer soluções, a ocupação coletiva de áreas ociosas se torna a única alternativa viável(...) A invasão assim se configura como um ato público pelo qual se afirma o caráter legítimo da luta pela posse da terra, assumindo a contradição entre a falta de alternativas institucionais e a ilegalidade das soluções viáveis (12).

No dia 9 de outubro de 1987, depois de muitas reuniões, cerca de quatrocentas famílias ocuparam um terreno no bairro do Pinheirinho. No dia seguinte mais de 3.000 famílias ocuparam o terreno ao lado, sem que tivessem sido organizadas previamente para isso, constituindo, desta forma, a maior ocupação urbana ocorrida até então em Curitiba.

Como a ocupação ocorreu no final da gestão do Prefeito Roberto Requião, este não deu nenhum encaminhamento concreto à questão, deixando a solução do problema a cargo

do novo prefeito que, segundo indicavam as pesquisas eleitorais, seria Maurício Fruet, do PMDB. No entanto, Jaime Lerner, do PDT, foi eleito, após ter prometido em sua campanha uma rápida solução para o problema dos acampados, a criação de mercadões de materiais de construção, e a garantia de um lote para cada família, entre outras coisas.

Durante todo o tempo em que estiveram no acampamento os moradores formularam propostas, negociaram com a COHAB e com a Prefeitura buscando soluções. Mas, frente a tantas dificuldades enfrentadas cotidianamente, como por exemplo a falta de luz, a falta de água potável, as péssimas condições de higiene em decorrência da falta de saneamento, entre outros, fizeram com que apenas 1.250 famílias se mantivessem no local aguardando o fim de todo o processo.

Em maio de 1989, os 1.250 moradores da área acertaram a compra dos lotes com 130 m², a um valor mensal correspondente a 20% do salário mínimo, segundo a equivalência salarial. A Prefeitura Municipal de Curitiba responsabilizou-se por realizar a urbanização da área (luz, água e arruamento). No entanto, apenas em janeiro de 1990, encaminhou a compra dos lotes e sua posterior venda aos moradores. Este processo ainda está em andamento.

Na área da ocupação foi fundada a Associação Nossa Senhora da Luta que participa do XAPINHAL. Este, por sua vez, tornou-se uma entidade juridicamente organizada e atualmente representa cerca de trinta associações de moradores da região sul da cidade.

A experiência do XAPINHAL precisa ser pesquisada e analisada com maior profundidade pois representou, e ainda representa, um grande avanço em relação ao processo de organização popular. Além disso, foi uma das primeiras e únicas experiências de planejamento urbano realizada de forma conjunta pelo Estado e pela população organizada no Brasil. Este fato foi reconhecido pelo próprio IPPUC (13) e pela FLACSO - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, que enviou representantes para participarem do Seminário de Planejamento Urbano e Participação Popular no XAPINHAL, realizado no dia 21 de abril de 1986.

Assim, vale ressaltar que o XAPINHAL reforçou uma nova forma de participação popular que já vinha sendo gestada desde o final da década de 70 em Curitiba, basicamente no que se refere a introduzir a possibilidade das classes populares debaterem, negociarem e intervirem em decisões tomadas pelos órgãos públicos. Desta forma, é possível afirmar que vários movimentos populares e entre eles o XAPINHAL apontam para

uma nova qualidade da participação na gestão da coisa pública, onde a representação não resume todo esforço de organização, mas representa um aspecto de um processo onde os moradores procuram intervir crescentemente nas decisões de um órgão do Estado (14) .

IV.6 -- MOVIMENTO PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

O MPPC - Movimento pela Participação Popular na Constituinte, organizou-se no segundo semestre de 1985, por ocasião das eleições para o Congresso Nacional, com o principal objetivo de intervir no processo constituinte. Para isso, o MPPC, juntamente com o MAB, realizou debates nas associações de moradores sobre a questão da participação popular, de forma a permitir uma reflexão a respeito dos direitos dos cidadãos, num nível mais abrangente, superando a preocupação por parte dos movimentos populares apenas com questões imediatas e localizadas.

As reuniões realizadas nos bairros procuravam esclarecer a população sobre o que era a Constituição, para que servia, quem a elaborava e como, que interesses estavam em jogo e quem os defendia. Além disso, essas reuniões pretendiam suscitar entre a população organizada o surgimento de propostas relacionadas a temas específicos, como por exemplo saúde, salário, loteamentos clandestinos, entre outros que, posteriormente, pudessem ser apresentados em forma de emendas populares.

O MAB acompanhou este processo através das associações de moradores e de lideranças que participavam dos diversos encontros promovidos pelo MPPC, como por exemplo o Dia Nacional da Constituinte, quando foi realizada a Assembleia Constituinte Popular em Curitiba, bem como em várias

idades do país, no dia 7 de setembro de 1986. Neste dia cerca de quatrocentas pessoas, representantes de cinquenta associações de moradores e movimentos populares, apresentaram propostas elaboradas ao longo de um processo preparatório realizado durante seis meses. Estas propostas foram posteriormente encaminhadas à Assembléia Constituinte.

É importante ressaltar que o MPPC realizou uma grande mobilização, juntamente com a Plenária Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, buscando introduzir no regimento interno da Assembléia Constituinte a participação popular.

Todo este processo ocorreu nas vésperas das eleições de 1985, e aproveitando a ocasião, o MAB e o MPPC também debateram nas associações de moradores o que eram eleições, quais eram os partidos políticos existentes, que interesses defendiam e como votar corretamente. O objetivo destes debates era esclarecer os moradores a respeito da importância das eleições, sem no entanto induzi-los a votar neste ou naquele partido ou candidato. Procuravam, acima de tudo, respeitar a escolha da pessoa, mesmo não concordando com ela.

Inicialmente, a população apresentou uma certa resistência em participar dos debates realizados pelo MPPC. Isto porque acreditavam que o processo Constituinte era "coisa de político", era "coisa suja", e sendo assim, não deveriam participar. Mas, como o tempo foram se sensibilizando e compreendendo a importância do assunto para sua vida cotidiana.

Este processo representou, portanto, uma experiência onde a população foi capaz de, a partir de sua vivência, elaborar propostas concretas. Além disso, serviu para desmistificar o saber jurídico como algo incompreensível para as classes populares.

Mas, apesar de todo o esforço realizado em Curitiba e mesmo a nível nacional pelo MPPC, assim como pelo MAB, os deputados federais constituintes, em sua grande maioria, não tiveram sensibilidade e nem interesse político suficiente para aceitar estas propostas, tendo-se em vista que, a nível geral, poucas foram as emendas populares que obtiveram parecer favorável.

O trabalho desenvolvido pelo MAB juntamente com outras entidades populares, como por exemplo o Movimento de Luta Contra o Desemprego, o XAPINHAL, e o Movimento Pela Participação Popular na Constituinte levou a conquista de algumas vitórias. Pode-se afirmar que a maior vitória alcançada por estes movimentos foi terem possibilitado o debate sobre o direito das classes populares a melhores condições de vida, e terem contribuído para a participação destas no processo de construção de sua cidadania.

O fato de que estes movimentos tenham passado por um processo de desarticulação não significa que todo o esforço empreendido tenha sido em vão. Além das conquistas materiais obtidas, a experiência de organização e de luta vivida pelas classes populares residentes nos bairros periféricos de Curitiba e em municípios da Região Metropolitana, não pode ser

apagada. Seria interessante realizar um estudo mais aprofundado sobre as formas como esta experiência afetou concretamente a vida das pessoas envolvidas nestes movimentos populares, intervindo no processo de conhecimento e de compreensão da realidade vivida.

No entanto, o MAB também sofreu algumas derrotas e estas, aliadas a erros de avaliação a respeito do processo organizativo do movimento, contribuíram para que, em uma conjuntura específica, esta entidade se desarticulasse.

NOTAS

1 - De acordo com depoimentos do Prefeito Maurício Fruet, em gravação realizada no dia 22.03.1983, no Ginásio do Tarumã, durante a Concentração de Bairros de Curitiba.

2 - Creches de Vizinhança são "administradas pela comunidade através de associações de moradores, com apoio de órgãos públicos. A LBA/IAM fornecem uma parte para os gastos com alimentação e o que falta para complementar os gastos, a associação consegue através de promoções como por exemplo, bingos, festas e doações. A Prefeitura Municipal de Curitiba responsabiliza-se pelo pagamento de funcionárias e pela orientação técnica que estas devem receber para cada vez atender melhor as crianças das creches". Extraído do documento AS CRECHES DE VIZINHANÇA, Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria de Desenvolvimento Social, Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente, sem data.

3 - MEMÓRIAS DA CURITIBA URBANA, Nº 2, IPPUC e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1990, p.59.

4 - Ibidem, p.58.

5 - Sobre o assunto ver AFFONSO, Nazareno Sposito Neto Stanislau - CHEGA DE ENROLAÇÃO, QUEREMOS CONDUÇÃO - MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS E TRANSPORTES COLETIVOS EM SÃO PAULO, 1979-1982, Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, Brasília, 1987.

6 - De acordo com notícia publicada no Jornal do Estado, Curitiba, 22 de junho de 1983.

7 - Segundo entrevista concedida pelos empresários de transporte coletivo ao Jornal Folha Metropolitana, Curitiba, 1 de julho de 1983.

8 - De acordo com notícia publicada pela Comissão de Transportes no Jornal do MAB nº 12 de março de 1986.

9 - GOHN, Maria da Glória - REIVINDICAÇÕES POPULARES URBANAS, Ed. Cortez, São Paulo, 1982, p.44.

10 - JACOBI, Pedro - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE E REIVINDICAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1974-1984, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985, p.214.

11 - BAVA, Sílvio Caccia - PRÁTICA COTIDIANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ELEMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p.81.

12 - JACOBI, Pedro - "Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma", REVISTA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO, Vol.1, nº 2, julho/setembro 1985, Rio de Janeiro, p. 219.

13 - Ver GONZALES, Hector Herman - "Desenvolvimento Urbano - Planejamento e Participação", REVISTA ESPAÇO URBANO - PESQUISA E PLANEJAMENTO, IPPUC, Curitiba, sem data.

14 - NUNES, Édison e JACOBI, Pedro - "Movimentos sociais urbanos da década de 80: mudanças na teoria e na prática", REVISTA ESPAÇO E DEBATES, Ano III, Vol. 10, 1983, p.74.

V - O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO DO MAB

Durante os quatro anos em que o MAB esteve organizado articulando as lutas das associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana, viveu um processo de importantes conquistas, combinado com frustrações de objetivos que podem ter representado derrotas de significativo impacto sobre a organização popular. No entanto, é difícil determinar o impacto destas vitórias e derrotas, se é que podemos definir desse modo o resultado de cada luta.

As conquistas foram, em grande parte, consequência do processo de organização e luta das classes populares por seu direito a uma melhor qualidade de vida. As derrotas, em geral, tiveram diversos motivos, entre eles problemas relativos a organização do próprio MAB, ou referentes a pressões exercidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Em 1987 o MAB desarticulou-se por completo. Tal situação ocorreu em uma conjuntura onde o movimento popular de Curitiba, assim como em todo o país, apresentava um grande refluxo organizativo.

Não é nosso objetivo dimensionar as vitórias e derrotas, os avanços e recuos, os fluxos e refluxos do MAB. Pretende-se apenas apontar alguns elementos que possibilitem realizar uma primeira abordagem sobre os motivos que levaram o MAB a desarticular-se no final de 1986, enfatizando as tentativas realizadas por lideranças e assessores, principalmente através do CEFURIA, em buscar, a partir do debate com o movimento como um todo, saídas para superar a crise enfrentada.

O caráter educativo que estes debates tiveram foi de fundamental importância visto que levaram as lideranças do MAB, assim como de diversas entidades populares, a refletirem sobre a sua ação política, analisando erros e acertos e, talvez, aprendendo com eles. Este aprendizado se reflete no fato de que, mesmo depois de desarticulado, a proposta do MAB não foi abandonada por lideranças e assessores que participaram desta entidade e que, posteriormente, continuaram atuando junto ao movimento popular. Atualmente, é possível perceber que a metodologia de trabalho adotada pelo MAB, está presente no processo de rearticulação do movimento popular de Curitiba e da Região Metropolitana, desencadeado por muitos destes líderes e assessores.

Assim, o refluxo vivenciado pelo MAB deve ser relativizado, não sendo considerado como o seu fim, mas sim como um de seus "movimentos", ou seja, o refluxo pode ser analisado como parte da dinâmica própria dos movimentos populares, e no caso específico, do MAB.

V.1 - TENTANTO EVITAR O FIM

Durante todo o ano de 1986 ficou cada vez mais evidente que o MAB, assim como outros movimentos e entidades populares de Curitiba e mesmo do Brasil, estavam entrando em um processo de desarticulação. Este processo era visível, por exemplo, a partir do desinteresse por parte das associações de moradores em participar de lutas por melhores condições de vida, e este desinteresse se refletia no baixo comparecimento em atividades organizadas pelo MAB.

É interessante ressaltar que o processo de desarticulação vivenciado pelo MAB ocorreu em um contexto onde os problemas concretos relativos às condições de vida das classes populares residentes em bairros de periferia da cidade não haviam sido superados. No entanto, apesar de anteriormente estas terem se organizado em associações de moradores e se mobilizado para pressionar o Estado, visando o atendimento de suas reivindicações, naquele momento não mais se articulavam ao redor de antigas bandeiras de luta; nem mesmo em torno daquelas que estavam diretamente ligadas à satisfação de suas carências sociais.

Os assessores do MAB, apesar de sua grande preocupação com a questão da continuidade da ação e da organização das classes populares em busca da ampliação de seu espaço de participação, percebiam que o MAB só se manteria organizado

e articulando as diversas associações de moradores a partir de lutas concretas, referentes a problemas vivenciados cotidianamente pelos moradores dos bairros periféricos de Curitiba e da Região Metropolitana.

Mas, se os assessores tinham como principal objetivo manter o movimento mobilizado, organizando e articulando as associações de moradores, em busca de seu fortalecimento político, o que aumentaria seu poder de pressão e favoreceria a conquista de melhores condições de vida para as classes populares; por outro lado, as classes populares tinham seu interesse centrado na obtenção de conquistas materiais, imediatas e localizadas. Diante deste quadro é importante salientar que, apesar da existência de objetivos diferentes por parte dos assessores e dos participantes do MAB, este não pode ser apontado como o fator que determinou a desarticulação desta entidade, mas apenas como um dos problemas enfrentados.

Diante do processo de desarticulação do MAB, a assessoria, juntamente com lideranças e membros da Coordenação Executiva, encaminhou diversas ações buscando superar o problema e evitar uma crise mais profunda. Uma das ações encaminhadas pelo MAB buscando incentivar e recuperar a participação se deu através do processo de filiação das associações. Até março de 1986 as associações de moradores participavam do MAB sem serem, no entanto, formalmente filiadas a ele. Esta participação era livre, ou seja, as associações poderiam deixar de participar a qualquer momento, assim como poderiam frequentar reuniões de outra entidade representati-

va das associações de moradores, se assim decidissem.

No entanto, grande parte das associações permanecia participando do MAB por concordar com seus princípios, sua forma de trabalhar e de encaminhar a ação política. Quando esta participação caiu de forma significativa o MAB propôs a filiação formal das associações como uma maneira de garantir entre elas vínculos que as mantivessem unidas e organizadas.

Algumas condições foram impostas para que as associações se filiassem ao MAB, entre elas reconhecê-lo como um órgão de representação popular, ser legalmente constituída ou estar em vias de legalização, e ter filosofia de ação compatível com a do MAB. O principal motivo pelo qual uma associação deixaria de participar do MAB referia-se ao seu não comparecimento, sem motivo justificável, em assembléias gerais ou em três reuniões consecutivas da Coordenação Geral.

Entre os deveres dos associados pode-se destacar aqueles que enfatizavam a participação das associações nas reuniões e assembléias e a comunicação de mudanças e eleições de novas diretorias das associações de moradores, o que visava facilitar e manter o contato entre estas e a Coordenação Executiva. Dentre os direitos procurou-se enfatizar os itens que representavam vantagens para a organização das associações, como por exemplo, o acesso a produção de material popular (convites, cartilhas entre outros) a preço de custo, assessoria às atividades das associações, ou acesso a local para reuniões e encontros. Todos os itens envolvidos no pro-

cesso de filiação de associações, visavam incentivar e garantir a presença destas nas reuniões do MAB, para que assim fosse possível rearticulá-las.

É interessante notar que a proposta de filiação formal das associações de moradores ao MAB era contraditória com a noção de "movimento" apresentada, anteriormente, pelos assessores. Mesmo assim, foi encaminhada como forma de tentar rearticular as associações. No entanto, o resultado não foi o esperado, visto que apenas as associações que participaram desde o início do MAB, e que ainda estavam participando, filiaram-se e mantiveram sua presença constante nas reuniões e atividades promovidas pelo MAB.

Neste sentido, vale destacar que, o fato de apenas as associações mais ativas do MAB terem continuado participando confirma, de certa forma, que a proposta de "movimento" defendida pelos assessores estava correta, ou seja, a formalização da participação, que deveria ocorrer através das filiações, não resultou em uma real articulação das associações.

Em debates realizados pela Coordenação Executiva do MAB, onde o processo de filiação foi analisado, concluiu-se que este, por si só, não seria suficiente para rearticular as associações. Além disso era preciso manter um contato mais próximo e permanente com elas, visando divulgar o trabalho realizado pelo MAB, assim como fazê-las perceber que a articulação entre as diversas associações de moradores fortalecia seu poder de pressão. Constatou-se também, entre ou-

tras coisas, que as associações não participariam de reuniões realizadas pelo MAB pelo simples motivo de terem recebido um convite para tal. Ficou claro que o movimento só se manteria articulado se houvesse uma luta concreta que motivasse a ação, a organização e a mobilização.

As associações de moradores que haviam criado o MAB tinham clareza a respeito da importância do papel desempenhado por esta entidade no sentido de articular as lutas desencadeadas a partir das associações. No entanto, conforme haviam eleições ou mudanças nas direções das associações, este processo se rompia e precisava ser resgatado, ou seja, quando uma nova diretoria desconhecia o trabalho desenvolvido pelo MAB era preciso estabelecer contato e chamá-la a participar.

No entanto, estabelecer e manter um contato mais próximo e constante com novas, ou mesmo com antigas direções das associações de moradores, era um trabalho demorado, cansativo e muitas vezes não apresentava os resultados esperados. Sendo assim, apesar de ser reconhecido como de fundamental importância, estes contatos foram, em muitos momentos, relegados a um plano secundário por membros da Coordenação Executiva e mesmo por assessores.

O MAB experimentou uma grande queda em seu poder de pressão como consequência da baixa participação das associações, e esta situação o impossibilitava de encaminhar qualquer luta mais abrangente. O fato de não estar articulando nenhuma luta concreta fazia com que a participação das asso-

ciações diminuisse cada vez mais o que, conseqüentemente, enfraquecia ainda mais o MAB. Toda esta situação gerava uma espécie de círculo vicioso, e fazia com que não se vislumbraassem saídas.

As reuniões da Coordenação Executiva continuavam realizando-se semanalmente, mas as reuniões da Coordenação Geral deixaram de acontecer devido a baixa participação das associações. Em contrapartida, líderes e assessores do MAB passaram a investir um tempo maior realizando contatos com as associações de moradores que já haviam participado do MAB, buscando reativar sua participação. No entanto, estes contatos não surtiram efeito.

Nos debates realizados pela Coordenação Executiva em suas reuniões, eram debatidas saídas para a crise do MAB. A Coordenação Executiva concluiu que o processo de desarticulação vivenciado pelo MAB, também estava ocorrendo em outras entidades populares, como por exemplo o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, e o XAPINHAL que, por sua vez, também estavam buscando saídas para esta situação. Estas entidades mantinham relações muito próximas com o CEFURIA e foi através desta entidade que realizaram-se alguns encontros com o objetivo de reunir diversos movimentos populares e associações de moradores em torno de um amplo debate sobre problemas enfrentados e saídas para a crise, visando criar uma solução conjunta.

Um destes encontros foi realizado em fevereiro de 1986, e teve como tema "Porque os movimentos populares estão em crise?". Participaram deste encontro representantes do MAB, do Movimento de Luta Contra o Desemprego, do Movimento pela Participação Popular na Constituinte, do CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção, da Pastoral Operária, do MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná e membros de algumas CEB's.

A principal conclusão do encontro foi relativa a necessidade de fortalecer as associações de moradores através dos movimentos populares que ainda estavam articulados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa sobre a atuação dos movimentos nos bairros, e a partir de sua análise foi elaborado um planejamento envolvendo os diversos movimentos. Este planejamento visava, principalmente, buscar o fortalecimento do trabalho nas vilas, pois apenas através deste seria possível superar a crise. Para tanto, decidiu-se realizar cursos de formação de líderes nos bairros, assim como encontros entre lideranças dos diversos movimentos e associações de bairros para troca de experiências sobre o trabalho de organização popular.

O MAB, por sua vez, realizou uma reunião contando com a presença de treze associações de moradores. Na ocasião, cada uma das associações presentes elaborou seu planejamento. Posteriormente, foi elaborado também um planejamento envolvendo todas as associações. Além disso, debateu-se qual o papel do MAB em relação ao trabalho que seria encaminhado pelas associações.

Como decorrência das decisões tomadas no encontro organizado pelo CEFURIA em fevereiro, realizou-se um outro, em maio de 1986, desta vez com o tema "Como fazer o trabalho de organização popular". O objetivo deste encontro era fornecer instrumentos para que as lideranças pudessem realizar nas vilas um trabalho de qualidade junto às associações de moradores. Para isso foram debatidos diversos assuntos, como por exemplo, porque a sociedade precisa ser transformada, relação entre o movimento popular e o Estado, análise das causas do refluxo verificado no movimento popular, entre outras questões.

A partir dos debates realizados no encontro de maio, decidiu-se realizar um outro para debater especificamente a relação dos movimentos populares com os partidos políticos. Assim, o CEFURIA realizou em agosto de 1986 um seminário com o tema "Relação com partidos políticos: objetivos e estratégias do movimento popular".

Os resultados concretos obtidos a partir dos debates realizados nos encontros promovidos pelo CEFURIA foram limitados. Isto porque, os participantes destes encontros, representantes de entidades e movimentos populares que, naquele momento, estavam praticamente desarticulados, pouco ou nada puderam fazer diante do refluxo organizativo vivenciado pelo movimento.

É preciso considerar, entretanto, a importância de tais debates para o avanço da consciência crítica dos parti-

cipantes destes seminários. Estes momentos possibilitaram uma reflexão mais aprofundada por parte das lideranças sobre a ação política desencadeada pelos diversos movimentos populares, analisando-a e buscando explicações para os impasses que se apresentavam, visando, desta forma, superá-los.

Ainda no final de 1986 foi realizada mais uma tentativa de rearticular o MAB, desta vez através de uma pesquisa aplicada nas associações, com o objetivo de obter subsídios para elaborar um plano de ação para 1987. Para tanto, a pesquisa buscava informações sobre a relação das associações com as Administrações Regionais; quais as principais dificuldades encontradas pelas associações no processo organizativo da população em torno de lutas populares; quais as principais lutas que estavam sendo travadas nos bairros e como, entre outras questões.

O material recolhido nesta pesquisa foi analisado em uma reunião realizada no início de 1987, contando com a presença de assessores e algumas lideranças do MAB. Na ocasião, concluiu-se que o MAB estava completamente desarticulado. Debateram-se as possíveis causas desta situação, e algumas decisões foram tomadas no sentido de recomeçar um trabalho mais localizado junto às associações de moradores da região sul de Curitiba, de forma a fortalecê-las, organizá-las e, um dia voltar a articulá-las ao redor de uma entidade popular.

Em setembro de 1987 o CEFURIA realizou mais um encontro, com o objetivo de reunir líderes e assessores de diver-

sas entidades populares para debater a situação dos movimentos populares naquele momento, e elaborar um plano de ação conjunto, visto que muitas destas entidades atuavam em uma mesma região, e algumas vezes em uma mesma associação de moradores. Procurava-se desta forma, dar uma certa unidade ao trabalho e evitar o desgaste causado pela multiplicidade de ações.

Além disso, no encontro foi realizado um rápido resgate da história do movimento popular em Curitiba e na Região Metropolitana, como forma de fazer os participantes refletirem sobre as ações desencadeadas, analisando-as e aprendendo com os erros e acertos cometidos no processo de organização popular. Este breve histórico, realizado a partir do relato dos próprios participantes apresentou, no entanto, diversos enganos no que se refere a datas e mesmo a acontecimentos ocorridos. Além disso, algumas questões foram superdimensionadas, ao mesmo tempo que outras de fundamental importância foram relegadas a um plano secundário, ou mesmo desconsideradas.

É importante notar que informações incorretas sobre como os fatos ocorreram podem gerar interpretações equivocadas que, por sua vez, podem gerar planos de ação irreais ou inviáveis. Desta forma, o resgate da história dos movimentos populares em Curitiba precisava ser realizado de forma mais cuidadosa, buscando considerar os fatos da forma mais objetiva possível.

De acordo com Daniel Camacho,

A produção do cientista social, em decorrência, pode influir na capacidade dos movimentos populares, para recuperar a sua própria história e incorporá-la como elemento decisivo de suas lutas. Há um imperativo ético, que governa a obra do cientista (...) neste sentido afirmamos que é possível ser estritamente objetivo e, ao mesmo tempo, profundamente comprometido com a tarefa de recuperação da memória coletiva dos movimentos populares - e, em consequência, contribuir para seu fortalecimento e desenvolvimento (1).

No entanto, este trabalho de resgate da história do movimento popular ao ser realizado não pode ser considerado como uma verdade absoluta e nem mesmo como espécie de "antídoto" contra planos de ação equivocados. O "movimento" dos movimentos populares é composto por diversas leituras de um mesmo acontecimento e também pela elaboração de planos de ação que são constantemente revistos e reelaborados, de acordo com as diferentes avaliações e interpretações existentes em seu bojo, assim como considerando a conjuntura e o jogo de forças existente em cada momento.

Desta forma, a presente pesquisa teve como um de seus objetivos resgatar a história do MAB, analisando alguns aspectos considerados mais relevantes, como forma de, entre outras coisas, fornecer ao movimento popular material que subsidie suas avaliações, seu planejamento e sua ação futura.

É preciso ainda ressaltar que esta pesquisa não pretende esgotar o tema, e representa uma das muitas interpretações possíveis de serem realizadas acerca do MAB.

V.2 - OS PRINCIPAIS PROBLEMAS

Apesar de todas as tentativas encaminhadas buscando soluções para a crise enfrentada, não foi possível evitar a desarticulação do MAB. Muitos foram os fatores que estiveram presentes neste processo de desarticulação. Alguns deles dizem respeito a problemas de ordem interna ao MAB, relativos a sua organização; outros estavam relacionados a questões externas, principalmente decorrentes de seus enfrentamentos com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Além destes, certamente, muitos outros fatores interferiram no refluxo do movimento popular, como por exemplo o Plano Cruzado, que gerou uma certa esperança por parte das classes populares de que sua situação econômica iria, enfim, melhorar; o envolvimento com a Copa do Mundo, em 1986, que favoreceu a queda da presença nas reuniões do MAB, assim como em reuniões realizadas nas associações de moradores; a realização de eleições e o conseqüente afastamento de lideranças e assessores do movimento popular que passaram a dedicar-se ao processo eleitoral, entre tantas outras questões.

É difícil afirmar o que determinou a desarticulação do MAB, mas é possível apontar aqueles que foram os principais problemas enfrentados por esta entidade, e analisar suas conseqüências para o processo de organização popular.

V.2.1 - AS QUESTÕES INTERNAS

Um dos principais problemas enfrentados pelo MAB refere-se a sua organização interna.

Durante o tempo em que o MAB esteve organizado, sua assessoria preocupou-se em desenvolver um trabalho de educação popular, fornecendo informações que possibilitassem a realização, por parte das lideranças e demais participantes do movimento, de uma análise crítica da realidade vivenciada pelas classes populares residentes nas periferias da cidade. Desta forma, as associações de moradores poderiam definir as ações que deveriam ser desencadeadas na luta por seus direitos.

No entanto, em muitos momentos a ação política concreta se impôs de forma determinante, deixando a reflexão e o planejamento da ação em um plano secundário. Desta forma, encaminhamentos de atividades a serem desenvolvidas pelas associações de moradores foram priorizados em momentos onde uma reflexão mais aprofundada sobre os fatos era fundamental para o próprio processo de encaminhamento da ação política. Algumas vezes esta reflexão foi realizada apenas pelos membros da Coordenação Executiva e assessores, não tendo sido repassada para os demais participantes da Coordenação Geral, o que gerou, entre outras coisas, uma certa distância entre a reflexão e a ação.

Este fato se deu por vários motivos como por exemplo, pela incapacidade de encaminhar ações concretas e realizar, ao mesmo tempo, debates mais aprofundados sobre estas ações, ou mesmo planejá-las de forma mais cuidadosa. Por outro lado, alguns assessores acreditavam que a ação concreta era mais importante do que a realização de análises ou a elaboração de planos.

Além disso, é preciso considerar que, como aponta Sílvio Caccia Bava,

pular de uma reivindicação para outra é uma característica muito presente nas organizações de base construídas a partir desta perspectiva reivindicatória. A sua própria existência e legitimidade perante a população depende de estar mobilizada na reivindicação de alguma coisa. Isso faz com que todas as reivindicações sejam igualmente importantes "porque mantém o povo na luta". Não se avaliam as correlações de força e as possibilidades de conquista efetiva, tampouco onde devem concentrar seus esforços. O importante é reivindicar (...) Não é comum nos movimentos a avaliação do porque está ou aquela mobilização não deu certo (...) E o movimento não entra em uma avaliação mais política da ação do Estado frente aquela reivindicação (2).

Assim, a dificuldade encontrada em analisar a ação política, elaborar e encaminhar os planos de ação traduzia-se na impossibilidade de estabelecer táticas e estratégias a curto, médio, e longo prazo. Isto se refletia de diferentes formas no movimentos, como por exemplo em relação a falta de clareza sobre as alianças políticas possíveis de serem realizadas com outros movimentos e entidades populares, como o movimento sindical e mesmo com partidos políticos.

Em geral, esta situação fez com que o MAB se fechasse, articulando-se apenas com entidades com as quais mantinha uma certa identificação político-ideológica, ou seja, aquelas que mantinham proximidade com o CEFURIA e, conseqüentemente, com o trabalho realizado nas CEB's e nas pastorais da Igreja Católica, como por exemplo o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, ligado à Pastoral Operária; o XAPINHAL, que tinha uma grande participação de associações de moradores ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, entre outras. Muitas razões influenciaram em tal atitude, entre elas pode-se apontar uma certa imaturidade política.

Esta falta de visão do conjunto do movimento popular fez com que o MAB, em muitos momentos, não conseguisse dar uma direção política mais firme às lutas das associações de moradores ligadas a ele. Esta falta de direção política se refletia concretamente por exemplo, na descontinuidade verificada em algumas lutas organizadas pelo MAB. A interrupção no trabalho desenvolvido pela Comissão de Creches do MAB, bem como pela Comissão de Transportes são exemplos disso. Nestes casos, o movimento desarticulou-se por absoluta falta de propostas, o que impedia que o MAB colocasse questões que levassem a um avanço do movimento, ou mesmo que possibilitassem sua rearticulação.

Da mesma forma, a falta de direção política fez com que muitas vezes o MAB "corresse atrás" dos acontecimentos, sem possibilidade de tomar em suas mãos a direção do processo, tal como ocorreu durante a implantação das ARs - Administrações Regionais, na gestão do Prefeito Roberto Requião.

Nesta ocasião, por não concordar como estas foram implantadas, ou seja, sem a participação popular, mas também por não ter sido capaz de elaborar uma proposta alternativa de funcionamento das ARs que viabilizasse a efetiva participação das associações de moradores, o MAB, assim como grande parte do movimento popular de Curitiba, não ocupou seu espaço neste processo, enfraquecendo ainda mais seu poder de pressão e de representação.

A inexistência de objetivos definidos com maior clareza levou o MAB a não dar respostas rápidas aos problemas colocados pelo movimento popular e pelas associações de moradores, bem como a não saber que lutar encaminhar visando o fortalecimento destas associações, ou mesmo o fortalecimento do próprio MAB. Este fato é visível em relação, por exemplo, a queda de participação das associações de moradores nas reuniões da Coordenação Geral do MAB. Cada vez que as associações alcançavam alguma conquista, mesmo que localizada, a participação nestas reuniões sofria um decréscimo. Nestas ocasiões o MAB não soube como rearticular as associações ao redor de uma luta que as envolvesse além de seus interesses imediatos.

Apesar de algumas lutas encaminhadas pelo MAB terem resultado em um amplo processo de organização popular, como por exemplo em relação a luta pela construção de creches ou pela melhoria do transporte coletivo, pode-se afirmar que, muitas vezes, o MAB encontrou dificuldade em estabelecer bandeiras de luta mais gerais, que fossem assumidas pelas associações de moradores. Por outro lado, pode-se apontar

também a dificuldade encontrada em articular as lutas específicas e localizadas de cada associação, com lutas mais amplas. Este problema era, em parte, consequência da falta de debates sobre porque e como realizar tal articulação, o que fazia com que alguns membros da Coordenação Executiva e mesmo alguns assessores, não percebessem a importância de encaminhar o trabalho de organização popular desta forma.

Da mesma forma como haviam dificuldades em planejar a ação, haviam também dificuldades em assumir as vitórias alcançadas e trabalhá-las como elementos de conscientização, de organização e de fortalecimento da luta por melhores condições de vida para as classes populares. Em geral, assim que as conquistas eram alcançadas, não se falavam mais nelas.

Um exemplo disso ocorreu em relação ao processo de luta desencadeado pelo MAB e pelo MLCD para pressionar a Prefeitura Municipal de Curitiba sobre a reforma da Rodoviária Velha. Quando esta reforma, finalmente, foi concluída, depois de meses de pressão e de negociação, as duas entidades populares envolvidas não chamaram para si a vitória, deixando com que esta fosse creditada apenas a ação do Prefeito Roberto Requião.

Em geral, as vitórias alcançadas não eram divulgadas para a população como um todo e, muitas vezes, nem mesmo aos próprios participantes do MAB, como sendo decorrentes de um processo de luta popular. Assim, estas conquistas não eram acumuladas em termos quantitativos, no sentido de aumentar o

poder de pressão do movimento; e nem em termos qualitativos, ou seja, analisando todo o processo de luta desencadeado de forma a aprender com a experiência vivida.

Desta forma, o MAB encontrou, em muitos momentos, dificuldades em tornar-se visível para a população de Curitiba e da Região Metropolitana, enquanto uma entidade representativa das associações de moradores.

Este aspecto é de fundamental importância pois, como aponta Eunice Durhan,

os movimentos são plenamente sociais, não apenas por suas características internas, mas, inclusive pelo fato de estarem voltados "para fora", estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade e com o Estado (...). O reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas que se dá internamente, exige uma reação complementar que deriva do caráter necessariamente público do processo - é o reconhecimento do movimento pela sociedade e pelo Estado (3).

É interessante notar que, apesar de encontrar dificuldades em estabelecer contatos "para fora", o MAB era reconhecido enquanto interlocutor legítimo, em momentos de negociação, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como pelas Prefeituras de outros municípios da Região Metropolitana, e diversos órgãos públicos. Este processo ocorreu de forma mais acentuada enquanto o MAB esteve organizado e fortalecido, porém mesmo depois de sua dissolução, continuava recebendo convites para debates e reuniões organizadas pela Prefeitura e por órgãos públicos.

Pode-se afirmar que a dificuldade encontrada pelo MAB em assumir algumas de suas conquistas levou, com o passar do

tempo, ao enfraquecimento de seu poder de pressão o que, por sua vez, favoreceu, em uma conjuntura específica, sua desarticulação.

É interessante notar, entretanto, que a dificuldade em divulgar as vitórias alcançadas através da organização popular parece ser um problema vivenciado por grande parte dos movimentos sociais. Este fato já foi apontado por diversos autores, como por exemplo por Túlio Vigevani, que afirma que

a continuidade da ação não existe na maioria dos casos e a capitalização da experiência passada se tem demonstrado extremamente difícil. Não é apenas um problema político, é uma questão mais profunda: trata-se de cultura política (...) Cultura política se modifica apenas com o tempo, às vezes décadas e até séculos (4).

Houveram também problemas relativos a ação dos assessores e líderes do MAB, assim como dos membros da Coordenação Executiva. Um destes problemas refere-se ao fato de que muitas destas pessoas participavam de vários movimentos ou entidades populares, além de partidos políticos, não priorizando sua atuação em nenhum destes espaços.

Alguns dos assessores participavam de associações de moradores, mesmo que esporadicamente, na qualidade de moradores de bairros da periferia de Curitiba. Acompanhavam o MAB prestando assessoria, o que significava sua presença em várias reuniões. Muitos deles participavam também do Partido dos Trabalhadores. Havia ainda os que faziam parte de Comunidades Eclesiais de Base. Deve-se ainda agregar a todas estas atividades o fato de que estes assessores desempenhavam

suas atividades profissionais em outros espaços que não o MAB.

Além disso, deve-se considerar ainda que, num primeiro momento, muitos assessores além de realizar o trabalho de assessoria, realizavam também o trabalho de organização das associações de moradores, participando de diversas atividades, por exemplo, elaborar, produzir e distribuir convites para reuniões. Os assessores participavam ainda de reuniões e atividades realizadas pelo CEFURIA, assim como por outras entidades populares, como por exemplo pelo XAPINHAL, pelo MLCD, entre outras. Participavam também de reuniões com a Prefeitura e com diversos órgãos públicos.

Diante de tantos compromissos era difícil reservar alguma espaço para a convivência com a família, ou mesmo para o lazer. Toda esta situação gerava um grande desgaste físico, cansaço, ansiedade, que se refletiam na qualidade do trabalho desenvolvido, ou seja, não havia tempo ou mesmo condições objetivas e físicas de realizar um trabalho de assessoria e de acompanhamento às associações de moradores e suas atividades, ou mesmo acompanhar o desenrolar das ações desencadeadas pelo movimento.

O mesmo acontecia em relação aos membros da Coordenação Executiva e diversas lideranças. Estes eram solicitados a comparecerem a muitas reuniões realizadas nas associações de moradores, nas diferentes entidades populares e em órgãos

públicos. Estes convites vinham de Curitiba, de outros municípios da Região Metropolitana, e mesmo do interior do Paraná.

Além disso, é preciso considerar que

as lideranças que "levam" a luta são sempre minoritárias pois necessitam de um tempo que a organização do trabalho não possibilita. Esta característica já pré-seleciona, de certa forma, quem participa ou não da luta do bairro (5).

Assim, um pequeno número de pessoas era responsável por diversas atividades, o que gerava um grande acúmulo de trabalho e, conseqüentemente, um grande desgaste físico e queda da qualidade do trabalho realizado.

A maior dificuldade enfrentada, porém, era em elaborar critérios e estabelecer prioridades de atendimento a estes convites e atividades. Em geral, assessores e lideranças acreditavam que era preciso comparecer a todos os compromissos para os quais haviam sido convidados, mas não percebiam que este acúmulo de atividade impedia que fossem dados os encaminhamentos necessários a cada caso, ou mesmo que fosse realizado um acompanhamento de qualidade das ações desenhadas. Criou-se então o vício da reunião: reuniões eram realizadas para marcar outras reuniões, onde aquilo que era decidido não era encaminhado.

A quantidade de atividades assumidas pelos líderes e membros da Coordenação Executiva do MAB se refletia na qualidade do trabalho realizado diretamente nas associações, ou seja, o fato de estarem envolvidos com muitas reuniões e compromissos realizados fora dos bairros criava um grande

distanciamento entre estas lideranças e a base.

Este distanciamento se dava de duas formas diferentes: por um lado o líder não acompanhava mais o cotidiano da associação da qual participava o que, de certa forma, afetava sua liderança. Por outro lado, a vivência desses líderes fora dos bairros ampliava seus horizontes, colocando questões de ordem política mais ampla, modificando sua compreensão da realidade e, conseqüentemente, modificando seu discurso e sua prática política. Se por um lado esta situação gerava um certo orgulho por parte dos moradores e participantes das associações de bairros, pois viam nestas lideranças representantes de seus interesses junto aos órgãos públicos; por outro reforçava ainda mais o distanciamento entre base e líder, pois este passava a se expressar e a se comportar de uma maneira que os moradores não mais identificavam como semelhante a sua.

Uma das conseqüências do afastamento criado entre lideranças e associações de moradores, foi o fato de estas não mais participarem do MAB, não comparecendo as reuniões da Coordenação Geral. Passaram a organizar suas lutas de forma isolada, sem contar com o apoio e a assessoria do MAB, e mesmo sem contar com o apoio de seus líderes. Tal movimento fez com que outros líderes surgissem, mas desta vez distantes do MAB, não reconhecendo esta entidade como um instrumento de articulação e de representação das associações de moradores. Este fato, por sua vez, refletia-se nas reuniões da Coordenação Geral, esvaziando-as cada vez mais.

Lideranças distantes de sua base. Associações de Moradores organizando suas lutas de forma isolada. Criação de novas lideranças que não reconheciam o MAB. Esvaziamento das reuniões da Coordenação Geral. Dificuldade, por parte dos membros da Coordenação Executiva, em entrar em contato com estas associações, chamando-as a participar novamente do MAB. Associações mantendo-se afastadas do MAB. Queda contínua na presença das associações da Coordenação Geral. Enfraquecimento do MAB. Assim, a conjugação de uma série de fatores impossibilitou uma visão objetiva do problema por parte dos líderes e assessores do MAB, criando, mais uma vez, uma espécie de círculo vicioso do qual o MAB não conseguiu sair.

É interessante notar que a solicitação de representantes do MAB em reuniões de diferentes entidades e movimentos populares, de associações de moradores, bem como seu reconhecimento enquanto interlocutor por parte do Estado, foi uma situação que representou, num determinado momento, a força política do MAB, mas representou também uma das causas de sua desarticulação, ou seja, o acúmulo de trabalho aliado a desorganização interna para enfrentar tal demanda favoreceu o enfraquecimento e, conseqüente, a dissolução deste movimento.

Apesar de todos os problemas enfrentados, um núcleo de associações de moradores, composto em sua grande maioria por aquelas que fundaram o MAB em 1983, manteve sua participação constante em reuniões promovidas por esta entidade. Muitas delas, representadas por suas lideranças, participa-

ram ativamente dos debates realizados pelo MAB, bem como pelo CEFURIA, em busca de saídas para a crise enfrentada pelo movimento popular.

Vale ressaltar, portanto, que mesmo diante de um processo de desagregação o MAB manteve articulado um certo número de associações, porém, sem força política suficiente para restabelecer o poder de pressão do movimento.

V.2.2 - AS QUESTÕES EXTERNAS

O MAB enfrentou durante seu processo de desarticulação outros problemas além daqueles relativos a sua organização interna. Entre eles podemos apontar como um dos principais aqueles decorrentes das relações políticas do MAB com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A atuação do PMDB na Prefeitura Municipal de Curitiba interferiu de forma decisiva na desarticulação do MAB, assim como de outros movimentos populares. Durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet, de 1982 a 1986, o movimento popular teve várias de suas reivindicações atendidas, como por exemplo a destinação de uma sede para as entidades populares - o Centro Comunitário de Curitiba; a criação da Comissão de Verificação de Custos das Empresas de Transportes Coletivos de Curitiba; o estabelecimento de dias e horários fixos para atendimento das associações de moradores por parte do Pre-

feito, entre outras.

Pode-se, entretanto, questionar a forma como estas reivindicações foram atendidas. Em relação a auditoria realizadas nas empresas de transporte coletivo, por exemplo, nada de concreto foi apurado a partir das denúncias formuladas pela Comissão. Em relação ao atendimento das associações em audiências públicas realizadas pelo Prefeito Maurício Fruet, não se pode afirmar que tenham obtido algum resultado concreto. Porém, deve-se ressaltar que durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet, apesar de todos os problemas existentes, o movimento popular de Curitiba, e especialmente o MAB, obtiveram algumas vitórias e mantiveram, um grande poder de mobilização popular, que se expressava através de uma grande força de pressão.

É possível afirmar que esta atuação por parte do Prefeito Maurício Fruet, se deu como decorrência da necessidade do PMDB, após ter chegado ao governo estadual e municipal, de criar canais de negociação com as classes populares organizadas, buscando manter sua legitimação. No entanto, esta atitude sofreu muitas transformações no decorrer de sua gestão.

Na gestão do Prefeito Roberto Requião (1986-1990), sua relação com os movimentos populares em geral, e em especial com o MAB, foi marcada por muitos confrontos e divergências. Roberto Requião havia sido, nas décadas de 70 e de 80, um dos assessores do Conselho de Representantes e, posteriormente, ajudou a criar a Federação das Associações de

Moradores do Paraná sendo um de seus principais assessores. Desta forma, conhecia profundamente o movimento popular. Além disso, já havia acumulado, em sua trajetória política junto a estes movimentos, divergências com assessores e mesmo lideranças de outros movimentos e entidades populares. Esta situação interferiu e mesmo determinou a relação de Roberto Requião com os movimentos populares quando de sua eleição para a Prefeitura.

Durante a gestão de Maurício Fruet diversos líderes da Federação de Moradores foram contratados como funcionários da Prefeitura, o que fez com que esta entidade praticamente desaparecesse, pois evitava enfrentamentos com a Prefeitura. No início da gestão de Roberto Requião, a União Geral também enfrentava um processo de desarticulação. Sendo assim, das três entidades que anteriormente articulavam as associações de moradores, apenas o MAB continuava articulando as associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana.

Além do MAB, o XAPINHAL e o MLCD, mantinham-se organizados. Estas entidades, como já foi citado anteriormente no Capítulo IV, tinham entre si uma grande proximidade político-ideológica, que se concretizava na ação política que, em muitos momentos, foi encaminhada de forma conjunta. Grande parte de suas lideranças era ligada ao PT e, algumas delas, tinham antigas e profundas divergências com o Prefeito Roberto Requião.

Toda esta situação gerou uma espécie de "perseguição" por parte do Prefeito, que procurou, deliberadamente através de alguns encaminhamentos, como por exemplo a criação das ARs, enfraquecer cada uma destas entidades. Para tanto contou com a vantagem de conhecer "por dentro" estes movimentos, seus assessores, sua forma de trabalhar e, conseqüentemente, suas fragilidades.

Assim, o MLCD desarticulou-se, basicamente, a partir do momento em que o Prefeito Roberto Requião retirou a distribuição dos passes de ônibus para desempregados. Da mesma forma a divisão dos bairros em Administrações Regionais diferentes, influenciou o processo de desarticulação do XAPINHAL. Além disso, a Prefeitura recusou-se a dar andamento ao projeto de planejamento popular realizado pelo XAPINHAL, juntamente com o IPPUC. O MAB foi atingido também, entre outros aspectos, através do fim da fiscalização popular no transporte coletivo de Curitiba.

As divergências existentes entre o Prefeito Roberto Requião e alguns assessores e líderes do MAB aprofundou-se a partir das eleições municipais de 1985, quando vários destes concorreram pelo PT à Câmara Municipal.

Esta situação gerou vários problemas entre eles o fato de que muitos líderes e assessores afastaram-se do MAB para concorrer as eleições ou mesmo para fazer campanha política para seus candidatos. Isto fez com que o trabalho de organização das associações ligadas ao MAB, assim como o próprio trabalho realizado pelo MAB, ficasse desfalcado, ou

seja, um número reduzido de pessoas passou a ser responsáveis por várias atividades, acumulando uma quantidade ainda maior de tarefas.

É importante ressaltar que este mesmo processo ocorreu todas as vezes que houveram eleições, ou seja, muitas pessoas abandonavam o trabalho junto ao movimento popular para se dedicarem mais exclusivamente ao processo eleitoral. Este fato, em geral, foi desastroso para a organização do movimento popular, embora possa ter sido benéfico para o crescimento de diversos partidos, principalmente do PT.

Um outro problema decorrente do processo eleitoral deu-se em relação as associações participantes do MAB. O fato de algumas pessoas ligadas ao MAB terem concorrido à Câmara Municipal, gerou inevitáveis divisões entre as associações no que se refere a preferências partidárias.

O MAB realizou vários debates sobre as eleições, explicitando os diferentes programas dos partidos políticos, ensinando a votar corretamente, entre outras coisas. Procurou não defender este ou aquele partido ou candidato, mantendo-se, desta forma, distante da disputa eleitoral. Esta postura tinha como principal objetivo evitar divisões entre as associações. Mas, este esforço foi inútil.

Não foi possível evitar que as pessoas que concorreram as eleições passassem a ser identificadas com os partidos políticos aos quais estavam filiadas. Assim como não foi possível evitar que esta identificação fosse generalizada em

relação ao MAB, enquanto entidade. Esta situação desagradava as associações de moradores que haviam se aproximado do MAB por este ser uma entidade apartidária.

Repetia-se, desta forma, em relação as associações de moradores, uma postura já verificada no início do processo organizativo do MAB, onde a política partidária era considerada uma "coisa suja", que não deveria ser misturada com os assuntos da associação. Esta situação foi, em parte, influenciada por uma postura assumida pelas CEB's que, inicialmente, procuraram manter-se distantes dos partidos políticos.

Como decorrência de todo este processo o MAB passou a ser identificado como "do PT", visto que grande parte de suas lideranças e de seus assessores que haviam concorrido as eleições tinham sido candidatos pelo Partido dos Trabalhadores. No entanto, esta identificação não era feita apenas pelas associações de moradores, mas também pela Prefeitura e, especialmente, pelo Prefeito Roberto Requião. Sendo assim, as associações de moradores temendo não serem atendidas em suas reivindicações, não identificava-se como participantes do MAB perante a Prefeitura. Tal situação enfraquecia ainda mais o poder de pressão do MAB e dificultava suas negociações com a Prefeitura.

Por mais paradoxal que possa parecer, a participação popular também foi um problema para o MAB. Durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet e, posteriormnete, na gestão do Prefeito Roberto Requião, foram criado alguns canais de par-

ticipação popular. No entanto, acostumado a "jogar na defesa" o MAB, assim como os demais movimentos populares, não se saiu bem no "ataque", ou seja, não elaborou propostas de participação popular alternativas aquelas apresentadas pelo poder público, assim como não teve força política e nem organização suficiente para enfrentar as regras do jogo impostas pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Concordamos com Édison Nunes quando afirma que grande parte dos movimentos populares não foi capaz de "fazer valer ao nível da criação de instituições novas e da participação nas já existentes a conquista de 'direitos' que passaram a fazer parte da cultura política do país" (6). O MAB pode ser apontado, neste caso, como um exemplo desta incapacidade.

A falta de propostas concretas referentes a participação popular é uma das consequências de uma prática onde as questões cotidianas da luta política se impunham, na maior parte das vezes, a momentos de reflexão e análise sobre a ação a ser desencadeada pelo movimento popular. Assim, a participação popular, que sempre foi uma das principais bandeiras de luta do MAB, não tinha, na realidade um conteúdo explícito.

Neste sentido, é interessante considerar uma questão apontada por Édison Nunes, ou seja,

a carência por participação é plenamente satisfeita intra-movimento, não é dirigida a outras instituições públicas. Os valores associados a "democracia de base", "a autonomia" ou mais genericamente a participação que se desenvolvem no interior destes movimentos não geram carências

nesse sentido para além de seus limites (7).

No entanto, nada se pode afirmar em relação a esta questão, visto que o MAB não aprofundou o debate sobre a participação popular no momento em que estava articulado, e também não conseguiu fazê-lo no momento em que mais precisou, ou seja, quando estava perdendo força política.

A Prefeitura, por sua vez, assumiu a bandeira de luta referente a participação popular, sem no entanto explicitar como esta se daria. Este fato, aliado a falta de alternativas propostas pelo MAB e pelo movimento popular como um todo, gerou uma situação contraditória, onde a Prefeitura atendia a reivindicação do movimento, chamando-o para participar e este não atendia ao chamado, nem se contrapunha a ele.

Um movimento popular enfraquecido e sem propostas não tem como participar. Sem propostas e sem participação, o movimento não pode se fortalecer. Esta situação enfraquecia ainda mais o MAB e por outro lado, fortalecia a Prefeitura.

A partir de 1987 pode-se dizer que o MAB deixou de existir. No entanto, é importante notar que em algumas entrevistas realizadas com lideranças e com assessores do MAB, muitas vezes mencionou-se que este desarticulou-se enquanto estrutura, mas que enquanto projeto não havia morrido. De uma forma ou de outra, continuava existindo atualmente em outros movimentos que começaram a ser articulados, ou rearticulados.

Esta constatação se deve, em parte, ao fato de que várias lideranças e assessores do MAB continuaram participando dos movimentos populares, voltando a realizar reuniões nas vilas, a organizar e reorganizar associações de moradores, assim como a tentar rearticulá-las entre si, reiniciando, desta forma, um processo já vivenciado no final da década de 70.

Além disso, o trabalho de educação popular realizado pelo MAB, deixou raízes profundas em seus participantes, que atualmente trabalham na organização e na articulação do movimento popular de Curitiba e em alguns municípios da Região Metropolitana de forma semelhante aquela vivenciada anteriormente. Desta forma, o MAB ainda representa um modelo em termos de organização, de articulação e de ação política.

Neste sentido, é importante ressaltar que a descontinuidade do MAB, sua desarticulação deve ser relativizada. Neste caso ocorre uma situação já observada por Paulo Krischke, ou seja,

tende a haver uma acumulação de conquistas e experiências, onde novos movimentos em busca de novas demandas emergem sucessivamente, na mesma área de necessidade, após a conquista das demandas anteriores e a aparente extinção dos movimentos que as sustentavam. Digo que esta extinção ou descontinuidade é apenas aparente, porque os estudos estão demonstrando que as vezes os mesmos líderes e participantes de base dos movimentos anteriores emergem nos novos movimentos, portadores das novas demandas, comunicando-lhes as experiências prévias, no aperfeiçoamento das novas estratégias a seguir (8).

Como já foi dito anteriormente, não é nosso objetivo realizar uma análise exaustiva sobre as razões que levaram o MAB a desarticular-se. Mas, apenas apontar algumas causas que, provavelmente, contribuíram para tal refluxo. O que importa, no momento, é analisar a prática política que o MAB introduziu no movimento popular de Curitiba e da Região Metropolitana, assim como perceber que sua proposta de trabalho manteve-se viva, mesmo depois de sua desarticulação. E mais, é preciso compreender porque isso ocorreu.

NOTAS

1 - CAMACHO, Daniel - "Movimentos sociais: algumas discussões conceituais", in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.) - UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, p.215.

2 - BAVA, Sílvia Caccia - PRÁTICAS COTIDIANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ELEMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1983, p.80.

3 - DURHAN, Eunice - "Movimentos sociais - a construção da cidadania", NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 10, outubro de 1984, p.29.

4 - VIGEVANI, Túlio - "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa" in SCHEER-WARREN, Ilse; VIOLA, Eduardo e KRISCHKE, Paulo (org.) - CRISE POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina,

1989, p.139.

5 - GOHN, Maria da Glória - LUTAS PELA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO - MOVIMENTOS DE MORADIA 1975-1985, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987, p.22.

6 - NUNES, Édison - "Movimentos e práticas urbanas no Brasil: problemas da democratização do poder local na transição inconclusa", Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986, p.17.

7 - NUNES, Édison - CARÊNCIA URBANAS E POLÍTICAS - DOIS ESTUDOS DE SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987, p.214.

8 - KRISCHKE, Paulo - "Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base", in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.) - UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, p.292.

VI - MAB - UMA NOVA PRÁTICA POLÍTICA

A partir da II Conferência Episcopal Latino Americana, realizada em Medellin, em 1968, a Igreja Católica no Brasil assumiu uma nova postura, que se referia, principalmente, à uma "opção preferencial pelos pobres". No entanto, dois aspectos devem ser considerados em relação a esta opção. Primeiramente, ela "não foi resultado de uma decisão tomada abstratamente, mas de uma prática e de uma conquista dos setores populares" (1), ou seja, foi uma espécie de resposta às exigências feitas por grupos de católicos que buscavam mudanças na postura adotada até então pela Igreja Católica.

Em segundo lugar é preciso considerar que "a opção pelos pobres não pode ser mais do que "preferencial", sob pena de perda do caráter de universalidade da Instituição" (2), ou seja, a Igreja enquanto uma instituição religiosa, deveria manter-se unida e aberta a todos, e não apenas aos pobres. Neste sentido, é possível compreender porque apenas alguns setores da Igreja assumiram uma postura mais progressista em relação a possibilidade de realizar um trabalho mais próximo às classes populares, na defesa de seus direitos, apoiando suas formas de organização, tanto no interior da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base; quanto

fora dela, através das diferentes formas de organização popular (clubes de mães, associações de moradores, oposições sindicais entre outras).

O que importa salientar é que, apesar de contar com o apoio de apenas alguns setores, pode-se afirmar que a Igreja Católica foi um espaço privilegiado de participação popular durante os anos do regime militar. Tal fato foi possível, entre outras coisas, por esta ser uma instituição religiosa e, como tal, ter escapado do controle e da ação repressiva desencadeada por parte do Estado autoritário, contra diversas entidades e organizações populares, bem como contra canais institucionais de representação, tais como sindicatos e partidos políticos. Desta forma, o trabalho realizado por setores da Igreja favoreceu o resurgimento de organizações populares no Brasil, no final da década de 70.

Através das CEB's, a Igreja Católica criou espaços onde as classes populares debatiam os problemas que enfrentavam cotidianamente, em geral decorrentes das péssimas condições de vida dos bairros periféricos das grandes cidades do Brasil. As CEB's utilizavam, para realizar tais debates, o método "ver, julgar e agir". O "ver", consistia em "uma sucessão de observações de cada um dos presentes sobre o tema em questão"; o "julgar" tinha como principal objetivo contrastar a "realidade observada e os valores do cristianismo, frequentemente através da questão "como é que Jesus agiria diante disso?"; e o "agir" tratava-se de "concluir sobre aquilo que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema" (3).

A utilização deste método possibilitava que as pessoas expressassem seus problemas, analisando-os à luz do Evangelho, e vislumbrassem formas coletivas de ação sobre tal problema, visando superá-lo.

De acordo com Sílvia Caccia Bava, é possível perceber que

quando os trabalhadores começam a se reunir, discutir seus problemas, trocar experiências, tem início um processo de organização molecular que cria novos espaços onde vão se tecendo os fios de solidariedade que permitirão a emergência de práticas coletivas (4).

Assim, os debates travados nas reuniões das CEB's foram possibilitando que a população envolvida reconhecesse as carências sociais vivenciadas nos bairros como direitos sociais negados. Percebiam também que esta situação de carência era vivida por eles de forma semelhante e buscavam superar esta situação de forma coletiva. Assim, as CEB's proporcionavam a construção de uma identidade entre seus membros que extrapolava a fé, ou seja, criavam uma identidade em torno do fato de serem moradores de bairros periféricos e que vivenciavam as carências sociais de forma semelhante.

Através da metodologia de trabalho utilizada nas CEB's, foi possível que seus membros experimentassem a descoberta de si mesmos, resgatando a noção de dignidade da pessoa humana; que reconhecessem suas carências sociais como direitos dos cidadãos e que tomassem consciência da realidade vivida pelas classes populares nos bairros da periferia da cidade.

Neste sentido, pode-se apontar, segundo João Carlos Petrini, o caráter de maior originalidade das CEB's, ou seja,

a agilidade com a qual se estabelecem os nexos que ligam as pessoas entre si, num clima de solidariedade, e os nexos que ligam cada pessoa ao contexto social e a sua problemática, de modo que o "pessoal" e o "político" não aparecem como contraditórios ou excludentes, nem apenas complementares, mas integrados e estritamente ligados (5).

Este aspecto pode ter sido favorecido pelo fato de que, como aponta Luiz Alberto Gomez de Souza, para o povo as coisas aparecem de forma bastante unida.

Não há separação clara entre o "lugar político", o "lugar religioso", o "lugar social", etc. O que há são problemas concretos como a escola, o trabalho, a terra integrados numa totalidade que constitui a vida do povo. O povo expressa seus problemas onde sente que tem clima para fazê-lo. Assim, numa CEB, por exemplo, o povo reza, lê a Bíblia, discute os problemas da terra ou do salário, e vai fazer propostas que, para nós, seriam próprias do nível político, mas que para eles fazem parte de sua vida (6).

Assim, pode-se afirmar que a experiência vivida nas CEB's envolve as pessoas em todos os aspectos de sua vida, e não apenas em relação a sua fé. Neste sentido, é interessante considerar as três principais dimensões das CEB's, apontadas por Petrini, ou seja, a dimensão pessoal, onde "as pessoas que participam passam a ter uma nova consciência de si e de sua própria dignidade"; a dimensão comunitária, que "tem como resultado o despertar da consciência de pertencer à história e a um destino maiores do que a própria família (...)" e a dimensão ético-política, que consiste em "um conjunto de valores de dignidade, solidariedade e justiça

veiculados pela ideologia religiosa que dão impulso a uma atuação política das classes populares" (7).

Os membros das CEB's vivenciam, portanto, um processo de ressocialização, onde passam a perceber-se enquanto cidadãos com direitos sociais a serem conquistados e que a conquista destes direitos se dará através de sua atuação política de forma conjunta e organizada.

A identificação das carências sociais como sendo direitos a serem conquistados, faz com que os membros das CEB's percebam que estas carências não são vivenciadas apenas por eles, católicos, mas também por todos os moradores dos bairros da periferia das grandes cidades do país. Desta forma, muitas CEB's passaram a buscar a ampliação do debate sobre os problemas urbanos, procurando envolver os demais moradores dos bairros, iniciando assim um processo de organização popular que desembocou, entre outras coisas, na criação de associações de moradores e de inúmeros movimentos populares.

Na tentativa de ampliar o debate sobre os problemas urbanos e buscar uma maior participação dos moradores dos bairros, as CEB's desempenharam um importante papel, ou seja, através da religiosidade agregaram interesses. Segundo Ana Maria Doimo, "a religiosidade, como um atributo da cultura, tem-se constituído num campo privilegiado para a gestação e a manifestação de movimentos sociais" (8).

No mesmo sentido, Paulo Krischke destaca o importante papel desempenhado pela Igreja, ou seja,

a Igreja é considerada um local estratégico de convocação para o movimento, que ajuda a superar a heterogeneidade social e cultural do bairro, pois transcende entre os moradores as suas diferenças particulares, interesses de classe e outros, as vezes contraditórios (...). A Igreja surge como "porta de entrada" e suporte institucional do movimento. Não apenas, então, como um espaço físico onde se realiza a convocação do movimento, mas como uma organização ramificada dentro do bairro (...) (9).

Neste ponto é interessante refletir sobre a experiência vivida pelas associações de moradores que constituíam o MAB. As associações que criaram esta entidade afirmavam que deveriam ser neutras em relação a partidos políticos e a religiões, pois deveriam atingir a todos os moradores dos bairros, e nestes moravam pessoas de todas as religiões e de diversos partidos políticos. Esta era também uma das principais características do MAB e o diferenciava das outras entidades populares existentes em Curitiba. Este aspecto era fortemente influenciado por uma postura adotada anteriormente pelas CEB's.

Mas, na realidade, as associações não conseguiram atingir este objetivo. Vários aspectos interferiram neste processo, como por exemplo, o fato das reuniões das associações serem realizadas em salões paroquiais, ou mesmo no interior das Igrejas, o que fazia com que muitos moradores pertencentes a outras religiões e seitas, e mesmo ateus, não comparecessem pois se sentiam excluídos do grupo de católicos. Assim, a associação restringia sua representação aos

católicos residentes naquele bairro, e ainda assim, apenas aos católicos que participavam da associação.

Neste sentido, é preciso ressaltar que em Curitiba o papel desempenhado pela Igreja enquanto "porta de entrada" foi de fundamental importância no início do processo de organização popular, mas com o decorrer deste processo passou, em certos casos, a dificultar a articulação entre os moradores do bairro, o que restringia a representatividade das associações de moradores.

Apesar desta limitação, não é possível negar que, também em Curitiba, as CEB's foram levadas a

projetar seu interesse além dos limites das reivindicações imediatas e da solidariedade interna do grupo. A lógica das exigências cristãs reclama a ação junto a forças decisivas que conduzem o processo histórico. Neste sentido, voltam-se então as Comunidades Eclesiais de Base para os problemas decorrentes do crescimento econômico excludente, para as relações de trabalho, para as instituições sindicais e políticas (10).

Assim os membros de algumas CEB's passaram a organizar movimentos populares nos bairros, como o objetivo de constituir canais de participação e de representação popular. Esta atuação foi profundamente marcada pela vivência experimentada anteriormente no interior das CEB's, ou seja,

as CEB's proporcionam uma experiência religiosa que não se esgota no interior da pessoa, mas é internalizada como uma ética social que se forma e se explicita na rede de solidariedade que, pelo seu dinamismo organizativo e pedagógico e pela postura de luta para conquistar melhores condições de vida, contém um grande significado social e engendra um notável potencial de ação política (11).

Pode-se, portanto, afirmar que os membros das CEB's introduziram uma nova prática política, profundamente baseada nesta ética social e que, por isso mesmo, era transformadora, pois possibilitava a construção de novas relações sociais. Como aponta José Carlos Petrini,

as atividades e os trabalhos que visam uma modificação objetiva da realidade social, cultural e política são realmente transformadoras justamente por causa e na medida da presença do aspecto internalizado, que traz para dentro da atuação política a consciência da dignidade e a consciência ética vividas ao nível mais elementar da pessoa e da comunidade (12).

Os agentes pastorais, que desempenharam um papel fundamental ao realizarem a mediação entre as carências sociais vividas pelos membros das CEB's e a sua compreensão enquanto direitos sociais negados, tiveram também uma importante atuação no processo de organização de movimentos populares, imprimindo a este uma forma específica de trabalhar.

Segundo Frei Betto, os agentes pastorais tinham tarefas específicas junto as CEB's, entre elas,

apreender as coisas do povo, sistematizá-las com o próprio povo e contribuir para que o povo ordene sua experiência histórica na forma de percepção prospectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização social (13).

Pode-se afirmar que o trabalho realizado pelos agentes pastorais junto aos movimentos populares tinha como linha básica de atuação estes mesmos princípios.

Desta forma, muitas associações de moradores, bem como movimentos populares organizados nos bairros a partir da

atuação dos membros das CEB's e de agentes pastorais, sofreram uma grande influência da metodologia de trabalho adotada nas CEB's. Esse fato propiciou a criação de associações de moradores e movimentos populares que desenvolviam um trabalho profundamente democrático e participativo. Mas, por outro lado, propiciou também que alguns "vícios" já vivenciados anteriormente nas CEB's fossem "transferidos" para as associações e movimentos populares.

Um destes vícios é o "basismo" ou, segundo as palavras de Frei Betto, "populismo eclesial",

a atitude dos agentes que sacraliza o povo, como se este tivesse uma consciência pura, isenta de qualquer influência da ideologia dominante. Acreditam que o povo por si só, é capaz de se conscientizar e de se libertar (...) Não questionam nem analisam a situação concreta em que o povo se encontra. Procuram viver como o povo vive, trabalhar como o povo trabalha e comprometer-se a dar somente os passos que o povo der (14).

Este tipo de postura é bastante contraditória, pois se assim fosse não haveria necessidade do trabalho realizado pelos agentes pastorais junto ao povo. Por outro lado, esta atitude dificulta que as classes populares avancem em termos de sua compreensão sobre a realidade social.

Os teóricos da Teologia da Libertação falavam em troca de saberes e experiências entre os intelectuais e o povo,

o forte do povo é a sua sabedoria da vida, enquanto o forte do intelectual é a sua ciência das coisas. Tal é a contribuição específica que um pode dar ao outro. Trata-se pois, aqui de se intercambiar os saberes distintos (15).

Essa proposta, no entanto, parece não ter sido bem compreendida por grande parte dos agentes pastorais que trabalhavam junto às CEB's e movimentos populares, visto que ao assumirem uma postura basista supervalorizavam o saber e a cultura popular, e não contribuía para que houvesse uma real troca de saberes e, conseqüentemente, para que houvessem avanços políticos no próprio movimento.

Em Curitiba, apenas com o passar do tempo e para atender as novas demandas colocadas a partir da própria prática popular, esta postura "basista" se alterou e alguns agentes passaram a ter uma atitude de maior interferência no processo.

Mas, haviam também muitos outros agentes pastorais que trabalhavam a partir da noção de que deveriam ser "fermento na massa" (imagem que faz alusão a uma passagem do Evangelho, em São Mateus 13,33). Neste caso, o papel do agente se reveste de um caráter mais ativo, ou seja, de maior intervenção nas CEB's ou em movimentos populares, fazendo a ligação entre problemas concretos vivenciados pelas classes populares e ações políticas que buscam a transformação desta realidade.

No caso de Curitiba, muitos destes agentes pastorais, assim como lideranças surgidas no trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, passaram a participar em outros espaços, como por exemplo, associações de moradores e movimentos populares, no movimento sindical e em partidos políticos. No entanto, é interessante notar que, vários des-

tes agentes e líderes não retornaram mais às CEB's, ou seja, deixaram de participar de suas atividades. Deve-se considerar também que, com o fortalecimento das associações de moradores e de diversos movimentos populares nos bairros, e com a abertura de novos canais de participação popular, as CEB's passaram a ser apenas um lugar de celebração da fé.

Neste sentido cabe levantar uma questão: o abandono das atividades desenvolvidas pelas CEB's por parte dos líderes e agentes pastorais se deu como consequência da falta de tempo, visto que estavam também participando de outras atividades; ou ocorreu porque as CEB's deixaram de ser um ponto de referência para o desenvolvimento destas atividades, ou seja, deixaram de responder as expectativas destes líderes e agentes em termos de uma atuação política mais direta? Mesmo considerando esta última hipótese como verdadeira, vale perguntar: e a dimensão da fé, como ficou? Foi substituída pela participação política?

As pessoas que anteriormente haviam participado das CEB's desenvolviam um tipo de militância diferenciada nos movimentos populares, pois haviam assumido uma determinada ética social, como já foi dito; mas por outro lado, isto se dava também pelo fato de que estas pessoas tinham motivações específicas para desenvolver tal trabalho.

Pode-se dizer que uma das principais motivações era a crença no Reino de Deus, ou seja,

a promessa de Deus a ser cumprida - ou não - pela ação dos homens na história (...). A novidade é exatamente esse deslocamento da concepção de Reino do céu para a terra. O homem se salva na

história. Constrói o mundo, a si mesmo e aos outros (16).

A expressão Reino de Deus significa também

uma realidade humana e social caracterizada pelos valores de justiça, da plenitude da vida e da fraternidade que podem ser vividos por todos os homens mesmo os não cristãos (...). Os membros da comunidade assumem sobre si a responsabilidade de realizar o Reino de Deus na convivência do bairro, na vida da cidade. Essa disponibilidade gera um ímpeto para a ação que justifica o trabalho conjunto com pessoas que não compartilham da mesma crença religiosa, mas são movidas pela busca dos mesmos valores éticos, ao mesmo tempo que abrem para iniciativas cujo horizonte não é a comunidade ou o grupo, mas o bairro ou a cidade (17).

Em Curitiba é possível constatar este ímpeto para a ação, principalmente no início da década de 80, a partir da formação de um grande número de CEB's, principalmente na região sul da cidade; ou através da criação de associações de moradores pelos membros destas CEB's e por agentes pastorais; ou mesmo pelo surgimento de oposições sindicais, clubes de mães e outras formas de organização popular.

O aumento da demanda por acompanhamento e por assessoria a estas formas de organização fez com que os agentes pastorais e religiosos que acompanhavam tal trabalho percebessem a necessidade de envolver outras pessoas no processo e, ao mesmo tempo, tornar este acompanhamento mais específico, prestando uma assessoria mais direta e mais especializada. Neste contexto foi criado o CEFURIA que, por ser uma entidade criada a partir de demandas apresentadas pelas CEB's, por agentes pastorais e por religiosos, mantinha uma

profunda ligação com o trabalho desenvolvido por estes grupos.

As pessoas que criaram o CEFURIA, apesar de serem profundamente influenciadas pela Teologia da Libertação, não tinham uma atuação homogênea. O CEFURIA teve sua atuação junto aos movimentos populares profundamente marcada pela existência de duas posturas distintas. Por um lado, pessoas que anteriormente haviam sido agentes pastorais, e muitas delas ainda o eram, e que assumiam uma postura "basista". Em decorrência disso, acreditavam que as coisas aconteceriam espontaneamente, ou seja, o CEFURIA não deveria propor ou encaminhar atividades e ações políticas, mas apenas responder às demandas apresentadas pelo movimento popular. Por outro lado, haviam pessoas que acreditavam que o trabalho desenvolvido pelo CEFURIA deveria possibilitar um maior avanço político do movimento popular, subsidiando-o com informações, formando lideranças e prestando uma assessoria mais direta. Esta postura era considerada pelos "basistas" como demasiadamente "teórica" ou "intelectualizada".

A tensão existente entre estas suas posturas sempre esteve presente no CEFURIA, e não é possível afirmar que uma ou outra tenha sido hegemônica. Apesar de terem sido desenvolvidas atividades de forma conjunta, haviam divergências. No entanto, estas não eram explicitadas, o que impedia que questões de fundo fossem debatidas e, como consequência, não era possível adotar uma linha de trabalho mais clara e definida. Apesar desta situação, o CEFURIA realizou um importante trabalho de formação de lideranças muitas delas até hoje

envolvidas com os movimentos populares.

Apesar de terem assumido posturas diferenciadas e que os caracterizava enquanto "basistas" ou "teóricos", e de, exatamente por isso, não ser possível considerar o trabalho desenvolvido pelos assessores CEFURIA de forma homogênea, optamos por chamá-los de militantes católicos, pois tinham entre si duas características comuns, eram católicos e trabalhavam de forma voluntária.

Nos cursos para formação de lideranças, em geral, a metodologia utilizada pelo CEFURIA partia do levantamento de problemas concretos para, posteriormente, realizar uma análise da realidade social. Assim sendo, pode-se dizer que aqui também era adotado o método "ver, julgar e agir". Além disso, a metodologia de trabalho do CEFURIA buscava respeitar e valorizar a cultura e o saber popular; manter a democracia interna no grupo, não estabelecendo relações hierárquicas; incentivando a participação de todos; e possibilitando a troca de experiências.

Vale ressaltar que todos os aspectos verificados na metodologia adotada pelo CEFURIA também estavam presentes no trabalho das CEB's. O que se constata, portanto, é que por ser uma entidade formada por militantes católicos, o CEFURIA trabalhou de forma semelhante àquela vivenciada nas CEB's. No mesmo sentido, o MAB, por ter sido formado basicamente por associações de moradores criadas a partir do trabalho das CEB's e de agentes pastorais, e por ter sido assessorado desde o início por pessoas ligadas ao CEFURIA, teve sua

atuação profundamente influenciada pelo trabalho realizado anteriormente nas CEB's e pelo CEFURIA.

Pode-se dizer, por exemplo, que o MAB também adotava o método "ver, julgar e agir", onde o "ver" era o levantamento dos problemas, o que muitas vezes se dava através de pesquisas realizadas pelos próprios participantes do movimento; o "julgar" dizia respeito a uma análise mais cuidadosa dos problemas, analisando seu significado político e o que representavam concretamente na vida dos moradores da periferia; o "agir" era relacionado a o que o MAB, juntamente com as associações de moradores, poderia fazer, e como, para superar tal problema.

O MAB recorreu com frequência ao uso de pesquisas para organizar o movimento popular. As pesquisas tinham, em geral, vários objetivos, entre eles conhecer a realidade; transmitir aos participantes um conhecimento especializado relativo a este instrumental de análise; obtenção de dados que permitissem a elaboração de planos de ação; mobilização das pessoas envolvidas tanto como "pesquisadores", bem como enquanto "pesquisados", entre outros aspectos.

A divisão entre "basistas" e "intelectuais" já vivenciada anteriormente no CEFURIA, também foi vivenciada no MAB, visto que os assessores do CEFURIA eram, em grande parte, os mesmos assessores do MAB. Esta situação refletia-se concretamente no encaminhamento dado pelo MAB à ação política.

Uma parte dos assessores, por exemplo, acreditava que não era seu papel elaborar propostas que, posteriormente, fossem debatidas e assumidas, ou não, pelo movimento popular e pelas associações de moradores. Os próprios assessores ao assumirem uma atitude "basista" prejudicavam o encaminhamento da ação política, pois dificilmente obtinham informações sobre os assuntos a serem debatidos, o que impedia a elaboração de propostas, ou mesmo que subsidiassem as discussões a serem realizadas pelo movimento popular.

Neste sentido, os assessores, muitas vezes, não conseguiram fazer com que o movimento desse um passo adiante, ou seja, que saísse da constatação de sua realidade concreta e pensasse a ação, planejando-a e propondo alternativas para os problemas enfrentados.

Assim, alguns assessores também tinham o "vício" dos agentes pastorais e dos militantes católicos "basistas", ou seja, uma postura anti-intelectual, que se refletia na dificuldade em valorizar a reflexão sobre a ação; na dificuldade encontrada em elaborar planejamentos que ajudassem a dar direção ao movimento, pelo menos a curto prazo. Estes assessores realizavam, em geral, um trabalho bastante ativista, onde mobilizar a população era considerado mais importante do que refletir sobre a ação política e planejá-la. Esta situação fez com que, muitas vezes, não soubessem o que fazer, nem mesmo que direção dar ao movimento, o que gerava a desmobilização das associações de moradores e dos movimentos populares.

Segundo as palavras de um dos assessores do MAB, durante uma reunião da Coordenação Executiva, "refletir e teorizar sobre a prática é um trabalho que temos sistematicamente nos negado a realizar. Seja por acreditarmos que este tipo de trabalho é secundário diante da emergência dos fatos, seja pela negação da importância de um trabalho intelectual, seja pelo desconhecimento de sua importância política". Assim, pode-se constatar que esta questão chegou a ser debatida entre líderes e assessores do MAB, sem que, no entanto, houvessem mudanças significativas.

A postura assumida por parte dos assessores em relação a forma de encaminhar o trabalho foi, muitas vezes, repassada para as lideranças do movimento. Este fato se refletia, por exemplo, em relação a atitude adotada por assessores e líderes em termos de acumular atividades, sem conseguir, em grande parte dos casos, realizar um trabalho de qualidade. Além disso, pode-se considerar este comportamento como antidemocrático, pois líderes e assessores concentravam atividades, informações, contatos e, conseqüentemente, concentravam também poder. Esta atitude impedia, de certa forma, que mais pessoas se envolvessem no trabalho, visto que não abriam espaços para participação.

No entanto, apesar das dificuldades encontradas e dos limites verificados em relação ao trabalho da assessoria, não é possível negar que o MAB tenha introduzido a necessidade de organizar uma assessoria que desenvolvesse um trabalho diferente daquele realizado até então pelas CEB's,

através dos agentes pastorais, e pelo CEFURIA, através dos militantes católicos. Ou seja, além de acompanhar o movimento e desenvolver um trabalho de educação popular, parte dos assessores do MAB perceberam que era preciso também elaborar propostas concretas, e para isso era necessário conhecer a realidade e analisá-la de forma mais aprofundada. Era necessário também fornecer informações às classes populares para que elas pudessem dar direção ao movimento, decidindo sobre as ações políticas a serem desenvolvidas. Entretanto, para que isso acontecesse era necessário mais do que boa vontade por parte dos assessores, era necessário que houvesse também uma espécie de especialização no trabalho realizado.

Sendo assim, mesmo que, em muitos momentos, tenha enfrentado problemas, o trabalho de educação popular realizado pelo MAB visava, entre outras coisas, fornecer material e informações que tornassem o movimento autônomo para poder propor alternativas, principalmente relacionadas a gestão da coisa pública e a participação das classes populares neste processo.

Muitas vezes não houve tempo suficiente para realizar tal trabalho, pois as questões que se colocavam exigiam encaminhamentos urgentes. Nestes casos, a própria assessoria, juntamente com algumas lideranças e membros da Coordenação Executiva procurava elaborar propostas de atuação e de encaminhamento. Entretanto, muitas vezes, prevaleceu uma postura espontaneísta e, como consequência, não foi dada uma direção política mais clara ao movimento. Em muitos casos esta ati-

tude gerou a descontinuidade de lutas que estavam sendo travadas pelo movimento popular, como por exemplo em relação a elaboração de propostas para a participação popular nas Administrações Regionais da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Também não é possível negar que as associações de moradores ao transformarem em reivindicações as carências vivenciadas pelos membros das CEB's e pelas classes populares residentes em bairros periféricos de Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana, tenham fortalecido seu poder de pressão ao serem articuladas pelo MAB. Sendo assim, as associações que anteriormente encaminhavam suas reivindicações de forma isolada passaram a enfrentar a Prefeitura de forma unificada. É possível afirmar, portanto, que neste processo houve uma certa politização do movimento.

Segundo Sílvio Caccia Bava, para que ocorra a politização do movimento

é preciso que existam momentos de globalização destas lutas específicas onde o enfrentamento com o Estado permita articular diferentes movimentos em uma luta conjunta que cria condições para o salto de qualidade e o surgimento de organismos políticos que condensem as aspirações destes sujeitos coletivos que vão se constituindo (18).

Neste sentido, pode-se dizer também que houve uma certa politização do movimento quando as associações de moradores através do MAB, começaram a colocar em questão a forma como a cidade era administrada, basicamente, em relação aos bairros da periferia de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana, mostrando que as reivindicações populares por melhores condições de vida na cidade não eram lo-

calizadas em um ou em outro bairro, mas diziam respeito a carências sociais vivenciadas por grande parte da população de baixa renda. Neste processo foi possível tornar as reivindicações específicas e localizadas em cada bairro ou associação, em bandeiras de luta mais amplas, como por exemplo pela melhoria da qualidade do transporte coletivo, ou pela construção de mais creches e pela participação popular na gestão destas.

O MAB enquanto uma entidade popular que articulava diferentes associações de moradores, encaminhava suas reivindicações diretamente ao Estado, e tinha neste seu principal opositor/interlocutor. Neste sentido é interessante notar que, ao mesmo tempo que era legitimado pelo Estado enquanto representante das associações de moradores, e portanto, enquanto interlocutor nos momentos de negociação, o MAB também legitimava o Estado pois reconhecia nele o papel de árbitro em relação ao atendimento das reivindicações apresentadas.

Como destaca Eunice Durhan, mesmo quando a resposta dos poderes públicos às reivindicações dos movimentos sociais é negativa, ela é importante porque significa o reconhecimento deste por parte do Estado (19).

Por outro lado, deve-se considerar a observação de Túlio Vigevani, quando afirma que, em certa medida,

mesmo quando há antagonismo e contradição e a luta com o Estado é aguda, (há) algum grau de dependência (...) Mas, dizemos dependência no sentido de que um grande número de movimentos sociais tem um horizonte não plenamente desvinculado da perspectiva de atendimento de seus

objetivos pelo Estado, ainda que este atendimento seja compreendido como direito e dever e não como outorga ou concessão (21).

Assim, é possível dizer que o movimento popular se define, também, em sua relação com o Estado.

O MAB tinha uma maior representação na região sul de Curitiba, basicamente como consequência de ter sido nesta região onde as CEB's foram criadas no final da década de 60, e onde eram mais fortes e mais organizadas. Foram estas CEB's que, no final de 1982, encaminharam um documento aos futuros representantes do Governo do Estado e das Prefeituras de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana, exigindo melhores condições de vida nos bairros da periferia. Foram também estas CEB's e associações de moradores da região sul da cidade que criaram o MAB. Sendo assim, este grupo de associações já era identificado pelas outras entidades populares - a União Geral e a Federação de Moradores - como sendo "da Igreja", mesmo antes do MAB ter sido organizado formalmente enquanto uma entidade. No entanto, é importante ressaltar que a relação do MAB com a Igreja Católica era mediada pelos agentes pastorais que acompanhavam as CEB's e por militantes católicos que trabalhavam como assessores do CEFURIA.

Foi exatamente a identidade construída no processo de articulação das associações de moradores criadas a partir das CEB's, ou seja, serem "da Igreja" que colocou a necessidade de formar uma entidade que as congregasse, que as diferenciasse da União Geral e da Federação de Moradores e que, enquanto uma nova força política, as representasse na

defesa de seus direitos. Ou seja, o MAB foi criado a partir da existência de uma identidade baseada na noção de "nós, católicos, do movimento popular".

Esta mesma identidade pode ser percebida, posteriormente, nas articulações feitas pelo MAB com outras entidades populares, como por exemplo o MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego, que era assessorado, basicamente, por pessoas ligadas a Pastoral Operária; ou o XAPINHAL, entidade composta por um grande número de associações de moradores ligadas às Comunidades Eclesiais de Base; ou o MPPC, criado a partir da iniciativa do CEFURIA e que agregava, basicamente, entidades ligadas, de alguma forma, à Igreja Católica.

A proximidade do MAB com as propostas comunitárias, já vivenciadas pelas CEB's, pode ser verificada também em relação a forma como esta entidade foi organizada. Por exemplo, em relação a busca de uma maior participação através da formação da Coordenação Geral e das Comissões de Trabalho; a busca de uma maior democracia interna, evitando hierarquizações, através da formação da Coordenação Executiva; a valorização da troca de experiências, na forma como as reuniões e encontros eram realizados.

Além disso, alguns fatos mostram que os participantes do MAB não conseguiram, em princípio, estabelecer diferenças entre as atividades realizadas por esta entidade e aquelas realizadas pelas CEB's, como por exemplo quando rezaram o "Pai-Nosso" no final da I Assembléia Geral do MAB; ou quando cantavam durante as reuniões do MAB músicas que, em

geral, eram cantadas nas reuniões das Comunidades; ou ainda o fato das reuniões do MAB terem sido realizadas durante os primeiros três anos em uma sala cedida pelo Colégio São José, uma escola católica. Assim, o MAB afirmava sua característica de ser "de Igreja", e restringia sua representação a associações de moradores que também eram "de Igreja".

Na época de sua formação o MAB colocou-se como uma entidade apartidária. Em parte esta postura visava diferenciar o MAB das outras entidades representativas das associações de moradores, a União Geral mais próxima ao PT e a Federação de Moradores ligada ao PMDB. Mas, por outro lado, é preciso considerar também a influência exercida pelas associações de moradores ligadas as CEB's que, na época, tinham, segundo João Carlos Petrini, "uma atitude de decepção e desconfiança popular em relação aos partidos, acumulada durante anos de demagogia e de autoritarismo e alimentada pela ação desestimuladora do Governo, após 1964" (21).

Desta forma, inicialmente, o MAB manteve-se distante de uma opção partidária mais explícita. No entanto, no processo de reformulação partidária muitos militantes católicos e assessores do CEFURIA, assim como assessores do MAB, aproximaram-se do Partido dos Trabalhadores, que surgiu "ênfatizando o discurso da 'autonomia e independência' dos movimentos populares propondo-se a ser um 'instrumento' de expressão política dos movimentos populares" (22).

De acordo com suas propostas o PT colocava-se como uma alternativa partidária muito próxima ao trabalho desen-

volvido até então pelos agentes pastorais e pelos militantes católicos. Esta situação fez com que muitos destes passassem a priorizar a atuação partidária em suas atividades. Desta forma, a situação alterou-se, e como destaca Luiz Alberto Gomez de Souza, "se antes era necessário insistir sobre a importância dos partidos políticos, hoje frequentemente há que tratar de relativizar o partido político" (23).

Este processo de opção partidária por parte dos agentes pastorais e militantes católicos refletiu na organização do movimento popular, pois introduziu novas questões. No entanto, não gerou maiores conflitos visto que grande parte, senão a totalidade, dos assessores do MAB, líderes e mesmo pessoas da base do movimento, também haviam feito a mesma opção partidária.

Assim, a identidade do MAB foi ampliada para "nós, católicos, petistas, do movimento popular". A construção desta identidade dificultou, em muitos momentos, o estabelecimento de alianças do MAB com outros movimentos, ou mesmo impediu que propostas "de fora" fossem aceitas.

Além disso, é possível apontar a existência de uma visão bastante maquiésta da realidade, onde os movimentos e entidades populares eram divididos em "bons" (aqueles próximos a nós) e "maus" (todos os outros). Essa avaliação impedia que o MAB fosse capaz de aceitar a possibilidade de realizar alianças estratégicas, como ocorreu, por exemplo, no caso da Rodoviária Velha. Os participantes do MAB fizeram uma avaliação ética e moral, e não política, sobre a possi-

bilidade dos comerciantes que tinham lojas na Rodoviária, participarem do movimento que reivindicava a reforma desta. Os argumentos eram vários, mas entre eles vale destacar aquele que afirmava que os comerciantes exploravam os usuários da Rodoviária cobrando preços abusivos pelos produtos, sendo assim, o MAB não deveria tê-los como aliados. Porém, apesar deste tipo de avaliação, os comerciantes, mesmo estando interessados apenas em defender sua permanência no local, foram aceitos como aliados na luta pela reforma da Rodoviária.

Muitas vezes foram realizadas ações visando superar a distância existente entre o MAB e as outras entidades ou movimentos populares, bem como associações de moradores, mas não foram alcançados os resultados desejados. Isto porque estas ações eram desencadeadas por aqueles que se reconheciam enquanto um grupo, o que dificultava a aproximação com os "outros".

No entanto, é importante ressaltar que quando o MAB trabalhou de forma articulada com outras entidades populares verificou-se um grande fortalecimento do poder de pressão das organizações populares. Neste caso, vale citar alguns exemplos, como quando o MAB articulou-se com a União Geral e com a Federação de Moradores, e conquistaram a realização da auditoria nas empresas de transporte coletivo de Curitiba, apontando irregularidades e exigindo medidas concretas que visassem a superação dos problemas e a melhoria da qualidade do transporte coletivo. Um outro exemplo foi a realização da Concentração do Tarumã, onde os movimentos populares exi-

giram respostas, por parte do Governo Estadual e das Prefeituras Municipais às reivindicações apresentadas pelas associações de moradores a partir do II Encontro de Bairros.

Além disso, deve-se considerar também as vitórias alcançadas pelo MAB através do trabalho de organização popular realizado juntamente com o MLCD, como por exemplo, a conquista da fiscalização popular no transporte coletivo de Curitiba e de alguns municípios da Região Metropolitana; a conquista do passe de ônibus para os desempregados; a realização de frentes de trabalho, entre outras.

O MAB juntamente com o XAPINHAL também obteve vitórias organizativas importantes, como por exemplo a realização de debates sobre o planejamento urbano proposto pelo IPPUC, em relação ao Projeto CURA, o que permitiu que os moradores da região sul e participantes do XAPINHAL reconhecessem seus direitos de participar, enquanto cidadãos, do processo de discussão do planejamento urbano da cidade, procurando intervir no mesmo em defesa de seus interesses e direitos.

No mesmo sentido, o trabalho realizado pelo MAB juntamente com o MPPC foi de fundamental importância, pois possibilitou que fossem debatidas nas associações de moradores questões relativas aos direitos dos cidadãos, o que gerou, entre outras coisas, a elaboração de propostas concretas que, posteriormente, foram enviadas em forma de emendas populares para a Assembléia Nacional Constituinte.

Também é preciso ressaltar que o MAB, apesar de todas as limitações encontradas no processo de encaminhamento da ação política, não se limitou a reivindicar melhorias de qualidade de vida das classes populares residentes em bairros da periferia de Curitiba e de municípios da Região Metropolitana. O MAB também elaborou, juntamente com outras entidades e movimentos populares, algumas propostas concretas referentes a formas de encaminhar suas reivindicações. Neste sentido vale citar como exemplos a elaboração do documento "A Creche que queremos", apresentado pelo Movimento de Creches, onde eram estabelecidos critérios de funcionamento das creches localizadas em bairros da periferia; as propostas apresentadas pelas associações de moradores participantes do XAPINHAL referentes a alterações que precisavam ser realizadas no projeto de planejamento urbano elaborado pelo IPPUC; a elaboração de diretrizes para uma política a ser adotada pela Prefeitura Municipal de Curitiba em relação ao transporte coletivo da cidade, apresentada pelo Movimento de Transporte a partir da realização da auditoria nas empresas de transporte coletivo; a proposta de fiscalização popular ao sistema de transporte de Curitiba e da Região Metropolitana, encaminhada e realizada pelo MAB juntamente com o MLCD, a União Geral e a Federação de Moradores.

Pode-se afirmar, portanto, que a identidade construída pelo MAB, ou seja, "nós, católicos, petistas, do movimento popular" dificultou, mas não impediu a realização de articulações mais amplas com outros movimentos e entidades populares, o que levou a um maior fortalecimento do poder de pressão do movimento popular e a conquista de melhores con-

dições de vida para os moradores de alguns bairros e regiões de Curitiba, bem como em municípios da Região Metropolitana, e mesmo a participação destas em alguns níveis do poder público.

Além disso, é preciso ressaltar que, apesar desta identidade ter, em muitos momentos, restringido a atuação e a penetração do MAB, pois este era constituído por associações de moradores próximas às CEB's, e dentre estas aquelas próximas ao PT, o MAB articulou um número considerável de associações e o fez durante um período significativo, ou seja, durante aproximadamente quatro anos.

Sendo assim, pode-se dizer que o MAB introduziu uma nova prática política, pois influenciado por uma ética social já vivenciada nas CEB's trouxe para o campo da política as reivindicações das classes populares organizadas em associações de moradores, organizando e articulando as lutas populares de forma democrática e participativa, buscando melhorias na qualidade de vida e a conquista de direitos sociais negados aos moradores dos bairros periféricos da cidade, através de reivindicações e propostas encaminhadas ao Estado, que o reconheceu como interlocutor, enquanto legítimo representante de associações de moradores.

NOTAS

1 - SOUZA, Luiz Alberto Gomez de - CLASSES POPULARES E IGREJA NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA, Ed. Vozes, Petrópolis, 1982, p.240.

2 - MACEDO, Carmem Cinira - TEMPO DE GÊNESIS - O POVO DAS COMUNIDADES ECLESIAS DE BASE, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986, p.48.

3 - SADER, Éder - QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA - EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO, 1970-1980, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1988, p.159

4 - BAVA, Sílvia Caccia - PRÁTICAS COTIDIANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ELEMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p.59.

5 - PETRINI, João Carlos - CEBS: UM NOVO SUJEITO POPULAR, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1984, p.142.

6 - SOUZA, Luiz Alberto Gomez de - Ob. cit., p. 244.

7 - PETRINI, João Carlos - Ob. cit., p.86.

8 - DOIMO, Ana Maria - MOVIMENTO SOCIAL URBANO, IGREJA E PARTICIPAÇÃO POPULAR - MOVIMENTO DE TRANSPORTE COLETIVO EM VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO, Ed. Vozes, Petrópolis, 1984, p. 110.

9 - KRISCHKE, Paulo - "As Ceb's na abertura: mediações entre a reforma da Igreja e as transformações da sociedade", in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO, 1974-1985, Ed. CEDEC/LPM, São Paulo, 1986, p.189.

10- CAMARGO, Cândido Procópio; SOUZA, Beatriz Muniz, e PIERRUCCI; Antonio Flávio de Oliveria - "Comunidades Eclesiais de Base", in SINGER, Paulo e BRANT, Vinícios Caldeira (org.) - SÃO PAULO O POVO EM MOVIMENTO, Ed. Vozes/CEBRAP, Petrópolis, 1980, p.76.

11 - PETRINI, João Carlos - Ob. cit., p.83.

12 - Ibidem, p.91.

13 - BETTO, Frei - O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981, p.48.

14 - Ibidem, p.41.

15 - BOFF, Clodovis - AGENTE DE PASTORAL E POVO, Coleção Teologia Orgânica, Ed. Vozes, Petrópolis, sem data.

16 - MACEDO, Carmem Cinira - Ob. cit., p.138.

17 - PETRINI, João Carlos - Ob. cit., p. 47.

18 - BAVA, Sílvia Caccia - Ob. cit., p.176.

19 - DURHAN, Eunice - "Movimentos sociais - a construção da cidadania", REVISTA NOVOS ESTUDOS CEBRAP, Nº 10, outubro de 1984, p.29.

20 - VIGEVANI, Túlio - "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa" in SCHERER-WARREN, Ilse ; VIOLA, Eduardo, e KRISCHKE, Paulo (org.) - CRISE POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA, Editora da UFSC, 1989, p.134.

21 - PETRINI, João Carlos - Ob. cit., p.106.

22 - DOIMO, Ana Maria - Ob. cit., p.94.

23 - SOUZA, Luiz Alberto Gomez de - Ob. cit., p.238.

CONCLUSÃO

A importância do MAB no contexto das lutas urbanas desencadeadas pelos movimentos populares em Curitiba e nos municípios da Região Metropolitana é inegável. Não apenas por ter ocupado um grande espaço político durante o tempo em que esteve organizado, mas, principalmente, por ter introduzido uma nova prática política.

Esta prática política foi, basicamente, influenciada pela atuação de agentes pastorais que anteriormente haviam trabalhado junto às Comunidades Eclesiais de Base, bem como pela assessoria de militantes católicos ligados ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Da mesma forma a metodologia de trabalho adotada por estas duas instâncias e uma nova ética social vivenciada tanto nas CEBs quanto no CEFURIA, fez com que o MAB adquirisse características que o diferenciavam das outras entidades populares existentes em Curitiba.

O que importa salientar é que esta ética social vivenciada basicamente por católicos que participavam das CEBs e por pessoas ligadas às associações de moradores e movimentos populares assessorados pelo CEFURIA, extrapolou estes espaços e chegou, através do MAB, às relações políticas en-

tre os moradores de bairros de periferia de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana organizados em associações de moradores, e o Estado, fazendo com que o processo de luta pela melhoria da qualidade de vida das classes populares adquirisse novos contornos, se desenvolvendo através da elaboração de propostas concretas e da luta para que estas fossem encaminhadas, enfatizando aspectos como a solidariedade e a união, a participação democrática, a formação de lideranças e sua capacitação para tomarem em suas próprias mãos a direção do movimento.

Assim, o MAB levou para o campo da política aquilo que, anteriormente, era específico do espaço religioso, ou seja, a construção de uma prática política baseada em novas relações sociais.

Apesar da representação do MAB poder ser considerada sob certos aspectos como restrita, ou seja, baseada na noção de "nós, os católicos, petistas do movimento popular", esta entidade teve uma atuação bastante abrangente, chegando a articular cerca de 60 associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana. Mas, é ainda mais importante o fato de que mesmo depois de ter sofrido um processo de desarticulação, a metodologia de trabalho adotada pelo MAB, bem como suas propostas referentes a como encaminhar a ação política tenham se mantido presentes na atuação de diversas lideranças e assessores do movimento popular.

Pode-se afirmar, portanto, que o MAB apesar das dificuldades encontradas durante o período em que esteve atuando

te, e mesmo após estar totalmente desarticulado, teve, de certa forma, continuidade através da atuação de pessoas que anteriormente estiveram ligadas a ele e que, atualmente, ainda assessoram o processo de organização e de articulação de associações de moradores e de movimentos populares em Curitiba e na Região Metropolitana.

Desta forma, a nova prática política introduzida pelo MAB foi assimilada pelos participantes deste movimento, servindo como ponto de partida para o trabalho desenvolvido junto aos movimentos populares, criando a possibilidade de ser reavaliada, redimensionada, recriada, reforçada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Nazareno Sposito Neto Stanislau - CHEGA DE ENROLAÇÃO, QUEREMOS CONDUÇÃO - MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS E TRANSPORTES COLETIVOS EM SÃO PAULO, 1979-1982/3, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Brasília, 1987.

BARREIRA, Irllys Alencar F. - "Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos" in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO - 1974-1985, CEDEC/LP&M, São Paulo, 1986.

BAVA, Sílvio Caccia - PRÁTICAS COTIDIANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ELEMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

BETTO, Frei - O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE, Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

BOFF, Clodovis - AGENTE DE PASTORAL E POVO, Coleção Teologia Orgânica, Editora Vozes, Petrópolis, sem data.

----- - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO, Coleção Teologia Orgânica, Editora Vozes, Petrópolis, sem data.

BONDUKI, Nabil e BICUDO, Vera Pardino - " Política habitacional e a luta pelo direito à habitação", in COVRE, Maria de Lourdes (org.) - A CIDADANIA QUE NÃO TEMOS, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) - PESQUISA PARTICIPANTE, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

----- - REPENSANDO A PESQUISA PARTICIPANTE, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

CAMACHO, Daniel - "Movimentos sociais : algumas considerações conceituais" in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.) - UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; SOUZA, Beatriz Muniz; e PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira - "Comunidades Eclesiais de Base", in SINGER, Paul e Brant, Vinícios Caldeira

- (org.) - SÃO PAULO: O POVO EM MOVIMENTO, Editora Vozes, Petrópolis, 1980.
- COSTA, Marta B. - "Associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba" in BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia do Prado (org.) - EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS DE BAIXA RENDA, BNH/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.
- DOIMO, Ana Maria - MOVIMENTO SOCIAL URBANO, IGREJA E PARTICIPAÇÃO POPULAR - MOVIMENTO DE TRANSPORTE COLETIVO EM VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO, Editora Vozes, Petrópolis, 1984.
- - "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade" in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO, 1974-1985, LP&M/CEDEC, São Paulo, 1986.
- DURHAN, Eunice - "A cidade vista da periferia" in KOWARICK, Lúcio (org.) - AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- FERNANDES, Rubem César - "Sem fins lucrativos", in LANDIM, Leilah (org.) - SEM FINS LUCRATIVOS - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL, ISER, Rio de Janeiro, 1988.
- GAJARDO, Marcela - PESQUISA PARTICIPANTE NA AMÉRICA LATINA, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.
- GOHN, Maria da Glória - REIVINDICAÇÕES POPULARES URBANAS, Editora Cortez, São Paulo, 1982.

----- - A FORÇA DA PERIFERIA - A LUTA DAS MULHERES POR CRECHES EM SÃO PAULO, Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

----- - LUTAS PELA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO, Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1987.

JACOBI, Pedro - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE E REIVINDICAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 1974-1984, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985.

KOWARICK, Lúcio - A ESPOLIAÇÃO URBANA, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1980.

----- - "O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana", in MOISÉS, José Álvaro et alii - CIDADE, POVO E PODER, Editora Paz e Terra/CEDEC, São Paulo, 1982.

KRISCHKE, Paulo - "As CEBS na abertura: mediações entre a reforma da Igreja e as transformações da sociedade", in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO, 1974-1985, CEDEC/LP&M, São Paulo, 1986.

----- - "Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base" in SCHERER-WARREN, Ilse

e KRISCHKE, Paulo (org.) - UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

LANDIM, Leilah - "A serviço do movimentos popular - as organizações não governamentais no Brasil" in LANDIM, Leilah (org.) SEM FINS LUCRATIVOS - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL, ISER, Rio de Janeiro, 1988.

LOPES, Doraci Alves - O MOVIMENTO DA ASSEMBLÉIA DO POVO E A CRÍTICA DA MARGINALIDADE, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1988.

MACEDO, Carmem Cinira - TEMPO DE GÊNEIS - O POVO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

MAINWARING, Scott - "A Igreja Católica e o movimento popular - Nova Iguaçu, 1974-1985", in KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott, (org.) - A IGREJA NAS BASES EM TEMPO DE TRANSIÇÃO, 1974-1985, CEDEC/LP&M, São Paulo, 1986.

MOISÉS, José Álvaro - "O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais", in MOISÉS, José Álvaro et alii - CIDADE, POVO E PODER, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1982.

NUNES, Édison - CARÊNCIAS URBANAS E POLÍTICAS - DOIS ESTUDOS DE CASO DE SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências

Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.

PETRINI, João Carlos - CEBS UM NOVO SUJEITO POPULAR, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1984.

REZENDE, Vera - PLANEJAMENTO URBANO E IDEOLOGIA, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão - FAVELAS, MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS E PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985.

SADER, éder - QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA - EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO 1970-1980, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1988.

----- e PAOLI, Maria Célia - "Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leituras sobre acontecimentos recentes) in CARDOSO, Ruth (org.) - A AVENTURA SOCIOLÓGICA, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse - MOVIMENTOS SOCIAIS, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

----- - "O caráter dos novos movimentos sociais" in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.) - UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

SINGER, Paul - "Movimentos de Bairros" in SINGER, Paul e BRANT, Vinícios Caldeira (org.) - SÃO PAULO: O POVO EM MOVIMENTO, Editora Vozes/CEBRAP, Petrópolis, 1980.

THIOLLENT, Michel - METODOLOGIA DA PESQUISA AÇÃO, Editora Cortez, São Paulo, 1985.

VALLADARES, Lícia do Prado e BOSCHI, Renato Raul - "Movimentos associativos e camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos" in BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia (org.) - MOVIMENTOS COLETIVOS NO BRASIL URBANO, Editora Zahar, São Paulo, 1983.

VIGEVANI, Túlio - "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa" in SHECHER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo; e VIOLA, Eduardo (org.) - CRISE POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

ARTIGOS

BAPTISTA, Celso Veras - "PMDU e estrutura policêntrica - novas diretrizes para o crescimento ordenado da cidade", REVISTA ESPAÇO URBANO - PESQUISA E PLANEJAMENTO, nº 1, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sem data.

BAVA, Sílvio Caccia - A CRISE DA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO, Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

DOIMO, Ana Maria; DOXSEY, Jaime e NETO, Roberto Beling - "Os novos movimentos sociais: teoria e prática", CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1986, Editora Cortez/ ANPOCS, São Paulo, 1986.

EQUIPE PLAMEC - "Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba ", BOLETIM ANÁLISE CONJUNTURAL, Volume 10, nº 10, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 1988.

FARIA, Hamilton et alii - "Das diferenças entre assessores, o educador popular e os grupos populares", EDUCAÇÃO POPULAR EM DEBATE, CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR, nº 13, Editora Vozes/NOVA, Petrópolis, 1988.

FASE - "A questão urbana", Suplemento PROPOSTA, Rio de Janeiro, 1981.

FUCKNER, Cleusa Maria - A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA PELAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO BAIRRO DO XAXIM DE 1964 A 1984, Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1988.

GOHN, Maria da Glória - ASSESSORIAS AOS MOVIMENTOS POPULARES: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS, São Paulo, 1987, mimeografado.

----- - LUTA PELA MORADIA POPULAR EM SÃO PAULO - MOVIMENTOS PELA MORADIA 1975-1985, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987.

GONZALES, Héctor Hernam - "Desenvolvimento Urbano - Planejamento e Participação", REVISTA ESPAÇO URBANO - PESQUISA E PLANEJAMENTO, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sem data.

JACOBI, Pedro - "Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma", REVISTA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO, Vol.1, nº 2, Rio de Janeiro, 1985,

----- - "Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia", REVISTA ESPAÇO E DEBATES, Ano III, nº 7, Editora Cortez, São Paulo, 1982.

MARANHO, Eron e STOLL, Sandra Jaqueline - "Participação, organização e trabalho comunitário. Algumas experiências desenvolvidas no Paraná", BOLETIM ANÁLISE CONJUNTURAL, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Vol.11, nº 11, Curitiba, 1981.

KOWARICK, Lúcio - "Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para a reflexão", REVISTA ESPAÇO E DEBATES, Ano III, nº 8, Editora Cortez, São Paulo, 1983.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clóvis - "RETROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SIMULAÇÃO DE TENDÊNCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITI-

BA, 1950-2010, Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988.

----- e TORRES; Teresa Cristina - METROPOLIZAÇÃO E INTERVENÇÃO METROPOLITANA - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Planejamento Urbano e Regional, Teresópolis, 1987.

NUNES, Édison - "Carências urbanas e reivindicações populares - notas", CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1986, Editora Cortez/ANPOCS, São Paulo, 1986.

----- - "Movimentos e práticas urbanas no Brasil: problemas da democracia do poder local na transição inconclusa", Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986.

----- e JACOBI, Pedro - "Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática", REVISTA ESPAÇO E DEBATES, Ano III, nº 10, Editora Cortez, São Paulo, 1983.

PONTUAL, Pedro - OS CENTROS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA CONJUNTURA BRASILEIRA 1964-1986, Texto de Apoio, nº 9, CEPIS, São Paulo, 1986.

RIBEIRO, Darcy Marzullo - "Parcelamento do solo urbano em Curitiba e Região Metropolitana", BOLETIM ANÁLISE CONJUNTURAL, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Vol,8, nº 5, Curitiba, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse - NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E O PAPEL DOS MEDIADORES, Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez de - "O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares", REVISTA ENCONTROS CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, nº 3, Rio de Janeiro, 1978.

WANDERLEY, Luis Eduardo - A GÊNESE DOS MOVIMENTOS POPULARES, IBRADES, mimeografado, 1982.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ÁREAS OCIOSAS, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1982.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, Fundação Cultural de Curitiba e Prefeitura Municipal de Curitiba:

- nº 33 - "Vila São Pedro - o bairro na história da cidade", sem data;

- nº 41 - "Parque Inglês - subsídios para a história do bairro do Bacacheri", sem data;

- nº 45 - "Pilarzinho - o bairro na história da cidade", 1980;

- nº 52 - "Rua da Liberdade", junho 1981;

- nº 62 - "Cabral e Juvevê - o bairro na história da cida-

de", 1982;

- nº 66 - "Campo Cumprido - o bairro na história da cidade",
1982;

- nº 68 - "Água Verde - o bairro na história da cidade",
1982;

- nº 72 - "Umbará - gentes, vida e memória ", 1984;

- nº 74 - " Mercês - do túnel do Pirata ao bar Botafogo",
1985;

- nº 16 - "Santa Cândida - pioneira da colonização linista",
1985.

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU, SEED-PR,
Secretaria de Estado e Educação do Paraná, sem data.

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, SESB-PR, Secretaria
de Saúde do Paraná, sem data.

CARTA DA FAVELA, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1980.

CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO XAXIM. CURITIBA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO,
Fundação Cultural de Curitiba e Secretaria Municipal de
Cultura, Ano I, nº 1, 1986.

CRECHES DE VIZINHANÇA, Prefeitura Municipal de Curitiba, Se-
cretaria de Desenvolvimento Social e Departamento de Aten-
dimento à Criança e ao Adolescente, sem data.

DEMANDAS SOCIAIS E GASTOS PÚBLICOS EM HABITAÇÃO, SANEAMENTO,
SAÚDE E EDUCAÇÃO. PROGRAMAS SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA
DE CURITIBA, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvi-
mento Econômico e Social, Curitiba, 1988.

EQUIPE PLAMEC - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RELAÇÕES E LIMITES, COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, mimeografado, 1989.

FAVELAS EM CURITIBA, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1982.

HISTÓRIA DE CURITIBA, Fundação Cultural de Curitiba e Prefeitura Municipal de Curitiba:

- "NAS TRILHAS DE CORE ETUBA", 1985.
- "AS BANDEIRAS DO OURO", 1985.
- "TROPAS, SENHORES E ESCRAVOS", 1985.
- "ERVA NATE, SANGUE VERDE", 1986.
- "AS NOVAS BANDEIRAS", 1986.
- "A CIDADE SORRISO", 1987.
- "CURITIBA: PRESENTE", 1987.

LEVANTAMENTOS DE FAVELAS EM CURITIBA, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1982.

MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, nº 1, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1989.

MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, nº 2, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Prefeitura Municipal de Curitiba, 1990.

NOVA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO PARANÁ, IPARDES - Instituto Paranense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 1983.

PMDU - PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, Governo Municipal de Curitiba, 1985.

PMDU - ESTRUTURA POLICÊNTRICA DE CURITIBA, Governo Municipal de Curitiba, 1986/1989.

PROGRAMA INTEGRADO DE TRANSPORTES - PIT, Relatório do Transporte Coletivo Metropolitano, COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 1989.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COMEC - Coordenação da Região Metropolitana, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1986.

SUBSÍDIOS PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE ENSINO DE 2º GRAU EM CURITIBA, IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria de Educação do Paraná e FUNDEPAR, 1985.

URBAN, Teresa - TRANSPORTE COLETIVO, Prefeitura Municipal de Curitiba, sem data.

ANEXOS

ANEXOS

RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES ASSESSORADAS PELO CEFURIA:

Em Curitiba:

Comunidade Santo Inácio, Conjunto Castelo Branco, Demawe, Jaciomassi, Jardim Acácia, Jardim Campo Alegre, Jardim Carolina, Jardim Colorado, Jardim Itamarati, Jardim Márcia, Jardim Paraná, Jardim Paranaense, Jardim Pindorama, Jardim Rivadávia, Morada dos Nobres, Parque Nacional, Planta São João, Planta Maria Luiza, Primeiro de Julho, Uberaba de Cima, Vila Alto Barigui, Vila Duque de Caxias, Vila Gusso, Vila Nossa Senhora de Acordes, Vila Nossa Senhora do Pilar, Vila Nova Barigui e Vista Alegre.

Em Almirante Tamandaré:

Cachoeira de São Jorge, Jardim Anita Garibaldi, Jardim Gramado, Jardim Josiane, Jardim Novo Horizonte, Jardim Roma, Jardim Santa Edivirges, Planta Cachoeira, Planta Santo Antônio, Planta São Jorge e Vila Ajambi.

Em Piraquara:

Vila Maria Antonieta e Vila Vicente Macedo.

ALÉM DAS VILAS CITADAS ACIMA, PARTICIPARAM DO MAB AS SEGUINTESS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

Em Curitiba:

Alto Boqueirão, Comunidade Profeta Elias, Comunidade Santíssima Trindade, Conjunto Coqueiros I e II, Conjunto érico Veríssimo, Conjunto Eucaliptos I, Conjunto Euclides da Cunha, Conjunto Saturnino de Brito, Conjunto Visconde de Mauá, Itamarinês, Jardim Independência, Jardim Maringá, Jardim Santos Andrade, Jardim Urano, Moradias Belém, Moradias Piratini, Pinheirinho, Vila Americana, Vila Esplanada, Vila Gramados, Vila Guaíra, Vila Lindóia, Vila Maria Angélica, Vila Nossa Senhora das Vitórias, Vilas Oficinas, Vila Osterreich, Vila Rex, Vila Rigoni, Vila Rio Negro, Vila São Pedro e Vila Verde.

Em Almirante Tamandaré:

Associação Grimacolfi, Jardim Grazielle, Jardim São Carlos e Vila Feliz.

Em Piraquara:

Conjunto Águila, Vargem Grande, Sete Vilas, Vila Emilianio Pernetá, Vila Palmital e Vila Tebas.

Em Colombo:

Jardim La Paloma, Jardim Maracanã, Jardim Monza, Jardim Santa Efigênia, Vila Osasco e Vila Santa Mônica.

Em Mandirituba:

Areia Branca dos Assis, Avencal e Quatro Pinheiros.

Em Campina Grande do sul:

Jardim Paulista.

Em São José dos Pinhais:

Jardim Paulista.

Além dos municípios de Quatro Barras e Rio Branco do
Sul.